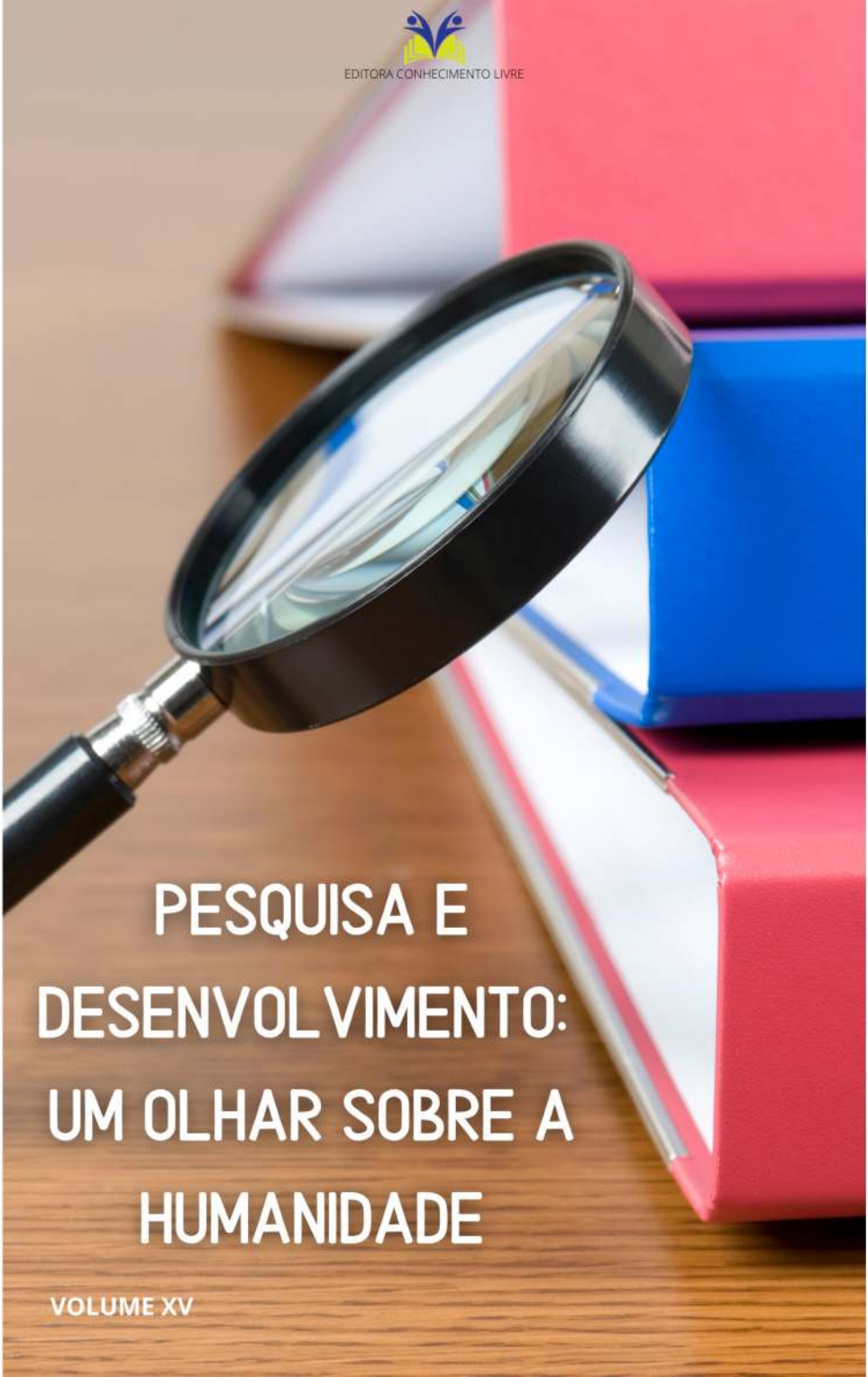
EDITORA CONHECIMENTO LIVRE



PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR SOBRE A HUMANIDADE

VOLUME XV

Frederico Celestino Barbosa

Pesquisa e Desenvolvimento: um olhar sobre a humanidade

15ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

Copyright© 2025 por Editora Conhecimento Livre

15ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238P Pesquisa e Desenvolvimento: um olhar sobre a humanidade
/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2025

188 f.: il
DOI: 10.37423/2025.edcl1065
ISBN: 978-65-5367-613-8
Modo de acesso: World Wide Web
Incluir Bibliografia

1. ciências-humanas 2. sociedade 3. complexidades-da-sociedade I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 30

https://doi.org/10.37423/2025.edcl1065

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

Dr. Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

Dra. Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

Dr. Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

MSc Carlos Eduardo De Oliveira Gontijo

Dr. Rodrigo Couto Santos

Dra. Milena Gaion Malosso

PHD Marcos Pereira Dos Santos

Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO
2025

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 7
ALUSÃO AO SETEMBRO AMARELO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.
Gabriela Sousa Estrela Dantas
Ana Maria Silva Pardim da Cruz
Jamil Michel Miranda do Vale
Lais Vianna Bezerra
Lorena de Cassia Fonseca Rodrigues
DOI 10.37423/250109548

CAPÍTULO 2 15
DESEMPENHO NA PROVA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA NO ENEM 2023: UMA ABORDAGEM DE MACHINE LEARNING
Rebeca Vitória Calmon da Conceição
Susana Marrero Iglesias
Paulo Eduardo Ambrosio
Emerson Antonio Rocha Melo de Lucena
Ronisson Lucas Calmon da Conceição
Tarcila Oliveira Matos Muniz
DOI 10.37423/250209604

CAPÍTULO 3 26
O REFLEXO DA DESIGUALDADE NO ALTO ÍNDICE DE CRIMINALIDADE
Rodrigo Almeida da Silva
João Teixeira Mota Neto
DOI 10.37423/250209611

CAPÍTULO 4 32
ITINERÁRIOS FORMATIVOS NO ENSINO MÉDIO: QUEM DECIDE OS CAMINHOS?
CLARA WESLLYANE MORAIS DA SILVA
JEAN MAC COLE TAVARES SANTOS
DOI 10.37423/250209623

CAPÍTULO 5 45
OS/AS PROFESSORES/PROFESSORAS DE LIBRAS, SEUS DESAFIOS, SUAS MARCAS E ORIENTAÇÕES: RETRATOS DOS PERCURSOS
Maria Magda Vieira Trajano Alves
Ana Carmita Souza
DOI 10.37423/250209635

CAPÍTULO 6 57
MAL-ESTAR DOCENTE: DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA À ESCUTA DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA
Maria Vitória Silva Ripardo
Maria Alayny Cavalcante Melo
Ana Carolina Borges Leão Martins
DOI 10.37423/250209637

CAPÍTULO 7 72
A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO AMBIENTE HOSPITALAR
Sarah Nicole Oliveira de Brito
Raissa da Silva Viana
Sharleny Vitória Santos Liberalino
Thalita Lays Fernandes de Alencar
DOI 10.37423/250209641

CAPÍTULO 8 83
POR UM BAIRRO QUE PROTEGE:UMAINTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL DO PROJETO IDEALIZE - GAMA- DISTRITO FEDERAL
Élia Martins Oliveira
Maria Lizabete de Souza Póvoa
DOI 10.37423/250209653

CAPÍTULO 9 92
MUSEU CASA BORGES: ARTE, CULTURA E EDUCAÇÃO EM BARRA DO BUGRES - MT
Cláudia Landin Negreiros
João Mário de Arruda Adrião
Mayara Sismer de Araújo Petroni
Iandra Ferreira de Souza
Daiane Rodrigues de Araujo Pereira
DOI 10.37423/250209660

CAPÍTULO 10 99
ESQUIZOANÁLISE EM EXPERIÊNCIAS CARTOGRÁFICAS
Daniela De Maman
DOI 10.37423/250209666

CAPÍTULO 11 113
DESAFIOS COTIDIANOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE AS BARREIRAS EDUCACIONAIS.
Maria Raquel de Oliveira
Luciene Leite Feitosa
Samille Ferreira Gonçalves
Rosane Gueudeville Santos
DOI 10.37423/250209671

CAPÍTULO 12 122
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS
Sterffhany Wend da Silva Sousa
DOI 10.37423/250209686

CAPÍTULO 13 140
UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA PANDEMIA NO ENSINO DA MATEMÁTICA
Yan Gustavo da Cruz Regis
Miguel Tadayuki Koga
Inédio Arcari
DOI 10.37423/250209694

CAPÍTULO 14 148
O “ESTADO DA ARTE” COMO PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2013-2023 ?
RODOLFO CLAUDIO DA CRUZ
DOI 10.37423/250209706

CAPÍTULO 15 166
“ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA”
Zeneide Santos Modesto
Rosane Duarte Rosa Seluchinesk
DOI 10.37423/250209721

CAPÍTULO 16 177
VOLUNTARIADO TRANSFORMANDO VIDAS: AS INICIATIVAS DO LAR ESPÍRITA CARAVANA DE LUZ E A AGENDA 2030
Rosane Aparecida Barbosa Nunes
Arlinda Cantero Dorsa
DOI 10.37423/250209726

Capítulo 1

10.37423/250109548

ALUSÃO AO SETEMBRO AMARELO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Gabriela Sousa Estrela Dantas — *Centro Universitário do Pará - CESUPA*

Ana Maria Silva Pardim da Cruz — *Centro Universitário do Pará - CESUPA*

Jamil Michel Miranda do Vale — *Universidade do Estado do Pará - UEPA*

Lais Vianna Bezerra — *Centro Universitário do Pará - CESUPA*

Lorena de Cassia Fonseca Rodrigues — *Centro Universitário do Pará - CESUPA*

Resumo:

Objetivos: Descrever a ação realizada na Estratégia Saúde da Família (ESF) para o público presente com o intuito de enfatizar o setembro amarelo explicando de forma mais simples para conscientizar e chamar a atenção da população. **Descrição da experiência:** Trata-se de um relato de experiência desenvolvido no mês de setembro por três acadêmicas de enfermagem a partir da disciplina de Saúde Coletiva nas aulas práticas do curso de Enfermagem do Centro Universitário do Estado do Pará. A experiência foi vivenciada a partir de uma ação em saúde na unidade orientada pelo docente da prática. A ação consistia em uma abordagem sobre a saúde mental, com o tema "Setembro Amarelo" na sala de espera da ESF devido tratar-se do mês do combate ao suicidio e foi observado que as ações são mais voltadas para o público gestante, diabetico, hipertenso e não houve ações sobre o assunto no mês campanha de conscientizar sobre a importância da vida e da prevenção do suicídio. **Resultados e Discussões:** Houveram resistência por parte de alguns pacientes da unidade que estavam presente, alguns não sabiam o que escrever, porém, a maior parte das pessoas respondia e interagia, a maior parte dos pacientes participantes vivam pela familia, pela saúde, pelos filhos e netos, por Deus, alguns apenas escutavam, davam seu relato de alguem que tentou suicídio ou que teve ou tem depressão, muitas das vezes a conversa se prolongou sobre o assunto e muitos queriam saber mais sobre. **Considerações finais:** Pode se observar que o tema saúde mental gera vários sentimentos, aversão, angústia, alguns relataram já ter passado por depressão severa, outros que ja tentaram suicidio porem desistiram por algo ou alguém, foi observado que havia uma necessidade de dialogar com algumas pessoas que foram abordadas na ESF sobre o assunto , além do diálogo ter se estendido.

Palavra-chave: Suicídio, Saúde Mental, Transtornos Mentais.

INTRODUÇÃO

O suicídio representa um sério desafio para a saúde pública, sendo descrito por pesquisas de diversas áreas como um fenômeno complexo e influenciado por múltiplos fatores, o que dificulta sua abordagem na sociedade devido ao estigma associado aos indivíduos e às famílias afetadas. No Brasil, o problema é expressivo, ocupando o oitavo lugar em número absoluto de suicídios, com aproximadamente 11 mil casos anuais, além de um índice alarmante de 17% da população que relata ter enfrentado ideação suicida em algum momento da vida (ABP, 2014;WHO, 2017).

As doenças mentais, com destaque para a depressão como um transtorno psiquiátrico recorrente, estão entre as principais causas associadas aos índices de suicídio. Além disso, fatores como violência física, homofobia, uso abusivo de álcool e drogas aumentam a vulnerabilidade de adolescentes e jovens. Sentimentos de exclusão, não pertencimento e dificuldade de aceitação pessoal também são elementos que intensificam o risco de suicídio nesse grupo (Santos, *et al*., 2020).

Diante desse cenário, é inevitável que os serviços de saúde sejam envolvidos, sendo comum que os primeiros cuidados em saúde mental ocorram no âmbito da atenção básica. Isso coloca os profissionais desse nível em uma posição estratégica para identificar indivíduos em risco de suicídio e atuar de forma preventiva, considerando que a atenção primária é a principal porta de entrada para o sistema de saúde. As atitudes, por sua vez, podem ser compreendidas como um conjunto de componentes cognitivos, emocionais e comportamentais, refletindo a tendência de uma pessoa agir de maneira específica em relação a pessoas, objetos ou situações. Essas inclinações são moldadas socialmente, influenciadas por experiências pessoais e características individuais (Cohen, *et al*., 2020; WHO, 2019; Richardson, 2017).

O suicídio é um tema que exige atenção cuidadosa por parte dos profissionais de saúde, a fim de abordar os riscos envolvidos e explorar possibilidades de prevenção. É fundamental considerar fatores sociais, como condições de emprego, estrutura familiar, situação socioeconômica e aceitação no ambiente social. O sofrimento emocional, muitas vezes carregado de estigmas, faz com que muitas pessoas sintam vergonha de reconhecer suas angústias e aflições. Assim, admitir ou compartilhar pensamentos relacionados à ideia de que a morte seria uma forma de alívio para o sofrimento torna-se um grande desafio. Essa tendência de ocultar ou disfarçar esses conflitos dificulta ainda mais o acesso a apoio e ajuda especializada para quem precisa (Abreu, et al., 2010; Fontenelle, 2008).

A Unidade Básica de Saúde tem como objetivo promover o cuidado integral da saúde da população. Nesse contexto, iniciativas como o “Setembro Amarelo” são fundamentais para identificar e tratar questões relacionadas à saúde mental, considerando que mais da metade das pessoas que morreram por suicídio nunca buscaram atendimento com um profissional especializado. A campanha realizada em setembro busca conscientizar a sociedade e reduzir o número alarmante de casos de suicídio registrados mundialmente. Em Belém do Pará, a rede de Atenção Básica à Saúde desempenha um papel estratégico na prevenção desses casos, promovendo ações voltadas para o cuidado e o bem-estar mental (Monteiro, *et al.,* 2020).

É importante estar atento aos possíveis sinais de suicídio ou ideação suicida que uma pessoa pode demonstrar. Entre eles, destacam-se pensamentos pessimistas, mudanças abruptas de humor, sensação de culpa, perda de interesse por atividades antes apreciadas e, sobretudo, um profundo sentimento de desesperança (Coelho, *et al.,* 2021).

Diante disso, é fundamental promover a comunicação e compartilhar informações com a população para ajudar no enfrentamento desses problemas.

OBJETIVO

Descrever a ação realizada na Estratégia Saúde da Família (ESF) para o público presente com o intuito de enfatizar o setembro amarelo explicando de forma mais simples para conscientizar e chamar a atenção da população.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido no mês de setembro pelas acadêmicas de enfermagem a partir da disciplina de Saúde Coletiva nas aulas práticas do curso de Enfermagem do Centro Universitário do Estado do Pará. A experiência foi vivenciada a partir de uma ação em saúde na unidade orientada pelo docente da prática.

AÇÃO DO SETEMBRO AMARELO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

A ação educativa em saúde consistia em abordagens sobre a saúde mental dos paacientes, com o tema “Setembro Amarelo” na sala de espera da Estratégia Saúde da Família com o intuito de por em prática a campanha de consientização e se tratar do mês do combate ao suicidio. Foi observado que as ações educativas em saúde presente na maioria das ESFs e na estratégia da presente ação são mais voltadas

para as gestantes, os idosos diabeticos e hipertenso e não houveram ações relacionadas ao assunto justo no mês da campanha de conscientizar sobre a importância da vida e da prevenção do suicídio.

A ação não era voltada para um público específico, foram abordadas pessoas de todos os gêneros, de todas as idades como adolescente até idosos, grávidas, as pessoas que trabalhavam na unidade, pessoas que estavam na unidade para a consulta, para vacinação, para marcação de exames ou consultas ou até mesmo pessoas que iriam tirar duvidas. Nossa abordagem sobre o tema se deu entorno na frase “O que te motiva a viver?” para que as pessoas pudessem escrever e colar nos post it um bilhete sobre algo que lhe motivava ou alguma mensagem para alguem ler, algo que lhe fosse consortavel de ler, lhe consolasse ou até mesmo consolasse outras pessoas que passassem por lá.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a ação de saúde houveram resistência por parte de alguns pacientes da unidade que estavam presente, alguns não sabiam o que escrever, porém, a maior parte das pessoas respondia e interagia, a maior parte dos pacientes participantes vivam pela familia, pela saúde, pelos filhos e netos, por Deus, alguns apenas escutavam, davam seu relato de alguem que tentou suicídio ou que teve ou tem depressão, muitas das vezes a conversa se prolongou sobre o assunto e muitos queriam saber mais sobre. Foi observado que havia algumas pessoas que não conhecia sobre o setembro amarelo, que tinha aversão ao assunto, e algumas pessoas estavam confortáveis com o diálogo e acabaram ficando um pouco emotivos, o que enfatizou como aquela ação foi necessária para que essas ações venham acontecer com mais frequência.

Por anos, a saúde mental tem figurado como uma das áreas mais desconsideradas dentro do campo da saúde pública. Conforme dados da Organização Mundial da Saúde, os transtornos mentais são responsáveis por grande parte das incapacidades, sendo a causa de um em cada seis anos vividos com limitações. Além disso, indivíduos com condições graves de saúde mental tendem a falecer, em média, de 10 a 20 anos antes da população geral, principalmente devido a doenças físicas que poderiam ser prevenidas (OMS, 2022).

Além das conversas foi enfatizado sobre o Centro de Valorização da Vida no número 188, que tem por objetivo o apoio para quem precisa falar com alguém no momento delicado, e outras conversas sobre o assunto para ampliar a educação em saúde.

A educação em saúde é vista como uma estratégia essencial, destacando-se o uso de programas de aprendizagem ativa voltados para a promoção da alfabetização em saúde. Esses programas abordam

temas como hábitos de vida saudáveis, prática de atividade física e alimentação equilibrada, especialmente entre populações que vivem em comunidades com conhecimento limitado sobre questões de saúde (Uemura, *et al.,* 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o tema da saúde mental desperta uma ampla gama de sentimentos, como aversão, angústia e vulnerabilidade, refletindo a profundidade e a complexidade desse assunto. Durante as abordagens realizadas na Estratégia de Saúde da Família (ESF), foi evidente a necessidade de diálogo, pois muitas pessoas demonstraram carência de espaços para compartilhar suas vivências. Alguns relataram experiências marcantes, como episódios de depressão severa e tentativas de suicídio, revelando como fatores externos, como a presença de alguém significativo, podem ser determinantes na decisão de continuar vivendo. O ato de abrir espaço para ouvir essas histórias, validar os sentimentos e oferecer apoio emocional mostrou-se crucial. Para muitos, participar da dinâmica representou mais do que uma troca de palavras; foi um momento de acolhimento, empatia e cuidado, reforçando a importância de iniciativas que priorizem a saúde mental e promovam conexões humanas genuínas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, K.P.D.; LIMA, M. A. D. S.; KOHLRAUSCH, E.; SOARES, J. F. Comportamento suicida: fatores de risco e intervenções preventivas. Rev. Eletr. Enf, 12(1), 195-200, 2010. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/85271. Acesso em: 23 de set. 2023.

BRASIL. Associação Brasileira de Psiquiatria. Conselho Federal de Medicina. Suicídio: informando para prevenir. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hc-ufu/comunicacao/noticias/setembro-amarelo-do-hc-ufu-traz-acoes-de-capacitacao-para-os-trabalhadores/cartilha/view. Acesso em: 28 de set. 2023.

BRASIL. Organização Mundial da Saúde (OMS). OMS destaca a necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção. OPAS/OMS, Organização Pan-Americana da Saúde. 2022. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao#:~:text=Durante%20d%C3%A9cadas,%20a%20sa%C3%BAde%20mental. Acesso em: 23 de set. 2023.

COELHO, A. K. R. et al . Nursing practices associated with suicide prevention dynamics: An experience report . Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e50310413819, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i4.13819. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13819. Acesso em: 23 de set. 2023.

COHEN, A. A.; MAGNEZI, R.; WEINSTEIN, O. Revisão e análise de reformas de saúde mental em vários países: implementação, comparação e desafios futuros. Ann Psychiatry Treat. 4(1):13-24, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.17352/apt.000015. Acesso em: 23 de set. 2023.

FARIA, J. S. et al. Attitudes of health professionals towards suicidal behavior: an intervention study. Revista de Saúde Pública , v. 56, p. 54, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/G5JBfwTwyhTsfqc4ZVC8pPG/?format=html&lang=pt. Acesso em: 23 de set. 2023.

MONTEIRO, M. et al. A importância da ação Setembro Amarelo nas Unidades Básicas de Saúde. Rev. de Atenção Primária em Saúde, 1 jun 2021. Disponível em: https://periodicoshomolog.ufjf.br/index.php/aps/article/view/33736. Acesso em 23 de set. 2023.

RICHARDSON, D. C. Psicologia social para leigos. Rio de Janeiro: Alta Books, p. 67-112, 2017. Disponível em: https://cdn.bookey.app/files/pdf/book/pt/psicologia-para-leigos.pdf. Acesso em: 23 de set. 2024.

RUCKERT, M. L. T.; FRIZZO, R. P.; RIGOLI, M. M. Suicídio: a importância de novos estudos de posvenção no Brasil. Rev. bras.ter. cogn., Rio de Janeiro , v. 15, n. 2, p. 85-91, dez. 2019 . Disponível em https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-56872019000200002&script=sci_arttext. Acessos em: 28 de set. 2023.

SANTOS, M. S. R. et al. Suicídio: um grande entrave para a saúde pública nos tempos atuais. SEMPESq - Semana de Pesquisa da Unit - Alagoas, [S. l.], n. 7, 2020. Disponível em: https://eventos.set.edu.br/al_sempesq/article/view/12213. Acesso em: 23 de set. 2023.

SOUZA, A. P. et al. Ações de promoção e proteção à saúde mental do idoso na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. v. 27, n. 5, p.1741–1752. Ciência & Saúde Coletiva, 2022.

DOI:10.1590/1413-81232022275.23112021. Disponível em: https://scielosp.org/article/csc/2022.v27n5/1741-1752/. Acesso em: 23 de set. 2023.

UEMURA, K.; YAMADA, M.; OKAMOTO, H. A eficácia de um programa de aprendizagem ativa na promoção de um estilo de vida saudável entre adultos mais velhos com baixa alfabetização em saúde: um ensaio clínico randomizado. Gerontologia, 7:25-35, 2021.

World Health Organization - WHO. Dados sobre suicídio. Genebra: World Health Organization, 2019. Disponível em: https://www.who.int/data/gho/data/themes/mental-health/suicide-rates. Acesso em: 23 de set. 2023.

World Health Organization - WHO. Mental health. Genebra: World Health Organization, 2017. Disponível em: https://www.who.int/data/gho/data/themes/mental-health. Acesso em: 28 de set. 2023.

Capítulo 2

10.37423/250209604

DESEMPENHO NA PROVA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA NO ENEM 2023: UMA ABORDAGEM DE MACHINE LEARNING

Rebeca Vitória Calmon da Conceição — *Universidade Estadual de Santa Cruz*

Susana Marrero Iglesias — *Universidade Estadual de Santa Cruz*

Paulo Eduardo Ambrosio — *Universidade Estadual de Santa Cruz*

Emerson Antonio Rocha Melo de Lucena — *Universidade Estadual de Santa Cruz*

Ronisson Lucas Calmon da Conceição — *Universidade Federal da Bahia*

Tarcila Oliveira Matos Muniz — *Universidade Estadual de Santa Cruz*

Abstract: O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é a principal avaliação para estudantes de escolas públicas e privadas no Brasil ao final da educação básica. Aplicado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a nota obtida no Enem é amplamente utilizada como critério de acesso ao ensino superior no país. Além disso, o exame gera dados abertos (microdados) que incluem informações sobre características dos alunos e dados socioeconômicos. Diante deste contexto, este estudo tem como objetivo prever o rendimento acadêmico dos alunos na prova de Ciências da Natureza do Enem 2023, para o estado da Bahia. Para atingir esse objetivo, utilizamos três modelos de aprendizado de máquina: Gradient Boosting, XGBoost e LightGBM. Cada modelo foi treinado com dados históricos do Enem, que abrangem variáveis socioeconômicas e características individuais dos estudantes. As previsões foram avaliadas com base no Raíz do Erro Quadrático Médio (RMSE). Os resultados indicaram que o LightGBM teve o melhor desempenho, apresentando um RMSE de 64.05 para os dados de teste, refletindo um bom equilíbrio entre treinamento e generalização dos dados. O XGBoost também apresentou um desempenho notável, com um RMSE de 64.20 para os dados de teste, mostrando uma pequena diferença entre os dados de treino e teste. Por outro lado, o Gradient Boosting demonstrou sinais de overfitting, com uma diferença maior entre o RMSE de treinamento (64.33) e o RMSE de teste (64.75), sugerindo que o modelo estava excessivamente ajustado aos dados de treino e teve dificuldades em generalizar para novos dados. Este estudo contribui para a compreensão das variáveis que influenciam o desempenho no Enem e oferece informações para futuras pesquisas e políticas educacionais, visando aprimorar o desempenho dos alunos e a equidade no acesso ao ensino superior.

Keywords: ENEM. Desempenho escolar. Aprendizado de Máquina. Ensino Médio. Modelos Preditivos.

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade educacional é um tema de estudo importante em diversas áreas de pesquisa e representa um desafio significativo para a sociedade e o sistema educacional brasileiro. Um dos objetivos do pesquisador nesse campo é examinar como disparidades de gênero, raça, regionalidade e nível socioeconômico (NS) podem afetar o desempenho dos alunos. Analisar as lacunas existentes entre os diferentes grupos sociais no acesso à educação e compreender como essa desigualdade influencia os resultados educacionais é fundamental. Essa análise permite a busca por soluções que promovam a equidade e a melhoria da qualidade da educação para todos (Alves, Soares, Xavier, 2016).

No Brasil, várias políticas foram desenvolvidas e aprovadas para reduzir as desigualdades entre os sistemas educacionais, garantindo a todos os alunos as mesmas condições no desenvolvimento educacional. Exemplos incluem o Sistema de Cotas, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) de 1996 (Carmo et al., 2014).

Proporcionar oportunidades de aprendizagem e promover um ensino crítico-reflexivo são fundamentais para melhorar as condições socioeconômicas da sociedade como um todo. Alves e Soares (2009) discutiram estratégias para avaliar o nível socioeconômico e entender seu impacto nas oportunidades educacionais. Pesquisas sociais permitem quantificar essa relação dialética, considerando fatores como renda, escolaridade dos pais e ocupações. Essa abordagem oferece uma compreensão mais profunda sobre como essas variações podem influenciar o desempenho dos alunos.

Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo prever o desempenho dos estudantes na prova de Ciências da Natureza (CN) do Enem 2023, para o estado da Bahia, utilizando modelos preditivos. O Enem, aplicado anualmente no Brasil, avalia o desempenho escolar dos participantes ao término da educação básica e gera microdados que são uma fonte valiosa para pesquisas sobre o desempenho escolar dos estudantes. Desta forma, esta pesquisa foi desenvolvida com essa base de dados, que contém informações sobre o perfil e características socioeconômicas dos estudantes (Inep, 2023a).

2. METODOLOGIA

O aprendizado de máquina (Machine Learning) utiliza algoritmos avançados para analisar dados, identificar padrões e resolver problemas com base nas informações disponíveis. No contexto do

aprendizado supervisionado, cada observação no conjunto de dados é associada a uma variável de resposta, permitindo que o modelo seja ajustado para prever novas observações ou entender as relações entre variáveis preditoras e a variável de resposta. James et al. (2017) descrevem que, entre os diversos métodos de aprendizado supervisionado, a regressão é um tipo específico onde a variável de resposta é quantitativa. Em problemas de regressão, o objetivo é prever valores numéricos com base nas variáveis preditoras. A presente pesquisa utilizou métodos de aprendizado de máquina supervisionado, com foco em regressão, para atingir seu objetivo.

O processo de boosting de árvores de regressão, conforme descrito por James et al. (2017), envolve a construção sequencial de árvores de decisão, onde cada nova árvore é ajustada para corrigir os erros dos modelos anteriores. Ajustar parâmetros como o número de árvores, a profundidade máxima e a taxa de aprendizado ajuda a controlar o aprendizado, evitar o overfitting e melhorar a capacidade preditiva do modelo. O autor Brett Lantz (2015) define o overfitting como um problema que ocorre quando um modelo aprende excessivamente os detalhes e o ruído dos dados de treinamento, em vez de captar padrões gerais aplicáveis a novos dados. Esse problema resulta em um modelo que se ajusta muito bem aos dados de treinamento, mas apresenta um desempenho ruim em dados de teste ou novos dados, pois não consegue generalizar adequadamente. Lewis (2017) sugere que comparar o erro de treinamento e o erro de teste em um conjunto de dados é útil para detectar o overfitting. Uma grande discrepância entre esses erros pode indicar que o modelo está se ajustando demais aos dados de treinamento e não está generalizando bem para dados novos.

A análise dos dados utilizou modelos de aprendizado de máquina para prever o desempenho dos estudantes, incluindo técnicas como Gradient Boosting, XGBoost e LightGBM. O método de boosting combina diversos modelos simples, chamados de weak learners, para formar um modelo mais robusto, conhecido como strong learner. O Gradient Boosting aprimora o desempenho do modelo gradualmente ao corrigir erros dos modelos anteriores. O XGBoost, uma variação do Gradient Boosting, incorpora técnicas de regularização que ajudam a reduzir o overfitting e aumentar a precisão do modelo. Já o LightGBM se destaca pelo padrão de crescimento leaf-wise, realizando divisões nas folhas com maior perda, ao contrário de outros métodos que seguem um padrão depth-wise, expandindo uniformemente em cada nível.

2.1 BASE DE DADOS DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

A base de dados do exame do Enem de 2023, que os microdados estão disponíveis no site do Inep, inclui 76 variáveis sobre informações da prova e questões socioeconômicas dos participantes. Essas variáveis cobrem características dos participantes, tipos de escolas frequentadas, solicitações de atendimento especializado, informações sobre os locais de aplicação do exame, dados das provas objetivas e da redação, além de 25 questões sobre as condições familiares dos participantes. Para garantir a segurança dos indivíduos, os números de inscrição dos estudantes estão codificados, impedindo a identificação dos alunos (Inep, 2023). Optou-se por utilizar a base de dados do Enem 2023 para a análise devido à relevância dos dados mais recentes e ao contexto atual. As edições anteriores, especificamente a de 2020, coincidiram com o período crítico da pandemia de COVID-19, que teve um impacto significativo e inesperado sobre o sistema educacional e o desempenho dos alunos. A pandemia e suas consequências afetaram não apenas o ensino e a aprendizagem, mas também os processos de avaliação e as condições socioeconômicas dos estudantes. Assim, buscou-se focar na base de 2023, alinhando-se com o cenário pós-pandemia, permitindo uma avaliação mais precisa nas condições atuais e dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos em um contexto mais normalizado.

A base de dados utilizada para esta pesquisa contém informações detalhadas sobre os participantes do Enem 2023 e suas escolas, além de aspectos socioeconômicos. Os dados dos participantes incluem características pessoais como idade, gênero, estado civil, cor ou raça, e nacionalidade. Também são fornecidas informações sobre o ensino médio, como a situação de conclusão, o ano de conclusão, o tipo de escola frequentada e se o participante é treineiro. Esses dados ajudam a entender o perfil dos alunos e suas condições educacionais. O questionário socioeconômico aplicado aos participantes aborda aspectos da condição econômica e social dos indivíduos e suas famílias. Elas incluem perguntas sobre o nível de escolaridade dos pais, a ocupação profissional, o tamanho da família e a renda mensal. Além disso, o questionário investiga as condições habitacionais, como a presença de determinados eletrodomésticos e a infraestrutura da residência, e o acesso a serviços e bens, como telefone e internet.

Além das características individuais dos alunos, a base de dados inclui informações sobre as escolas que os participantes frequentaram ou que frequentam. Informações como a localização da escola (urbana ou rural), o estado onde a escola está situada e o tipo de administração da escola (pública ou privada). Esses dados ajudam a contextualizar o ambiente educacional e seu possível impacto nas

notas dos alunos. A variável dependente analisada neste artigo é a nota obtida na prova de Ciências da Natureza, que reflete o desempenho dos alunos. O tratamento dos dados envolveu várias etapas, incluindo o pré-processamento e visualização dos dados. Durante o tratamento das variáveis, foram identificadas informações iniciais e finais, valores ausentes e tipos de categorias das variáveis (quantitativas, qualitativas nominais e ordinais). A análise focou apenas nos inscritos que não eram treineiros, que fizeram a prova de Ciências da Natureza e que não obtiveram nota zero, para verificar a influência dessas variáveis no desempenho dos participantes do Enem.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

Os algoritmos de aprendizado de máquina ajudam a coletar dados de diversas fontes, transformar conjuntos de dados complexos e tomar ações inteligentes com base nos resultados obtidos. Enquanto os seres humanos processam dados a partir dos sentidos para interpretar o mundo, atualmente, os dados são coletados de diversas fontes, como a Internet e sensores, e são processados para extrair informações úteis. Esses algoritmos de aprendizado de máquina utilizam essas informações para gerar previsões e auxiliar na tomada de decisões. Os algoritmos de aprendizado de máquina são projetados para transformar grandes volumes de dados em informações importantes, permitindo que ações inteligentes sejam tomadas com base nesses resultados. Esses algoritmos lidam com problemas em grande escala, apontam previsões precisas e tratam uma variedade de problemas de aprendizado (Tripathi, 2017).

No contexto do aprendizado de máquina, o aprendizado supervisionado é uma abordagem específica que se concentra em aprender uma função a partir de dados rotulados, onde o objetivo é prever ou classificar novos dados com base no conhecimento adquirido durante o treinamento. O aprendizado de máquina supervisionado é um processo onde se aprende uma função que mapeia variáveis de entrada para uma variável de saída, com o objetivo de prever resultados para novos dados. Isso permite estudar relações entre variáveis de entrada e variáveis-alvo podendo representá-las em um modelo que pode prever a variável de saída com base nas variáveis de entrada (Tripathi, 2017).

Dados gerados através de testes padronizados têm sido amplamente utilizados para extrair informações, permitindo estudos que ajudam a entender e prever padrões de desempenho. Eric Hanushek tem estudado sobre o desempenho escolar dos alunos, evidenciando a influência de fatores como o background familiar e a formação dos professores no rendimento acadêmico (Hanushek; Luque, 2003). Hanushek realizou estudos que utilizaram modelos de regressão e correlação para

relacionar o desempenho dos alunos (variável dependente) com variáveis do background familiar (variáveis independentes). Hanushek focou em como variáveis como escolaridade dos pais e renda familiar afetam o desempenho escolar, utilizando dados de testes padronizados para suas análises (Hanushek, 1971; Hanushek, 1989; Hanushek, 1997; Hanushek e Kimko, 2000). Ao considerar a literatura internacional, é importante reconhecer a base teórica estabelecida por estudos históricos, como o relatório de Coleman (1966) e os trabalhos de Hanushek, que foram fundamentais para o desenvolvimento dos estudos sobre desempenho escolar. Esses estudos influenciaram a pesquisa nacional, como os estudos realizados no Brasil após a introdução do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1997 (Albernaz, Ferreira e Franco, 2002).

Estudos recentes mostram que a utilização de dados abertos, como os do Enem, tem demonstrado compreensões significativas sobre o desempenho acadêmico dos alunos. Por exemplo, Marcom e Kleinke (2017) investigaram o impacto do gênero e do status socioeconômico na prova de Ciências da Natureza do Enem 2014, encontrando que a diferença de desempenho entre gêneros diminui com a melhoria das condições socioeconômicas. Em outra pesquisa, Melo et al. (2021) analisaram variáveis socioeconômicas e regionais no desempenho do Enem 2018, utilizando técnicas de regressão múltipla e análise espacial, destacando o impacto da renda familiar e da escolaridade da mãe.

Novaes e Piton-Gonçalves (2021) utilizaram Regressão Linear Múltipla para prever o desempenho no Enem de 2019, evidenciando a eficácia dessa abordagem na previsão acadêmica e a importância de considerar diversos fatores contextuais.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a análise estatística descritiva, o conjunto de dados da prova de Ciências da Natureza do Enem 2023 na Bahia abrange um total de 324.268 (8,24%) indivíduos com 61,29% do sexo feminino e 38,71% do sexo masculino. A distribuição por sexo mostra que 210.958 (65,06%) são do sexo feminino e 113.310 (34,94%) são do sexo masculino. Quanto à cor ou raça, 4.325 (1,33%) indivíduos não declararam, 64.453 (19,88%) se identificaram como

brancos, 91.485 (28,21%) como pretos, 156.217 (48,18%) como pardos, 5.511 (1,70%) como amarelos e 2.277 (0,70%) como indígenas. No que diz respeito ao tipo de escola, 237.343 (73,19%) frequentam escolas públicas, 72.531 (22,37%) frequentam escolas privadas e 14.394 (4,44%) estão em outras categorias de escolas. Além disso, 275.468 (84,95%) dos participantes não eram treineiros, sendo apenas 48.800 (15,05%). Na prova de CN, no total geral 68,44% (2.692.427) esteve presente na prova,

31,50% (1.239.316) faltou a prova e 0,06% (2.212) foram eliminados. No estado da Bahia, em relação a presença na prova de CN, 102.771 (31,69%) faltou a prova, 221.345 (68,26%) esteve presente na prova e 152 foram

eliminados (0,05%).

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das notas obtidas pelos participantes da prova de Ciências da Natureza do Enem 2023 na Bahia. A contagem total de notas é 180.092, representando a totalidade dos dados analisados. A média das notas de CN é 487,23, indicando o desempenho médio dos alunos. O desvio padrão de 75,08 informa uma variabilidade considerável nas notas, refletindo uma considerável dispersão em torno da média. O valor mínimo da nota de CN registrado foi de 323,30, enquanto o máximo foi de 854,70, demonstrando o intervalo das notas. A mediana, situada em 481,50, divide a distribuição das notas ao meio, indicando que 50% dos alunos pontuaram abaixo desse valor e os outros 50% acima. Os quartis mostram que 25% dos alunos obtiveram notas abaixo de 432,20 (1º quartil), e 75% dos alunos pontuaram abaixo de 537,60 (3º quartil).

Tabela 1 - Análise Estatística Descritiva das Notas de Ciências da Natureza

Estatística	Dados
Contagem (n)	180.092
Média (mean)	487,23
Desvio Padrão (std)	75,08
Mínimo (min)	323,3
1º Quartil (25%)	432,2
Mediana (50%)	481,5
3º Quartil (75%)	537,6
Máximo (max)	854,7

A Tabela 2 a seguir apresenta uma comparação dos erros de treino e teste para os três modelos diferentes de regressão utilizados para prever o desempenho na prova de CN. Os modelos avaliados foram o LightGBM, o GradientBoostingRegressor e o XGBRegressor. A tabela apresenta os valores do Raíz do Erro Quadrático Médio (RMSE) que é uma métrica utilizada para avaliar a qualidade de um modelo preditivo. Ele mede o tamanho das diferenças entre os valores previstos pelo modelo e os valores reais observados. Um modelo com um baixo RMSE está fazendo previsões que são, em média, mais próximas dos valores reais.Vale salientar que é importante considerar o RMSE tanto nos dados de treinamento quanto nos dados de teste para verificar se o modelo está sofrendo de overfitting ou

se é capaz de generalizar bem para novos dados. Agora que entendemos o que é RMSE e como ele é calculado, vamos analisar os resultados dos nossos modelos.

Tabela 2 - Comparação do Desempenho de Modelos de Regressão Múltipla na Previsão de Notas do Enem em CN

Modelo	RMSE Treino	RMSE Teste
LightGBM	63.06062320028470	64.04964501493770
GradientBoostingRegressor	64.33233451629690	64.75162749218610
XGBRegressor	61.09164707337180	64.19924674944800

O modelo LightGBM apresentou a menor diferença entre o RMSE de treino e teste, sugerindo que o modelo tem uma boa capacidade de generalização. Pode-se dizer que esta pequena diferença entre os erros de treino e teste sugere que o LightGBM está bem ajustado e é capaz de generalizar bem para novos dados. O segundo modelo Gradient Boosting apresentou uma diferença menor entre RMSE de treino e teste. O terceiro modelo tem a maior diferença entre RMSE de treino e teste, indicando potencial problema de overfitting. Embora o modelo tenha o menor erro de treinamento, a capacidade de generalização parece ser inferior em comparação com os outros modelos, tendo em vista a diferença de performance entre dados de treino e de teste.

De acordo com James et al. (2017), a avaliação de modelos deve focar no erro de teste, pois é mais representativo da capacidade do modelo de generalizar para novos dados. A análise dos erros de teste dos modelos demonstra que o modelo LigthGBM apresentou melhor os resultados entre o erro de treinamento e teste, demonstrando que é menos propenso a overfitting e que possui uma capacidade de generalização melhor (isto é, para dados em que não tenha sido treinado previamente).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi criar um modelo de previsão das notas de CN do Enem 2023 utilizando métodos de Aprendizado de Máquina. O modelo finalista apresentou menor diferença em termos de performance com dados de treino e de teste.

Para próximos estudos sugere-se a adoção de outros métodos de Aprendizado de Máquina, como redes neurais e ainda técnicas diferentes de Encoding das variáveis categóricas presentes no banco de dados, bem como a aplicação de diferentes técnicas de interpretabilidade de modelos.

REFERÊNCIAS

Albernaz, A.; Ferreira, F.; Franco, C. (2002), Qualidade e eqüidade no ensino fundamental brasileiro. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3.

Alves, M. T. G.; Soares, J. F. (2009), Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional. Opinião Pública, v. 15, n. 1, p. 1–30, jun.

Alves, M. T. G.; Soares, J. F.; Xavier, F. P. (2016), Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. Revista Brasileira de Sociologia - RBS, v. 4, n. 7, p. 49–82, 1 jul.

Brasil. (2002), Documento Básico. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília. Acesso em: 20 jul. 2024.

Brasil. (2023), Microdados do ENEM 2023. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília. Acesso em: 20 jul. 2024.

Brasil. (2023a), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília. Acesso em: 20 jul. 2024.

Carmo, E. F. et al. (2014), Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 95, n. 240, p. 304-327, maio/ago.

Coleman, J. S. (1966), Equality of Educational Opportunity. DC: U.S. Government Printing Office, Washington. Hanushek, E. A. (1971), Teacher Characteristics and Gains in Student Achievement: Estimation Using Micro

Data. American Economic Review, Nashville, v. 61, n. 2, p. 280-288, maio.

Hanushek, E. A. (1989), The Impact of Differential Expenditures on School Performance. Educational Researcher, v. 18, n. 4, p. 45–62, maio.

Hanushek, E. A. (1997), Assessing the effects of school resources on student performance: An update.

Educational Evaluation and Policy Analysis, v. 19, n. 2, p. 141-164.

Hanushek, E. A.; Kimko, D. D. (2000), Schooling, Labor-Force Quality, and the Growth of Nations. American Economic Review, v. 90, n. 5, p. 1184–1208, dez.

Hanushek, E. A.; Luque, J. A. (2003), Efficiency and equity in schools around the world. Economics of Education Review, v. 22, n. 5, p. 481–502, out.

James, G.; Witten, D.; Hastie, T.; Tibshirani, R. (2017), An introduction to statistical learning: with applications in R. Springer.

Lantz, B. (2019), Aprendizado de máquina com R: técnicas especializadas para modelagem preditiva . Packt Publishing Ltd.

Lewis, N. D. C. (2017), Machine Learning Made Easy with R: An Intuitive Step by Step Blueprint for Beginners. CreateSpace Independent Publishing Platform.

Marcom, G. S.; Kleinke, M. U. (2017), Gênero e status socioeconômico: reflexões sobre o desempenho dos candidatos na prova de ciências da natureza do Enem 2014. Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia, Rio de Janeiro, v. 0, n. 19, p. 44, ago.

Melo, R. O. et al. (2021), Impacto das variáveis socioeconômicas no desempenho do Enem: uma análise espacial e sociológica. Revista de Administração Pública, v. 55, n. 6, p. 1271–1294, nov.

Novaes, A.; Piton-Gonçalves, J. (2021), Predição do desempenho de candidatos do ENEM por regressão múltipla. 10, p. 82-98.

Tripathi, A. (2017), Practical Machine Learning Cookbook . 1ª ed. Packt Publishing. Acesso em: 20 jul. 2024.

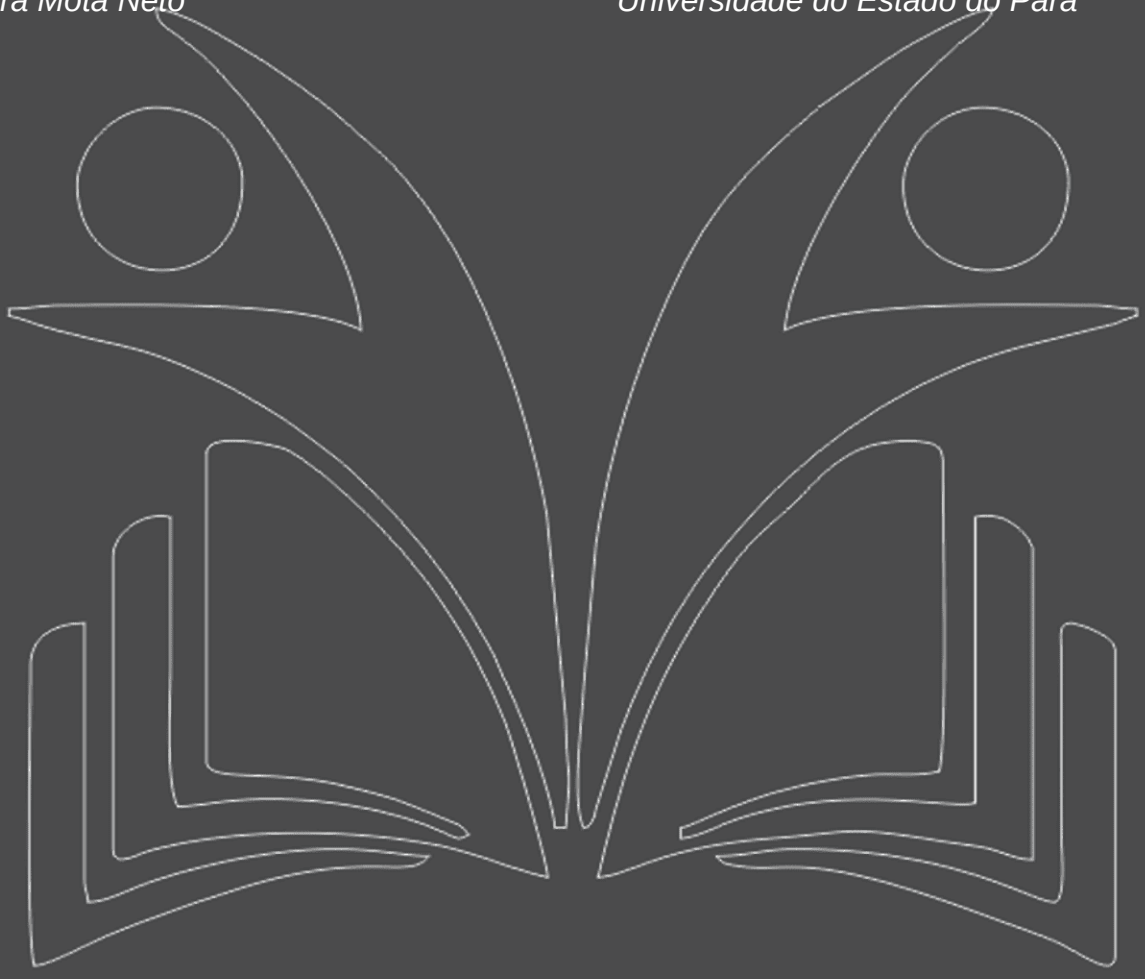
Capítulo 3

10.37423/250209611

O REFLEXO DA DESIGUALDADE NO ALTO ÍNDICE DE CRIMINALIDADE

Rodrigo Almeida da Silva — *Universidade do Estado do Pará*

João Teixeira Mota Neto — *Universidade do Estado do Pará*



INTRODUÇÃO:

Partindo de uma temática recorrente no Brasil, analisa-se como a educação, ou a falta dela pode ter reflexos na questão de grandes índices de criminalidade, e posteriormente condições precárias nos presídios, devido a superlotação que é a face das penitenciárias quase na maioria do mundo.

Desse modo, faz-se necessário um debate acerca das raízes desse problema, evidenciando por quais motivos as políticas públicas não são eficazes no Brasil, uma vez que a Constituição Federal de 1988 assegura direitos fundamentais como educação e saúde para todos.

Além disso, outro ponto que precisa ser discutido para a melhoria na segurança pública no Brasil é em relação a como acontece o processo de reintegração dos detentos à sociedade, e se têm realmente uma política voltada para a ressignificação, ou eles só são privados de sua liberdade como uma forma de punição pelo ato ilícito (Araujo et al., 2022), e vivem a parte da sociedade?

É preciso reafirmar que mesmo reclusa a pessoa, que compõe de população carcerária perde o direito ao convívio social dentre outros elementos de ordem legal (Araujo, 2022) porém, ela tem direitos como qualquer cidadão que está fora do cárcere como: saúde, cidadania, assistência social, educação, entre outros. Tais direitos estão assegurados na Constituição Federal de 1988, na Lei de Execução Penal (LEP), dentre outros instrumentos legais, que amparam esses direitos para a pessoa apenada.

Nessa perspectiva, convém ressaltar, que mesmo com todas as políticas para tornar o Brasil um país mais seguro na questão de violência, depara-se ainda com uma enorme contradição, pois atual situação do sistema penitenciário é precária, impossibilitando a prática de ressignificação e reinserção da pessoa que cumpriu pena, e tem garantida a sua liberdade, podendo voltar ao convívio em meio social, com uma visão crítica a respeito de seus crimes. Logo, a expressão ‘Murro em ponta de faca” pode ser usada para as questões que envolvem o ato de “prender e soltar”, sem oferecer realmente condições reais que possam propiciar mudanças na vida da pessoa. (Amorim e Araujo, 2023).

Portanto, é correto tentar entender onde estão as lacunas dessas políticas públicas, e quem sabe, por meio de estudos e pesquisas, poder apontar meios que viabilizem a aplicabilidade das leis em função da garantia da dignidade em geral de toda sociedade, a fim de subtrair os números da criminalidade, e o aumento de pessoas com acesso à educação.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio da pesquisa do tipo bibliográfica, iniciada a partir de leitura de caráter exploratória sobre temas que tratassem da educação l, da garantia de direitos, do encarceramento, causas, dentre outros, que pudessem nos dar suporte teórico. De acordo com Marconi e Lakatos 2011, a pesquisa tem como objetivo formular questões para desenvolver hipóteses visando o aprimoramento de ideias. Para a coleta dos materiais utilizado na revisão bibliográfica realizada neste trabalho, foram utilizadas as seguintes bases de dados: google acadêmico, Departamento Penitenciário Nacional, bem como livros e artigos que vimos trabalhando no decorrer dos nossos estudos no PIBID. (Quando falaram PIBID coloquem o significado e insiram uma nota de rodapé, com o título do PIBID e algum detalhe sobre ok)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Destarte, a educação é um ponto essencial para o desenvolvimento das pessoas, de forma que essas precisam se desenvolver integralmente, para viver em meio a uma sociedade e, cumprir com seus direitos e deveres, e a educação entra como um agente de transformação para o cidadão, de modo que possibilita ele ter autonomia para analisar o meio social em vive, com uma visão crítica de tudo que viveu.

Entretanto, a questão da desigualdade social tem influenciado de maneira contundente, na oferta da educação básica, com efetiva qualidade social, ou não tem nem o mínimo, e isso reflete de forma relevante em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na criminalidade.

Como afirma De Jesus 2023:

> A prevalência de jovens e de indivíduos de baixa escolaridade reforça a conexão entre a falta de oportunidades educacionais e o encarceramento. Além disso, a desproporção racial evidenciada nas prisões reflete as persistentes disparidades raciais na sociedade brasileira, tanto em termos socioeconômicos quanto em relação ao tratamento pelo sistema de justiça criminal. (De Jesus, 2023. p.476)

Diante dessa realidade, vale frisar que, a desigualdade é uma vertente muito presente no contexto de direitos educacionais, pois é bem mais complicado oferecer uma boa educação nos ambientes de periferia, onde a maioria da população é pobre, sem condições ideias de moradia e renda, sendo que muitas estão à beira da miséria.

Com isso, a prioridade dessas pessoas acaba sendo prioritariamente, sobreviver, visto que estão à mercê da sociedade sendo praticamente invisíveis para as autoridades.

Sobre isso, Saldanha e Argerich 2019, indicam que:

> Ante o exposto, conclui-se que o delinquente, no Brasil, está diretamente ligado às condições sociais e econômicas nas quais ele está inserido. O que se vê é a figura do excluído, do miserável; daquele que não possui condições mínimas de acesso à cultura, lazer e educação de qualidade. Evidencia-se então, que antes de haver uma reforma no sistema penitenciário e nas leis vigentes em nosso país, é preciso haver uma mudança significativa em nossa sociedade, construindo-se um amplo espaço democrático de direito, na busca pelo bem comum de todos os seus entes e pela efetivação do princípio máximo de nossa Constituição Federal, a dignidade da pessoa humana. (Saldanha e Argerich, 2019. p.5)

Atualmente é possível presenciar reflexos de uma sociedade em que a maioria é pobre, negra e de periferia e, que sofre com uma esmagadora desigualdade social por todo país. (Araujo et al., 2022). Nesse cenário é comum que adolescentes tenham que escolher entre estudar ou trabalhar, estudar e trabalhar desde cedo, para poder sustentar a família ou para se alimentar, escancarando assim o quanto é difícil ter acesso à educação.

Isso tem impacto direto sobre a relação entre evasão escolar e criminalidade juvenil nas regiões periféricas. O que revela uma realidade preocupante e complexa pois, apresenta a seletividade presente no fenômeno do encarceramento no Brasil, evidenciando que a maioria da população carcerária é composta por jovens negros e pessoas com baixa escolaridade.

Essa análise aponta para a existência de um padrão estabelecido que marginaliza e estigmatiza determinados grupos sociais, atribuída de forma desigual com base em posições sociais. Bem como afirma, Saldanha e Argerich 2019:

> Outrossim, ante a análise dos dados supracitados, evidencia-se que o delinquente faz parte da população dos empobrecidos, produzido por modelos econômicos excludentes e privado dos seus direitos fundamentais de vida. Ideologicamente, como os “pobres”, aqueles são jogados em um conflito entre as necessidades básicas vitais e os centros de poder e decisão que as negam. São, com certeza, produtos da segregação e do desajuste social, da miséria e das drogas, do egoísmo e da perda de valores humanitários. Por sua condição de presos, seu lugar na pirâmide social é reduzido à categoria de “marginais”, “bandidos”, duplamente excluídos, massacrados, odiados. (Saldanha e Argerich, 2019. p.4).

Além disso, é importante ressaltar a ineficácia do encarceramento em massa como solução para a criminalidade, segundo um levantamento nacional de informações penitenciárias no período de julho a dezembro de 2020 por parte do Departamento Penitenciário Nacional, o brasil tem uma população privada de liberdade de 672.697 pessoas para 455.113 vagas, ou seja, um déficit de 217.584 vagas a mais do que suporta as penitenciárias evidenciando a superlotação carcerária. Do mesmo modo, o

déficit de vagas e a falta de infraestrutura violam os direitos dos presos e comprometem a reinserção e reeducação dos indivíduos condenados.

A Educação pode ser um instrumento de emancipação. A partir dela as pessoas podem desenvolver autonomia, consciência crítica e capacidade de reflexão sobre sua realidade. Esses elementos são de fundamental importância para um desenvolvimento social eficaz. Além disso, ela proporciona chances de ressignificar a vida das pessoas, sobretudo, a s que se encontram encarceradas, permitindo assim outras possibilidades para suas vidas, bem como, contribuem de maneira significativa para a ressignificação, reintegração social e o exercício da cidadania plena.

CONCLUSÕES

A partir dos estudos desenvolvidos, vimos que neste cenário, de direitos e deveres, da necessidade de alternativas para a vida de pessoas que vivem à margem da sociedade e que por vezes acabam por sucumbir à tentação da suposta vida fácil ofertará pelo “mundo do crime”, e fundamental repensar nas configurações das políticas públicas voltadas para a educação e para a segurança pública no Brasil.

Do ponto de vista da educação é urgente buscar estratégias que possam combater a evasão escolar e sejam capazes de promover a inclusão social e, como consequência atuar no sentido da prevenção da criminalidade juvenil. Fica cada vez mais evidente a necessidade de políticas públicas com abordagens mais ampla e integradas e, que levem em consideração as questões estruturais que perpetuam situações como o alto índice de marginalização e a discriminação de jovens negros. Tais ações visam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

As pesquisas que vimos fazendo, apontam para a premência de ações que promovam a inclusão social, a educação numa perspectiva de qualidade e justiça social, como caminho para enfrentamento desse desafio. Ou investimos em ações que efetivamente possam ressignificar a vida de nossos jovens marginalizados, ou teremos que viver aprisionados em celas que socialmente fomos capazes de construir, por não propiciar condições de vida digna para todas as pessoas.

Palavras-Chave: Educação no Cárcere; Desigualdade social; Prevenção à criminalidade; garantia de direitos.

REFERÊNCIAS:

ARAUJO, M. A. M. de L.; FERREIRA, E. J. A.; GUIMARÃES, J. W. O. A Gestão Penitenciária Paraense e os processos de Educação e Reinserção Social. In: ARAUJO, Maria Auxiliadora Maués de Lima et al. Veredas para o sol: escritos sobre a educação no cárcere paraense. Curitiba: CRV, 2021.

BRASIL. DEPEN - Depen lança atualização do Levantamento de Informações Penitenciárias após melhorias no sistema de captação de dados — Secretaria Nacional de Políticas Penais (www.gov.br). Disponível em: Microsoft Power BI. Acessado em: 28/03/2024.

————. Lei n°7.210, de 11 de julho de 1984. Institui Lei de Execução Penal. 1984.

—————. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DE JESUS, E. A. Uma análise diagnóstica do perfil do sentenciado nas prisões brasileiras: escolaridade, idade, cor, sexo e outras determinantes. revista owl (owl journal) - revista interdisciplinar de ensino e educação, 2023.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica .7, 6º reimp. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011, 183 p.

REIS, Maria Sarah. F. S; AMORIM, Rosane dos Santos. Práticas pedagógicas para mulheres encarceradas e o processo de formação dos futuros Pedagogos (a): O esperançar que ressignifica vidas. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade do Estado do Pará (UEPA/CAMPUS XI), São Miguel do Guamá, 2023.

SALDANHA, A. G. P.; ARGERICH, E. N. A. A identidade do delinquente: análise acerca do perfil do encarcerado no sistema penitenciário brasileiro. Revista Salão do Conhecimento. Out.2019.

Capítulo 4

10.37423/250209623

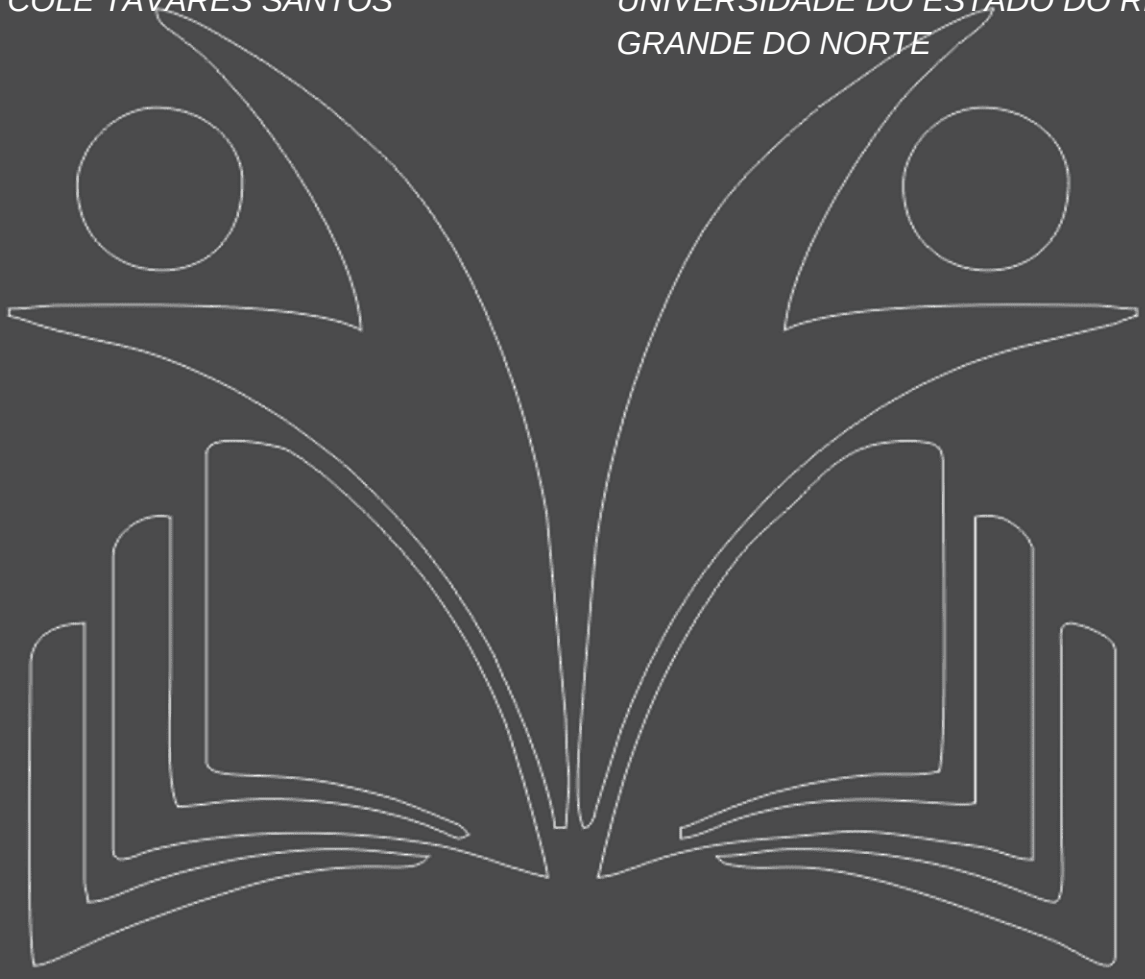
ITINERÁRIOS FORMATIVOS NO ENSINO MÉDIO: QUEM DECIDE OS CAMINHOS?

CLARA WESLLYANE MORAIS DA SILVA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

JEAN MAC COLE TAVARES SANTOS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



Resumo: Este trabalho discute como os(as) estudantes realizam suas escolhas de itinerários formativos no Novo Ensino Médio (NEM). O objetivo é compreender a estrutura dos itinerários formativos na política do NEM, as oportunidades de escolha oferecidas e a relação dos(as) estudantes com. A pesquisa é de caráter qualitativo, com abordagem documental e bibliográfica. Além disso, foi aplicado um questionário a estudantes do ensino médio de escolas públicas, contribuindo para a análise da política educacional e evidenciando a busca pela antecipação do futuro por parte dos(as) estudantes. A base teórica do estudo é fundamentada nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe (1992) sobre a produção de políticas, com ênfase no ciclo de políticas. Também recorremos às leituras de Lopes e Macedo (2011), que discutem teorias do currículo, as disputas e demandas presentes nas escolas e por indivíduos que exercem influência na formulação das políticas educacionais.

Palavras-chave: Itinerários formativos. Novo Ensino Médio. Ciclo de Políticas. Currículo.

INTRODUÇÃO

A partir da nova reforma do ensino médio, nos últimos anos, essa etapa educacional vem sofrendo diversas modificações. Entre essas mudanças presentes na nova proposta do ensino médio brasileiro, é proposto o aumento da carga horária e promete a diversificação e flexibilização na organização curricular. Ao reconhecer os diversos impactos que afligem a educação no Brasil, é vista a importância do surgimento e efetivação de políticas educacionais que atuem de maneira significativa, percebendo os diferentes contextos existentes. Contudo, essas políticas continuam sendo ligadas a uma perspectiva de solução das demandas sociais, na qual os estudantes devem atender a essas necessidades e se adequar às exigências do mundo do trabalho.

O interesse pela temática selecionada surge, antes de tudo, por meio da participação como bolsista no Programa de Educação Tutorial (PET) de Pedagogia presente na Faculdade de Educação (FE) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que possibilitou a aproximação e contato com grupos de pesquisa, projetos de iniciação científica e atividades como extensionista. Ao longo da graduação foi possível ingressar no Grupo de Pesquisa Contexto e Educação (FE/UERN), e como também, participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado como 'políticas para o ensino médio: atuação e contexto nas políticas de currículo', o que me possibilitou a proximidade com as leituras e discussões sobre o currículo, políticas educacionais e o ensino médio.

Com base nas leituras e discussões dos autores como Stephen Ball, Richard Bowe, Alice Lopes, Elizabeth Macedo e Jefferson Mainardes, que discutem a produção de políticas educacionais e currículo, revelando as várias disputas e demandas presentes nas escolas devido a diferentes contextos que moldam essas políticas, como o Novo Ensino Médio (NEM) e seus itinerários formativos, este estudo surge da vontade de entender como os estudantes fazem suas escolhas dentro desses itinerários. O objetivo é compreender como os alunos selecionam os itinerários formativos propostos pelo NEM, entender a proposta desses itinerários na política educacional do NEM e analisar a relação dos alunos com a oferta dos itinerários formativos.

Como maneira de atingir os objetivos propostos anteriormente e delimitar nosso estudo, optamos por realizar uma pesquisa de caráter qualitativo para compreender a realidade social por meio do que o ser humano reflete e produz a partir de seus conceitos, motivos, crenças, valores e atitudes (Minayo, 1994).

Seguindo as diretrizes de classificação de pesquisas, delimitamos nosso estudo como documental e bibliográfico, os quais, embora compartilhem algumas similaridades, se distinguem principalmente devido às escolhas das fontes de pesquisa (Gil, 2002). Assim, na abordagem documental, nosso objetivo é compreender as proposições da política do Novo Ensino Médio, focalizando especialmente como os documentos definem os itinerários formativos. Por outro lado, a classificação como pesquisa bibliográfica decorre do exame das leituras e da imersão no referencial teórico selecionado para fundamentar a temática proposta.

Após a introdução para uma melhor contextualização do trabalho, organizamos o texto em três seções distintas. Na segunda seção, compartilhamos nossas reflexões e entendimentos teóricos sobre o currículo e as políticas educacionais e curriculares. Adicionalmente, conforme sugerido por Stephen Ball e colaboradores, discutimos como as políticas se desdobram no contexto do ciclo de políticas. Em seguida, na terceira seção da pesquisa, exploramos os itinerários formativos, analisando as interpretações que os cercam e examinando os documentos relacionados a esse tema. Além disso, oferecemos nossas reflexões sobre a interseção entre as experiências de vida dos jovens no ensino médio e os itinerários formativos. Nesse sentido, apresentamos nossas indagações e as possíveis implicações desse processo, baseando-nos principalmente no estudo conduzido por Lopes (2019).

REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar das diversas manifestações encorajadas, a Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016, que propunha a diversificação do currículo e uma maior aproximação com as realidades dos jovens no ensino médio, foi aprovada com urgência e determinação. Poucos meses depois, em fevereiro de 2017, o então presidente Michel Temer sancionou a Lei nº 13.415. Essa legislação alterou a Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promovendo mudanças significativas no ensino médio e redefinindo o cenário educacional.

Nesse contexto, de acordo com o Ministério da Educação, o ensino médio deverá ampliar sua carga horária de 800 para 1.000 horas anuais. A estrutura curricular das escolas deverá incorporar maior flexibilidade, de modo a contemplar os elementos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio. Além disso, os itinerários formativos deverão ser disponibilizados aos estudantes, permitindo-lhes escolhas selecionadas às áreas de conhecimento ou à formação técnica e profissional.

É relevante destacar que a concepção dos itinerários formativos ganhou centralidade no debate educacional a partir da implementação da política do Novo Ensino Médio (NEM). Dessa forma, para uma compreensão aprofundada dessa proposta, torna-se essencial analisar tanto seus princípios quanto os desafios inerentes

Ainda, dentre as justificativas apresentadas para a aprovação da Lei, possuímos ainda a possibilidade da parceria entre instituições públicas e privadas, para apoiar as políticas educacionais, buscando auxiliar na consolidação do protagonismo estudantil e no desenvolvimento de projetos de vida. Dentre essas empresas e instituições privadas podemos citar, por exemplo, a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Natura, o Instituto Ayrton Senna e o Itaú Social. Sobre essa relação entre as instituições, concordamos com a afirmação realizada por Lopes (2019) onde apresenta que

> Havendo estreita relação dessas organizações com grandes empresas e instituições financeiras privadas, é possível reforçar o argumento, já difundido amplamente pela Associação Brasileira de Curriculo (ABdC) em nota pública, de que, muito mais do que uma mudança de organização curricular, a reforma do ensino médio visa favorecer a transferência de recursos de instituições públicas para instituições privadas (Lopes, p. 67, 2019).

Dessa forma, é fundamental destacar a influência da lógica neoliberal nesse processo, uma vez que algumas empresas poderiam assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento e pela oferta dos itinerários formativos nas instituições de ensino. Além disso, como justificativa para as mudanças propostas, houve recorrentes, entre seus defensores, críticas à quantidade de disciplinas no currículo obrigatório do ensino médio — treze — e ao fato de que essas não estariam alinhadas às demandas do mercado de trabalho (Queiroz, 2021, p. 20). Assim, reforçar-se a concepção da educação como um meio de atendimento às exigências do mundo do trabalho.

No entanto, não se pode presumir que esta parceria seja capaz de resolver os problemas que afetam o ensino médio no Brasil. Isso se deve ao fato de que as próprias instituições se encarregam de resolver essas questões, frequentemente também as produzidas, reproduzindo a lógica de um discurso performativo.

Stephen Ball argumenta que a análise das políticas educacionais deve considerar como as instituições contextualizam e constroem discursos em torno da prática. Em outras palavras, é essencial compreender de que maneira os profissionais relacionam os textos oficiais das políticas educacionais à realidade da comunidade escolar em que atuam. A análise de documentos políticos é uma tarefa complexa, exigindo dos pesquisadores a identificação de ideologias, interesses, conceitos e disputas envolvidas, entre outros aspectos.

Uma proposta interessante é a adaptação das políticas estabelecidas nacionalmente para atender também às necessidades do contexto local. Isso evidencia que a formulação desses textos reflete não apenas as intenções e negociações no âmbito estadual, mas também o processo de elaboração da política, que está sujeito a diversas influências.

Oliveira e Destro (2005) afirmam que a política curricular indicada por Bowe e Ball (1992) e por Ball (1997, 1998) concorda com os levantamentos feitos anteriormente, ao refletir sobre o modelo que deveria ser seguido nas pesquisas das políticas curriculares e, também, na análise como um processo político em desenvolvimento. Ball e Bowe apontam que a política curricular deve ser percebida formada por textos, continuamente interpretados segundo o contexto e recontextualizados no momento da implementação e da produção.

Ainda, indicam-se casos em que certas políticas curriculares mostram uma clara separação entre a formulação e a implementação, o que reflete uma percepção linear do processo político. Como resultado, observamos que os formuladores das políticas educacionais estão desconectados da realidade educacional em questão. Nesse sentido, a perspectiva pós-estrutural rejeita abordagens de política educacional que dividem rigidamente as etapas de formulação e implementação, defendendo a inclusão dos profissionais escolares nesses processos.

Outra pesquisa sobre política é realizada por Lopes e Macedo (2011), que abordam sobre as políticas, apontam as principais indagações sobre as investigações no campo do currículo e das políticas curriculares. Sendo evidenciado a ideia de política como um guia para a prática. Assim, nos ajudam a entender que a sociedade capitalista é vista como base para este estudo, tornando, assim, os resultados como soluções para os impasses de implementação das políticas. Segundo Lopes e Macedo (2011), Michael Apple aponta que a exigência de sistemas de avaliações focado nos resultados, determina o currículo como estrutura dominante do trabalho dos professores.

Nesse contexto, surgiu o debate sobre quais conhecimentos deveriam ser incluídos ou excluídos, quem teria a responsabilidade de estabelecê-los e quais culturas seriam privilegiadas. Além disso, as autoras destacam que a publicação de *Ideologia e currículo*, de Apple, teve um impacto significativo no pensamento curricular brasileiro durante a década de 1980.

> A elaboração curricular passa a ser pensada como um processo social, preso a determinações de uma sociedade estratificada em classes, uma diferenciação social reproduzida por intermédio do currículo. Ao invés de método, o currículo torna-se um espaço de reprodução simbólica e/ou material (Lopes; Macedo, p. 29, 2011).

Os itinerários formativos, como parte diversificada do currículo do ensino médio, representam uma variedade de abordagens que incluem disciplinas, oficinas, projetos, rodas de conversa, núcleos de estudos e outros formatos oferecidos pelas instituições escolares. Esses itinerários devem ser adaptados para atender às necessidades específicas de cada comunidade escolar, podendo ser implementados de diversas maneiras, como por meio de oficinas ou núcleos de estudos.

Conforme preconizado pelo Novo Ensino Médio (NEM), as escolas têm autonomia para refletir e organizar o percurso metodológico dos itinerários formativos, decidindo quais serão oferecidos e como serão ministrados. Por sua vez, os estudantes do ensino médio têm a responsabilidade de escolher, dentre as opções oferecidas pelas escolas, o itinerário formativo que mais se alinha com seus interesses e possivelmente com seus projetos de vida.

Considerando o processo individual de tomada de decisão dos estudantes em relação aos itinerários, é pertinente questionar se as instituições de ensino compreendem adequadamente o contexto em que estão inseridas e os possíveis interesses dos alunos para o futuro, especialmente no que diz respeito ao campo de atuação profissional.

Diante desse cenário, torna-se evidente a complexidade de atender aos desejos e interesses individuais dos estudantes para seu futuro. As opções de escolha são necessariamente limitadas, pois precisam levar em consideração as necessidades específicas de cada aluno, suas subjetividades únicas e as demandas singulares de seus contextos. Essa restrição das escolhas dos alunos é explicitada na própria legislação, que determina que os sistemas de ensino devem possibilitar aos alunos concluintes do ensino médio a oportunidade de cursar outro itinerário formativo, caso haja vagas disponíveis na rede (Brasil, art. 36, § 5º, 2017).

Diante disso, é crucial promover o diálogo entre as instituições escolares, a comunidade e os estudantes, a fim de compreender quais são as necessidades mais prementes no momento presente e como podem ser atendidas para auxiliar os jovens a descobrirem suas inclinações, tanto profissionais quanto pessoais. Contudo, é importante reconhecer que é uma tarefa desafiadora para as escolas determinarem ou prever os projetos de vida de seus alunos. Como mencionado anteriormente, o futuro é imprevisível e foge de qualquer modelo de planejamento, o que torna ainda mais difícil antecipar as trajetórias individuais dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, com o intuito de aprofundar nosso entendimento sobre os itinerários formativos nas escolas, utilizamos o Google Formulários para criar um questionário abordando essa temática. Nosso principal objetivo é compreender como os estudantes estão fazendo suas escolhas em relação aos itinerários formativos no âmbito do Novo Ensino Médio. O questionário foi disponibilizado durante a quarta semana do mês de agosto de 2022 e teve como público-alvo os alunos do ensino médio de escolas públicas. Inicialmente, incluímos uma breve explicação sobre o que são os itinerários formativos, visando auxiliar os estudantes que não estivessem familiarizados com o termo.

Responderam ao questionário um total de 20 alunos, de diversas escolas situadas nos municípios de Mossoró–RN, Baraúna–RN e Caraúbas–RN. Quanto ao perfil dos alunos, eles variam entre 14 e 18 anos. Dos participantes, 5% têm 14 anos, 25% têm 15 anos, 35% têm 16 anos, 15% têm 17 anos e outros 15% têm 18 anos. Além disso, 5% dos alunos têm 19 anos. É importante ressaltar que as identidades dos respondentes serão preservadas.

Inicialmente, foi interrogado sobre em qual ano escolar os(as) participantes se encontravam, a fim de perceber o perfil dos participantes. Obtemos como resposta que 45% dos(as) participantes estão cursando o 1° ano do ensino médio, enquanto 25% correspondem aos estudantes do 2° ano do ensino médio e, por fim, 30% indicam os(as) discentes do 3° ano do ensino médio. Portanto, alcançamos uma porcentagem significativa, considerando que o Novo Ensino Médio está sendo implementado em algumas instituições apenas para as primeiras séries no ano de 2022. Em seguida, foi questionado sobre em qual formato os itinerários formativos estavam se manifestando nas instituições escolares desses participantes. Assim, foi possível considerar que:

Gráfico 1: Itinerários formativos nas escolas



Fonte: Produção da autora desta pesquisa.

Analisando o gráfico acima, observamos que a grande maioria das instituições escolares participantes da pesquisa optou por adotar o formato de disciplinas eletivas para a oferta de itinerários formativos, correspondendo a 90% das respostas. Cerca de 20% dos participantes indicaram que os itinerários formativos estão sendo apresentados por meio de rodas de conversa, enquanto 10% apontaram a utilização de núcleos de estudos. Apenas 5% dos participantes mencionaram que os itinerários formativos são oferecidos por meio de projetos.

Notavelmente, nenhum participante indicou a utilização de oficinas como formato para os itinerários formativos. Da mesma forma, a opção “outros” não foi selecionada por nenhum dos participantes, sugerindo que outros modelos de oferta de itinerários formativos não foram considerados. Portanto, fica evidente que a proposta de disciplinas eletivas foi amplamente adotada para os itinerários formativos, enquanto outros formatos parecem ter menor expressividade. É importante ressaltar que os participantes tinham a possibilidade de selecionar mais de uma opção durante o preenchimento do formulário.

Posteriormente, foi indagado aos participantes se as instituições de ensino realizaram algum tipo de pesquisa e/ou levantamento de dados sobre as áreas de interesse e de atuação dos jovens. Essa questão, possuía como objetivo perceber a preocupação das escolas nas ofertas de itinerários formativos que instigasse o interesse e vontade dos(as) estudantes. 55% das respostas indicaram que a escola investigou os interesses de atuação dos estudantes. Por outro lado, 30% afirmaram que a escola não realizou tal levantamento, enquanto 15% não tinham certeza e optaram pela opção 'talvez'. Isso destaca a necessidade de considerar o papel da escola na realização desse levantamento, visando uma aprendizagem mais significativa que atenda às necessidades e curiosidades dos jovens.

Em seguida, foi questionado se a possível área de atuação dos(as) participantes estavam sendo contempladas pelos itinerários formativos no ensino médio, logo, tivemos o seguinte resultado:

Gráfico 2: Área de interesse dos(as) participantes



Fonte: Produção da autora desta pesquisa.

Mesmo com o levantamento dos interesses dos alunos, 40% das respostas indicaram que os itinerários formativos não correspondem às áreas de atuação dos jovens. Enquanto isso, 35% afirmaram estar sendo contemplados e 25% expressaram dúvidas, assinalando 'talvez'. Isso evidencia a complexidade do processo de escolha dos itinerários, considerando os diferentes fatores de subjetividade dos alunos. A diversificação curricular enfrenta o desafio de identificar e definir as direções que essa juventude deve seguir, sendo influenciada pelos interesses ou demandas de determinados grupos sociais.

Logo depois, foi indagado sobre em qual itinerário formativo os(as) estudantes participavam na escola. 35% respondeu que não participavam de nenhum itinerário, principalmente, por ainda estar sendo implementado nas primeiras séries do ensino médio. Aqueles que indicaram seus itinerários formativos, apresentou, em sua maioria, disciplinas eletivas relacionadas ao mundo do trabalho, empreendedorismo, educação do trânsito, financeira e emocional, na área da matemática e linguagens, e participação no clube do livro ou no teatro.

Podemos perceber isso, na última questão subjetiva realizada no formulário, onde questionamos aos estudantes se eles(as) possuem planos após a conclusão do ensino médio. Algumas das respostas que obtivemos: “Sim. Fazer um curso técnico antes de ingressar na faculdade” (ESTUDANTE A); “Ainda não pensei, mas pretendo muito trabalhar…” (ESTUDANTE B); “Fazer o ENEM e entrar em uma faculdade” (ESTUDANTE C); “Estudar inglês até ser fluente” (ESTUDANTE D); “Não sei, ando muito ocupado” (ESTUDANTE E); “Trabalhar e fazer faculdade ao mesmo tempo” (ESTUDANTE F).

Portanto, é inviável estabelecer um modelo único de itinerário formativo, uma vez que é necessário considerar a subjetividade e as demandas individuais de cada estudante. Alguns jovens têm pressa em

perseguir seus sonhos há muito acalentados, enquanto outros ainda não têm clareza sobre seus objetivos ou não reconhecem seu próprio potencial. Essa diversidade de realidades, necessidades e desejos revela a complexidade de cada jovem, que carrega consigo uma história única. Além disso, muitos estudantes ainda não conseguiram definir, e talvez nunca consigam definir, seus projetos futuros ou a área de conhecimento na qual desejam se aprofundar.

CONSIDERAÇÕES

A elaboração deste trabalho teve como objetivo contribuir para a compreensão das escolhas feitas pelos jovens em relação aos itinerários formativos propostos no Novo Ensino Médio (NEM). Observamos que, nessas normativas, os interesses políticos, principalmente dos responsáveis pela sua implementação, exercem influência na adoção de propostas que nem sempre refletem as necessidades dos alunos.

Por meio de uma análise bibliográfica e documental, tivemos em vista entender as opções disponíveis para os estudantes em relação aos itinerários formativos no âmbito do NEM, bem como compreender as propostas subjacentes e as implicações envolvidas.

Nesse contexto, constatamos que a estrutura proposta não favorece a participação ativa dos alunos na escolha de seus itinerários formativos. Apesar das tentativas das instituições de ouvir os interesses dos estudantes, as opções oferecidas tendem a ser limitadas e nem sempre estão alinhadas com suas áreas de interesse. Como resultado, os estudantes acabam por escolher entre itinerários já predefinidos pelas instituições e por aqueles que exercem influência no processo de formulação dessa política.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J., Bowe, R. & Gold, A.. Reforming education & changing school: case studies in policy sociology. London – New York: Routledge, 1992.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. Como as escolas fazem as políticas. 23. ed. Ponta Grossa: Editora Uepg. 230p. Tradução de Janete Bridon, 2016

BRASIL. Lei nº N° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Conversão da Medida Provisória [S. l.], 16 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br › ccivil_03 › leis. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016a. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. Diário Oficial da União, 23 set. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015- 2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 11 abr. 2022

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASIL. Portaria Nº 1.432, de 28 de Dezembro de 2018 (*). Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. 66. ed. Brasília, Seção 1. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199. Acesso em: 20 ago. 2022.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth; Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. Retratos da escola 13.25 (2019): 59-75.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação & Sociedade 27.94 (2006): 47-69.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. Jornal de Políticas Educacionais, v.12 n.16, 2018.

MEC. Novo Ensino Médio – perguntas e respostas. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novoensino-medio-duvidas. Acesso em: 10 abr. 2022.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis - Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

MOREIRA, A.F.B; CANDAU, V.M. Indagações sobre currículo: currículo,conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Políticas para o ensino médio: a criação do currículo no contexto escolar. Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 261-283, jan./abr. 2016.

QUEIROZ, Lavínia Maria Silva. A emergência do projeto de vida no ensino médio em tempo integral no Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós Graduação em Educação. Natal, 2021.

Capítulo 5

10.37423/250209635

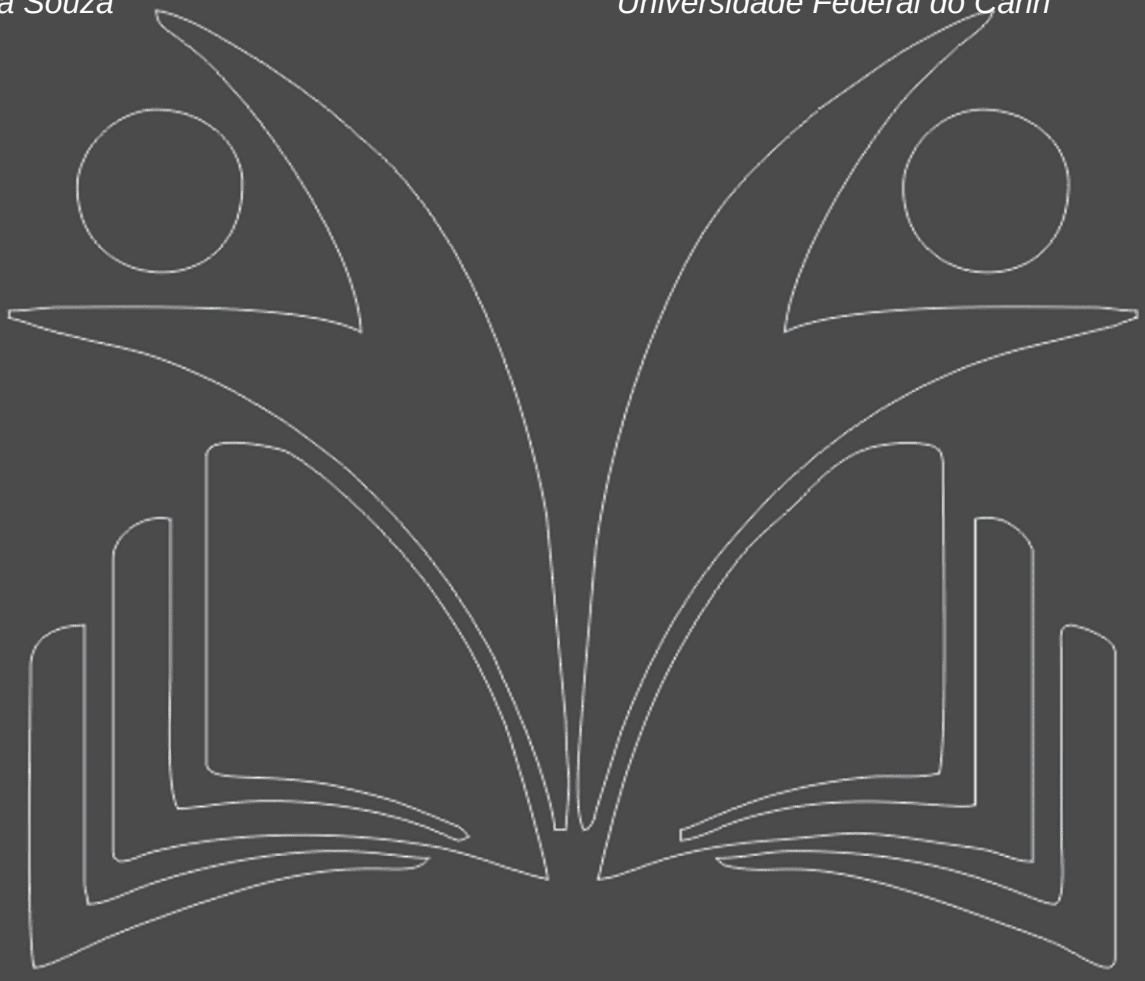
OS/AS PROFESSORES/PROFESSORAS DE LIBRAS, SEUS DESAFIOS, SUAS MARCAS E ORIENTAÇÕES: RETRATOS DOS PERCURSOS

Maria Magda Vieira Trajano Alves

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Ana Carmita Souza

Universidade Federal do Cariri



Resumo: Este estudo investiga a percepção e o desenvolvimento profissional dos professores de Libras que atuam na rede pública das cidades do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, no Ceará. Adotando uma abordagem qualitativa, a pesquisa utiliza um questionário online para compreender as interações dos professores com o sistema educacional. Os participantes, licenciados em Letras-Libras, compartilham suas experiências, desafios e trajetórias de formação, destacando a importância da prática pedagógica e da constante atualização. Os resultados revelam a complexidade da profissão, envolvendo a formação inicial, as experiências marcantes em sala de aula e os desafios enfrentados, como a conciliação entre as funções de docência e interpretação. Os professores oferecem orientações para futuros docentes, enfatizando a necessidade de constante aprendizado e engajamento com a comunidade surda. O estudo contribui para uma compreensão mais profunda da educação em Libras e para a formação de professores mais capacitados para atender às necessidades da comunidade surda.

Palavras-chave: libras. professor de libras. formação. desafios.

INTRODUÇÃO

A evolução da educação no Brasil, ao longo dos séculos, é marcada por diversas influências e transformações que moldaram profundamente o panorama educacional do país (Niskier, 2001). Desde os tempos dos jesuítas até as reformas laicas de Pombal, a prática do magistério tem sido constantemente impactada por essas mudanças históricas, reverberando hoje na formação especializada e no reconhecimento legal de diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, surge a motivação para investigar a profissão de professor/professora de Libras, reconhecida legalmente a partir de marcos como a Lei nº 10.098 (Brasil, 2000), a Lei nº 10.436 (Brasil, 2002) e o Decreto nº 5.626 (Brasil, 2005). Esses documentos estabeleceram a obrigatoriedade da inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos de formação de docentes e profissionais, sinalizando um novo horizonte na educação e cultura surdas (Niskier, 2001).

Diante desse contexto, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a inserção e desenvolvimento profissional dos/as professores/as de Libras que atuam na rede pública das cidades do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, no estado do Ceará. A metodologia adotada, de cunho qualitativo, busca compreender as interações entre os professores/as e o sistema educacional, utilizando um questionário online acessível tecnologicamente e linguisticamente. É fundamental destacar que, em estrita conformidade com as normas éticas que regem a pesquisa acadêmica, os nomes reais dos participantes deste estudo foram substituídos por nomes fictícios. Essa medida foi adotada com o objetivo de salvaguardar a confidencialidade e a privacidade dos indivíduos envolvidos.

O objetivo principal deste trabalho é analisar a percepção desses profissionais, destacando suas experiências, desafios e o desenvolvimento da carreira docente (Liebscher, 1998). A interação entre os participantes da pesquisa e os autores fundamentais na área, como Marcelo Nóvoa, Selma Garrido Pimenta, Claude Tardif e Ronice M. Quadros, contribui significativamente para a construção do conhecimento no campo da educação inclusiva (Nóvoa, 2002; Pimenta, 2002; Tardif, 2007; Quadros, 1997). Assim, este estudo não apenas visa fortalecer a profissão do/a professor/a de Libras, mas também contribuir para a discussão sobre sua identidade, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

DESENVOLVIMENTO

A formação e as experiências marcantes

A formação inicial de um/a professor/a é adquirida no contexto universitário, começando com a escolha e ingresso em um curso de licenciatura. Nesse estágio, os futuros educadores obtêm conhecimentos disciplinares, didáticos, teórico-práticos, bem como fundamentos sociológicos, psicológicos, filosóficos, antropológicos e históricos da educação. É também o momento em que se inicia a construção da identidade profissional (Pimenta; Anastasiou, 2002). Para entender o desenvolvimento profissional dos/as professores/as de Libras, perguntas fundamentais foram feitas, com a intenção de que essas perguntas obtivessem a identificação dos marcos cruciais das trajetórias desses docentes, que contribuíram para sua singularidade e competência na área.

De acordo com Lima (2018) enquanto a profissionalização se relaciona com políticas educacionais, status e a autonomia docente, a profissionalidade está vinculada à identidade pessoal e profissional que o/a professor/a constrói como agente ativo da educação. Isso envolve a definição de metas a serem alcançadas por meio de uma melhoria contínua na qualificação. Então é importante destacar que todos/as os/as professores/as participantes desta pesquisa possuem uma sólida formação em Letras-Libras, demonstrando sua plena capacidade para o ensino da língua, como também estão no seu desenvolvimento profissional continuo.

Cada passo e experiência vivida têm transformado profundamente a identidade profissional desses docentes, como destacado por Borges (1998), Tardif (2007) e Pimenta (2002). Essas vivências constituem os chamados "saberes da experiência", ou seja, conhecimentos adquiridos por meio da prática pedagógica em sala de aula, na organização do trabalho educacional e ao longo de suas próprias trajetórias de vida.

A professora Helena relatou que marcas significativas ocorreram em sua jornada como educadora na ministração de “aulas junto com um amigo surdo no projeto de extensão em atendimento como intérprete de Libras na esfera da saúde”. Esse exemplo mostra que seu

convívio com um amigo surdo, em um contexto extra sala de aula, trouxe-lhe uma experiência profissional significativa, um impacto profundo dentro da sua formação, pois é algo que ficou marcado, dando-a destaque na área. Como Tardif (2002, p. 48-49) explica, esses saberes "não provêm das instituições de formação nem dos currículos" e "não se encontram sistematizados em doutrinas ou teorias".

Essas experiências enriquecem a vida dos professores, alimentando sua paixão pelo ensino. A esse respeito, podemos citar o depoimento do professor José, o qual disse que “trabalha de voluntariado no Instituto Transformar e possui curso de formação de Libras pela APADA e urso de especialização

em Libras.” Ele mostrou que sua trajetória trouxe marcas não apenas para ampliarar suas habilidades, mas também o capacitaram a se envolver diretamente com a comunidade surda, fortalecendo seu papel como educador em sala de aula, o que se alinhou com a visão de Tardif (2010, p. 11):

> O saber é sempre o saber de alguém que trabalha em algo com o objetivo de alcançar algum propósito [...] o saber dos professores está intrinsecamente ligado a eles, relacionado com suas identidades, experiências de vida e histórias profissionais.

A professora Tereza, assim como José, teve marcos extra-sala de aula, pois ela também obteve experiências no decorrrer do seu trajeto profissional. Encontramos a paixão que nutre pela sua trajetória profissional, destacando a paciência do seu professor surdo e o carinho dos seus alunos. Além disso, Tereza menciona que seu envolvimento na comunidade surda á fez ter direcionamentos. A perspectiva de Tereza ecoa as ideias das autoras Perlin e Miranda (2003, p. 220), que observa a comunidade surda como uma oportunidade para “a interação com o outro-surdo e com o mundo ouvinte”, na qual “diferentes trajetórias se encontram [...]”.

A professora Helena mostrou evidente sua profunda conexão com a comunidade surda, bem como seu reconhecimento das dimensões positivas e negativas desse envolvimento. Essa clareza de suas intenções e objetivos em sua formação é fundamental para o progresso na educação das pessoas surdas. E essa colocação, impulsiona a fala da professora Vanessa, que destaca a importância da formação acadêmica em Libras, especificamente a licenciatura em Letras-Libras, na construção de estratégias sólidas e na confiança necessária para o ensino eficaz da língua.

A ênfase da professora Vanessa em compreender a gramática da Libras como sendo um catalisador na busca por diferentes formas de conduzir o ensino/aprendizagem da língua, adaptando métodos de ensino, mostra-se como abordagem necessária na promoção da fluência da língua e dos conhecimentos estruturais da língua. Diante desse testemunho, Pires (2005, p. 15) ressalta que “o professor deve ser capaz de conceber-se como agente de mudanças do contexto social, já que seu papel extrapola o mero repasse de conhecimentos, sendo, sobretudo, o de formar de cidadãos”.

A experiência prática adiciona uma construção valiosíssima à sua formação acadêmica, uma vez que mostra, na prática, que as habilidades conquistadas na graduação podem ser desafiadoras, mas também compensatórias. Como também destaca a professora Vânia, quando adotou uma postura notável, dizendo: *“Mudei minha metodologia de ensino”(Vânia).* Adaptar ou mudar as estratégias de ensino tem destaque na fala de Marin (2010),que ressalta a eficácia das metodologias ativas na

construção do conhecimento, promovendo um avanço na formação dos estudantes. Esse exemplo demonstra a disposição dos educadores de Libras para inovar em suas práticas pedagógicas.

Respondendo à pergunta acerca das experiências marcantes, a professora Saneide enfatiza: *" (...) minhas experiências no doutorado estão sendo as mais marcantes para o meu desenvolvimento profissional".* Ela ainda ressalta um aspecto fundamental na trajetória dos docentes de Libras, que é a evidência do compromisso desses profissionais com o desenvolvimento profissional e com a produção de conhecimento.

Desafios e (Re)Conhecimentos da Caminhada Profissional

Conforme ressaltado por Guisso (2017,p.21), "o desafio leva ao movimento, à busca, à aprendizagem, à superação", daí a relevância de abordar a temática dos desafios neste trabalho, pois nos leva a refletir não apenas sobre os desafios em si, mas também sobre o (re)conhecimento que cada docente adquire ao enfrentá-los. A capacidade de superar tais obstáculos e a luta pelo reconhecimento das habilidades educacionais no contexto da educação proporcionam uma perspectiva mais profunda sobre a evolução dos profissionais da educação ao longo de seu processo formativo.

A Libras, por si só, já se configura como um grande desafio, uma vez que a língua está em constante dinâmica, conforme enfatiza Pinheiro (2010, p. 49), pois é uma língua viva e autônoma. Para acompanhar esse movimento, o docente precisa manter um contato próximo com os surdos e os falantes da Libras, buscando novos saberes e garantindo assim uma formação continuada. Esse comprometimento constante com o aprendizado resulta na capacidade de aproveitar as oportunidades que surgem no campo do ensino, como destacado por Mirelly:

> A Libras por si mesma já é um grande desafio, por ser uma língua em constante movimento, com sinais novos sempre surgindo. Precisamos estar em contato com os falantes da Libras e em formação continuada para crescer profissionalmente e aproveitar novas oportunidades (Mirelly).

Essa perspectiva de Mirelly se alinha com as ideias de Quadros (1997), que explica que a Libras, assim como outras línguas de sinais, possui estruturas completas e distintas em relação às línguas orais, mas também apresenta fenômenos linguísticos semelhantes, como variações linguísticas.

Além de precisar estar inserido na comunidade surda, o docente precisa ter clareza em qual caminho seguir, pois muitos/as professores/as enfrentam a árdua tarefa de conciliar aspectos distintos em suas carreiras. Surge, por exemplo, um aspecto dualístico no qual o profissional se encontra entre duas áreas: a atuação na docência e a interpretação/tradução da Libras. Isso exige uma compreensão

profunda das diferenças entre esses papéis, assim como a necessidadede fazer escolhas, como mencionado por Tereza e Vanessa.

> Quis ter formação e atuação tanto na carreira docente quanto na tradução e interpretação da Libras. Isso me prejudicou, pois as duas coisas são muito diferentes e não enxerguei isso (Tereza).
>
> A maior dificuldade que eu tive foi que o mercado de trabalho não entendia a distinção do papel do professor de libras e intérprete de libras (Vanessa).

No contexto da discussão, Rosa (2006, p.75-95) enfatiza a importância de valorizar a prática educativa. Ele argumenta que a atividade de educador não deve ser desempenhada pelo intérprete de língua de sinais, mesmo que esse profissional tenha um profundo domínio da língua em questão dentro da sala de aula. A razão para esta abordagem está na preocupação de que, ao assumir o papel de educador, os intérpretes possam inadvertidamente transmitir a mensagem de que não há necessidade de um/a professor/a especializado/a em Libras na sala de aula.

Esse ponto de vista nos leva a refletir sobre a fala de Meire, que ressalta a importância de estar sempre em estudo, para que ocorra o crescimento no ensino da língua de sinais. Meire ainda destaca que os desafios são enfrentados com entusiasmo. Assim, a jornada de conhecimento sobre a Libras se torna repelta de descobertas e inovações constantes. O/A professor/a de Libras tem contato com diferentes públicos e isso se torna uma parte fundamental do trabalho docente. É o que aborda Tereza:

> Com os ouvintes preciso que eles entendam que não se trata apenas de uma disciplina, mas sim uma causa. Do contrário, falhei. Com os surdos são, os níveis linguísticos diversificados. Socialmente falando, é um desafio se reinventar para manter a qualidade de ensino conforme as mudanças sociais (Tereza).

A argumentação de Tereza é complementada pela perspectiva apresentada por Perlin e Quadros (2006, p. 182), que afirmam que os ouvintes que reconhecem a alteridade e a diferença de "ser surdo" estão contribuindo para uma maior tolerância e espaço para a produção simbólica da cultura surda. A perspectiva de Tereza alinhada à visão de Perlin e Quadros (2006), destaca a importância de ouvintes que reconhecem a alteridade e a diversidade das experiências surdas, compreendendo que essa condição engloba várias identidades distintas.

A professora Vanilza destaca que “o fato de dar aulas para ouvintes e surdos ao mesmo tempo, requer muito planejamento e adaptação das aulas, objetivando atender a todos de forma satisfatória. Algo difícil de se atingir”. Nesse contexto, Von Linsingen (2010, p.114) sugere que “o ideal é articular as diferentes abordagens de acordo com a situação de ensino”. Essa abordagem não apenas lida com a diversidade na sala de aula, mas também ajuda a desmistificar a língua de sinais para os alunos ouvintes (Anater, 2008).

Cada fala denota experiências, desafios e aprendizados que são elementos marcantes no caminho desses/dessas professores/as, que se dedicam à promoção da educação de qualidade e à valorização da Libras. Nesse sentido, Nóvoa (2000, p.09) destaca que "o professor é a pessoa. E uma parte importante da pessoa é o professor". Portanto, é crucial (re)encontrar espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos/às professores/as dar sentido aos seus processos de formação dentro do contexto de suas histórias de vida.

Aos futuros docentes: fortalecendo vínculos, construindo pontes e celebrando a diversidade nas línguas de sinais

À medida que adentramos o mundo da educação em Libras, surge uma importante questão que direciona nosso olhar para o horizonte da formação docente: "Que conselho ou dica o docente de hoje pode oferecer aos/às futuros/as professores/as Licenciados em Letras- Libras?". Os participantes da pesquisa, com suas vastas experiências e paixão pelo ensino e pela cultura surda, compartilharam valiosas orientações que iluminam o caminho dos futuros docentes.

Vânia enfatiza que precisa o docente precisa andar por *"novos conhecimentos atualizados"(Vânia)*, mostrando que o caminho que transforma um/a professor/a de Libras em um educador é dinâmico, perspectiva essa apoiada por Freire (2011, p.132), que discute extensivamente as mudanças tecnológicas, as diferentes visões da realidade e as consequências que essas mudanças têm e terão no desenvolvimento das ciências, bem como no fortalecimento do trabalho interdisciplinar e multidisciplinar.

Em consonância com essa mentalidade de crescimento contínuo, Saneide aconselha tanto ouvintes, como surdos:

> Se você for ouvinte, faça todo o possível para estar no meio dos surdos para praticar a Libras e sempre estar atualizada na cultura surda. E se você for surdo, não veja os textos em português (trabalhos, publicações, etc.) como uma barreira. Procure intérpretes, aprenda palavras novas, se esforce sempre para entender e conhecer os textos (Saneide).

O conselho de Saneide encapsula não somente uma orientação voltada à educação, mas também uma filosofia no modo de viver, que transcende barreiras linguísticas e culturais. Sua mensagem ressoa com a importância de se emergir de forma genuína e no comprometimento ativo. Aos ouvintes, é necessário não apenas conhecer a Libras, mas também estar no meio da comunidade surda, de maneira que se possa compreender não apenas a língua, mas também valores, tradições e perspectivas que os moldam (Skliar; Quadros, 2000). O conselho de Saneide não se destina apenas a

futuros docentes, mas a todos que buscam uma compreensão genuína e respeitosa do mundo diversificado ao nosso redor.

A docente Maysa inspira os futuros docentes a serem defensores incansáveis das línguas de sinais. Ela aconselha: “Lutem para que mais pessoas conheçam e reconheçam as línguas de sinais em todos os seus aspectos linguísticos. Não desanimem com o início”. Suas palavras nos lembra de Foucault (2006, p.10), quando diz: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar”. O conselho de Maysa sublinha a importância da conscientização, contribuindo assim para fortalecer a presença e o valor das línguas de sinais na sociedade.

Seguindo essa linha de pensamento, as palavras da professora Vanilza, ressaltam a necessidade de não permanecer por muito tempo na zona de conforto e acreditar constantemente no potencial pertencente a cada um.

Essa fala serve como um lembrete para os/as futuros/as professores/as se prepararem para enfrentar não apenas os desafios iniciais, mas também para alcançarem reconhecimento ao longo de suas trajetórias profissionais. Isso porque os docentes desempenham um papel fundamental na garantia de uma educação de qualidade para todos, mas para isso, é crucial que sejam respeitados e se sintam motivados a exercerem seu trabalho com excelência. Como aborda Campos (2007, p. 17), “ a profissão docente, nos dias de hoje, transcende a mera transmissão de conhecimento. Ela exige profissionalismo e um compromisso social significativo”.

Portanto, a profissão docente atualmente requer não apenas a entrega de conhecimento, mas também um profundo engajamento em função do futuro da educação e proporcionar experiências de aprendizado de qualidade para todos os estudantes. As palavras de sabedoria desses profissionais dedicados e experientes não são apenas conselhos, mas também uma chamada à ação para os futuros docentes licenciados em Letras-Libras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisa as percepções dos professores de Libras, abordando formações, experiências, desafios e reconhecimentos, buscando oferecer orientações para futuros docentes. Paralelamente à metáfora de "O Pequeno Príncipe", que ensina a encontrar beleza no deserto, o estudo destaca a excelência e resiliência dos docentes de Libras. A maioria dos professores está em estágio avançado de desenvolvimento, destacando a importância da formação contínua e do contato constante com a

língua de sinais. O estudo ressalta a necessidade de estratégias para lidar com a diversidade em sala de aula, visando garantir o acesso à aprendizagem para todos os alunos. Também estabelece indícios para futuras pesquisas sobre o perfil do docente de Libras e destaca a importância da representatividade na educação em Libras. Conscientiza sobre os desafios pessoais enfrentados pelos educadores e sugere a criação de um ambiente de apoio mais eficaz para superar tais barreiras. Em suma, o estudo contribui para uma compreensão mais profunda da educação em Libras e para a formação de professores mais capacitados para atender às necessidades da comunidade surda.

REFERÊNCIAS

ANATER, G.I. P. Pensando em tradução cultural a partir do sujeito não-surdo. In: QUADROS, R.M. de Q (Org.). Estudos Surdos III. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

BORGES, C. M. F. O Professor de Educação física e a Construção do Saber. Campinas, SP: Papirus, 1998

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a acessibilidade no território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm#:~:text=L10098&text=LEI%20No%2010.098%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202000.&text=Estabelece%20normas%20gerais%20e%20crit%C3%A9rios,reduzida%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/566431#:~:text=REGULAMENTA%20A%20LEI%2010.436%2C%20DE,19%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202000.&text=EDUCA%C3%87%C3%83O%20 . Acesso em: 26 mar. 2024.

FOUCAULT, M. A Ordem de Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FREIRE, W. et al (Org.). Tecnologia e educação: as mídias na prática docente. 2.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.p. 132.

LIMA, K. E. F. de. Docência nos anos iniciais do ensino fundamental: primeiras experiências profissionais. 61 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

LIEBSCHER, P. Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program. Library Trends, v. 46, n. 4, 1998, p. 668-680.

NISKIER, A. Educação Brasileira: 500 anos de História. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

NOVOA, A. (coord.). Vidas de professores. Porto: Porto Editora, 2000.

MARIN, M. J. S. et al. Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das metodologias ativas de aprendizagem. Revista Brasileira de Educação Médica, Brasília, v. 34, n. 1, p. 13-20, 2010.

PERLIN, G.; MIRANDA, W. Surdos: o narrar e a política. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 5, 2003.

PIMENTA, S. G., (org.). Formação de Professores: identidade e saberes da docência. In. Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. Docência no Ensino Superior. São Paulo, Cortez, 2002.

PINHEIRO, L.. Língua Brasileira de Sinais: Libras I. São Paulo: Know How, 2010. PIRES, D.F.V.G. A Capacitação de Professores para Trabalhar com Crianças Surdas. (Trabalho de Conclusão de Curso) Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/187131382.pdf. Acesso em: 29 de outubro 2023.

QUADROS, R. M; SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, 2007.

ROSA, A. S. Tradutor ou professor? Reflexão preliminar sobre o papel do intérprete de língua de sinais na inclusão do aluno surdo. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 8, p. 75-95, 2006. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/download/1106/904/3233#:~:text=Fa 99.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TARDIF, M Saberes Docentes e Formação Profissional. 8ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TARDIF, M. Os saberes dos professores. In:OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

SKLIAR, C.; QUADROS, R.M de. Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos. Estilos da Clínica, v.1, n.9, p.32-51, 2000. Disponível em: http://www.ronice.ced.ufsc.br/publicacoes/invertendo.pdf. Acesso em: 4 de setembro de 2023.

Capítulo 6

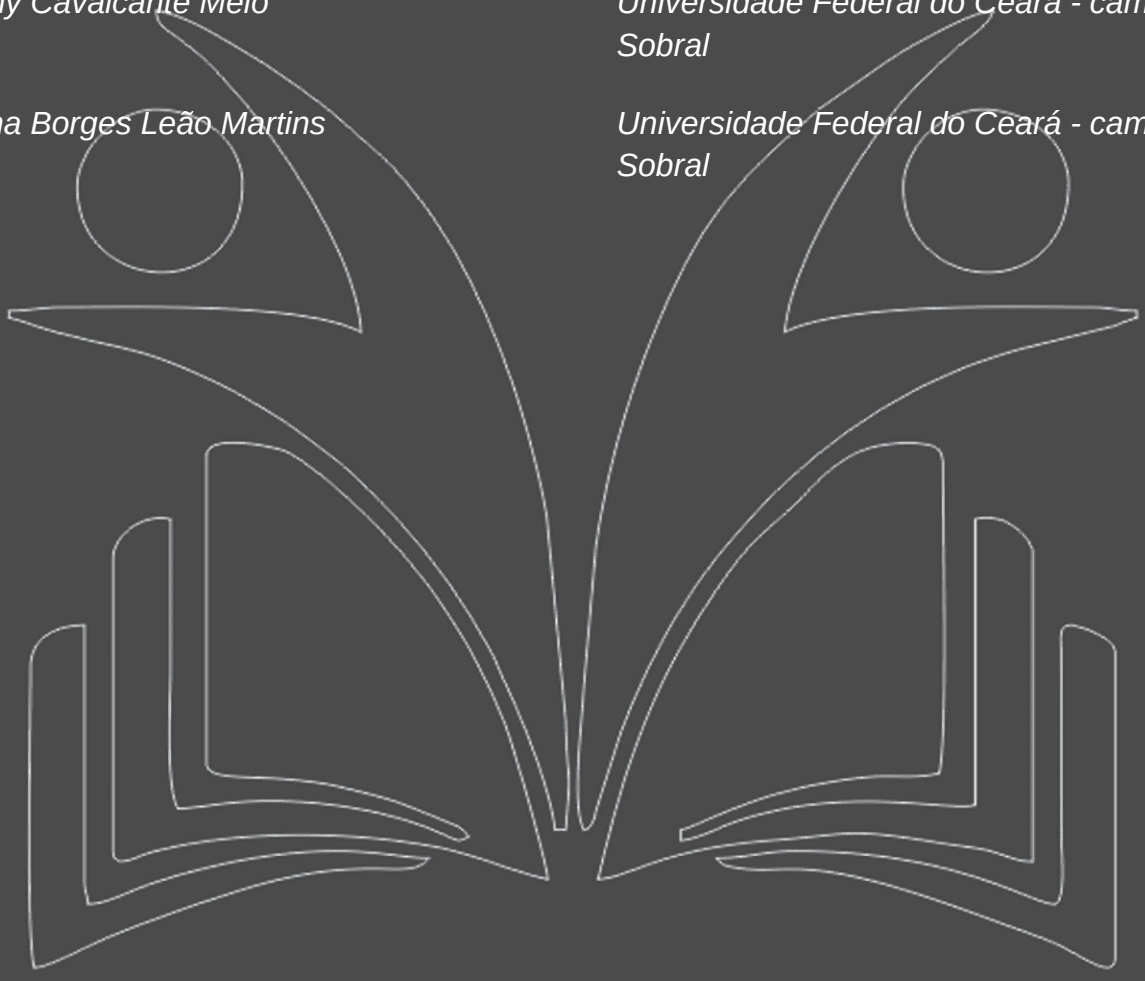
10.37423/250209637

MAL-ESTAR DOCENTE: DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA À ESCUTA DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA

Maria Vitória Silva Ripardo — *Universidade Federal do Ceará - campus Sobral*

Maria Alayny Cavalcante Melo — *Universidade Federal do Ceará - campus Sobral*

Ana Carolina Borges Leão Martins — *Universidade Federal do Ceará - campus Sobral*



Resumo: O presente artigo pretende analisar a produção do mal-estar docente na realidade das escolas públicas brasileiras em um atravessamento próprio com as políticas de avaliação externa que vêm ganhando campo na realidade destas escolas atualmente. Para isso inicialmente discutir-se-á sobre o desenrolar do movimento avaliativo e o papel outrora exercido por essa prática, de escalonar dificuldades escolares e impregnar o ideário de uma educação satisfatória. Em seguida, visa-se analisar de que forma esses pressupostos disseminados, legitimados e sustentados pelas avaliações externas produzem um mal-estar docente, pelas impossibilidades que criam e pela pressão constante por resultados. Por fim, aborda-se a escuta em psicanálise como forma de analisar o sofrimento docente e a relação dos professores com seus fazeres no ambiente escolar. As conclusões indicam a potência da escuta analiticamente orientada como uma ferramenta possível para amenizar o mal-estar docente e propiciar mudanças significativas na relação do professor com sua práxis.

Palavras-chave: Psicanálise. Política. Educação. Avaliação externa. Mal-estar.

1. AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA E SEUS RESPECTIVOS ATRAVESSAMENTOS NA PRÁTICA DOCENTE

No Brasil, em meados do ano de 1988, as realizações das chamadas avaliações externas começaram a ser ensaiadas na educação básica, onde estas vigoram até hoje, porém com reformulações (Werle, 2011). No entanto, em 1990, com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), é que configura-se um marco central no que será, hoje, o movimento avaliativo como uma grande ferramenta de avaliação da qualidade do ensino no país (Heck, 2018). As avaliações externas são utilizadas como um instrumento para o delineamento de políticas públicas voltadas à educação, visto que a realização desses exames pelos estudantes possibilita, ao menos em tese, o reflexo do desempenho de determinada unidade escolar. Nesse ponto, parece-nos curioso que o desempenho se traduza apenas quantitativamente, através de números, em um movimento de suposta descredibilização do aspecto qualitativo, o que indica a supervalorização de um determinado sistema de saberes a outros. Reitera-se ainda que são estes índices produzidos pelo movimento avaliativo que ocupam lugar central na elaboração de políticas públicas, na suposta ideia de promover melhorias no sistema de ensino público.

No entanto, por trás desse "disfarce" - buscar avaliar a fim de melhorar o panorama educacional no país como objetivo central das avaliações externas – estão os interesses políticos e econômicos que permeiam o movimento avaliativo. Souza (2008) nos revela que a maneira como a avaliação externa se apresenta compromete diretamente a educação brasileira devido a disposições[1] políticas, bem como econômicas, as quais não se aplicam ao Brasil e acabam por desembocar em um prejuízo aos estudantes e às escolas. Sob tal perspectiva, tem-se que os objetivos desse método avaliativo estão para além de apenas promover melhorias no sistema educacional, visto que tais objetivos se configuram como um reflexo que busca se alinhar ao reconhecimento de avaliações de cunho internacional. Neste sentido, faz-se válido ressaltar que para Laurentino e Diógenes (2013, p. 35)

> "[...] avaliar a partir de padrões dos chamados países desenvolvidos incide em dificuldades dentro das escolas, pois, neste caso o interesse político pode ser um interesse capitalista o que pode interferir em algumas correntes pedagógicas, que se baseiam na não alienação do mundo do trabalho."

Considerando tal panorama, pode-se indicar a ferrenha influência neoliberal nas políticas de avaliação externa na realidade das escolas públicas brasileiras atualmente. Pontua-se, neste ínterim, que as políticas neoliberais pregam uma descentralização, bem como a privatização e a desresponsabilização do Estado no que tange a garantia de direitos básicos à população, como seria o caso, aqui, do campo

da educação. Estas vêm aumentando, exponencialmente, sua atuação em quase todo o globo, o que, por sua vez, ocasiona diversas modificações em áreas que dizem respeito à economia, à política, à cultura e ao social, e, por consequência, atingindo diretamente a educação. Neves (2005, p. 104) corrobora com esse pensamento ao afirmar que "Tal como os meios de comunicação de massa, o aparelho escolar também tem tido um papel pedagógico fundamental na conformação do novo homem coletivo requerido pelo neoliberalismo da Terceira Via."

Assim, nota-se que a maneira como as políticas de avaliação externa funcionam, atualmente, segue a lógica de cobrança por resultados considerados satisfatórios e de concomitante desresponsabilização Estatal de seu papel de fomentar ensino de qualidade, estando em consonância com os princípios neoliberais. Ao serem utilizadas como forma de cobrança e pressão por resultados, as avaliações externas estão ao abrigo de qualquer reflexão ou discussão, tornando-se, então, difícil analisar criticamente suas limitações, o que transforma a realização destas em algo extremamente maçante, reducionista e segregador.

Vale apontar que quando as unidades escolares apresentam desempenho considerado abaixo do esperado nos movimentos avaliativos, o que se sucede é um fenômeno de individualização da culpa, podendo esta ser endereçada ao docente, à instituição ou ao próprio estudante, em detrimento da responsabilização estatal na promoção de uma educação de qualidade. Quando a culpa é endereçada ao professor - foco deste artigo - apontam-se como causas principais, a incompetência docente, má formação ou ambas. Por conseguinte, os professores são reduzidos a meras indicações de níveis de desempenho, a estatísticas e, acabam por serem descontextualizados e definidos por números (Esteban; Fetzner, 2015).

Ademais, de acordo com Laurentino e Diógenes (2013, p. 40)

> Ver a educação como um negócio, isto é, como mercadoria é, infelizmente, uma tendência muito atual em todo o mundo. Neste contexto, a escola pública é atingida, não apenas por ser parte de uma sociedade política e econômica, mas também, porque os gestores têm considerado como qualidade na educação a mesma qualidade dos meios empresariais, assim, o compromisso com a recuperação de uma escola democrática e libertadora é um grande desafio.

Com base no excerto acima, constatamos que parece ocorrer, hodiernamente, processos de mercantilização da educação, tendo em vista que, tal como em uma empresa, os índices de desempenho resultados das avaliações desembocam na lógica da bonificação financeira. De tal modo, Nunes e Nunes (2013) declaram haver uma espécie de transposição dos ditames capitalistas,

sobretudo no que diz respeito à ênfase no aumento da produtividade no trabalho, para o campo da educação.

Neste sentido, as políticas de avaliação externa seguem uma lógica perversa do capital, preconizando o alcance de metas a todo custo, mesmo que para isso cause exclusão, competição, individualismo e adoecimento. Há um custo à saúde mental dos envolvidos: no caso dos docentes, eles são pressionados cotidianamente a fazer com que seus alunos atinjam bons resultados nos exames, para serem premiados com bônus financeiro como uma espécie de gratificação.

São ainda inúmeros os atravessamentos das políticas de avaliação externa na prática docente, além dos já mencionados. Vale apontar que ao atingir bons resultados nos exames externos, as escolas recebem maiores investimentos, em uma busca ensandecida para alcançar um "desempenho satisfatório" - satisfatório para quem?[2] - a fim de melhorar a conceituação da instituição, as chamadas "Escolas Nota 10". Assim, materiais didáticos focados somente na preparação para realizar as avaliações são enviados às unidades escolares, o que sobrecarrega o professor de determinadas disciplinas escolares à medida que subalterniza os demais que não veem seus conteúdos contemplados nessa prática. Vemos, então, o quanto os exames resultam em um engessamento do fazer docente, inviabilizando espaços para que os professores possam ousar no ensino, e tornando seus trabalhos muito limitados (Esteban; Fetzner, 2015).

De acordo com Cardozo et al. (2017), devido ao aumento de horas dedicadas ao ofício, há um uma perda do tempo pessoal do professor, que se direciona à realização de atividades escolares, tais como a correção de provas e exercícios, planejamentos e estudos nas suas horas livres. Dessa maneira, nota-se que as políticas de avaliação externa, ao alinharem-se ao modelo neoliberal que demanda produtividade, competitividade e individualismo, acabam por levar a uma precarização e intensificação do trabalho docente. Por fim, ao considerarmos todo o contexto apresentado - o de grande demanda endereçada aos professores para que atinjam resultados educacionais satisfatórios – faz questão pensar quais implicações esta realidade incute na subjetividade docente.

2. O MAL-ESTAR DOCENTE

De acordo com Esteve (1999 *apud* Dworak; Camargo, 2017), denomina-se sob a nomenclatura de mal-estar docente implicações negativas oriundas de três esferas: pedagógica, psicológica e social. Estas, por sua vez, afetam a subjetividade dos professores e estão relacionadas com as transformações na

sociedade, bem como às diversas atividades que esses profissionais necessitam desempenhar que, muitas vezes, acabam por gerar sobrecarga.

Neste sentido, aborda-se nesse estudo, sobre o mal-estar produzido como um sintoma do campo educacional. Seguindo essa ideia, para Cordié (1998 *apud* Aguiar; Almeida, 2006), o mal-estar na educação configura-se como um fenômeno que abarca aspectos exteriores aos sujeitos, tais como os sociológicos, as condições que são próprias da práxis pedagógica, e também, as demandas cotidianas endereçadas aos professores, além dos fatores intrínsecos à profissão.

Desta maneira, entende-se o mal-estar docente como um sintoma que endereça a um sofrimento psíquico. Ou seja, é através da queixa e da manifestação de sintomas que os docentes denunciam o mal-estar na educação, visto que, dessa forma, demandam a validação de seu sofrimento por um Outro - neste caso, a instituição escolar - e assim, a esses profissionais destinam-se cuidados, além de serem, supostamente, menos pressionados (Almeida, 2000).

Seguindo tal apontamento, faz-se necessário explicitar como o sintoma é compreendido em psicanálise, avançando no segundo eixo teórico que fundamenta nosso estudo. Para Freud (1916-1917/2014), o sintoma tem um sentido que possui estreita relação com as experiências de vida do sujeito. Diferente da psiquiatria, a psicanálise se debruça para entender o conteúdo, bem como a maneira pela qual o sintoma se manifesta. Para Freud (1916-1917/2014, p. 387)

> Os sintomas — e referimo-nos aqui, naturalmente, aos sintomas psíquicos (ou psicogênicos) e à doença psíquica — são atos prejudiciais à vida como um todo, ou pelo menos inúteis, dos quais frequentemente a pessoa se queixa como algo indesejado e que traz sofrimento ou desprazer. O principal dano que causam é o custo psíquico que envolvem, além daquele necessário para combatê-lo.

O sintoma possui um destinatário, ou seja, é endereçado ao Outro, numa clara empreitada do sujeito que sofre para conseguir fazer-se ser escutado em sua singularidade. Assim, tem-se que os sintomas apresentados pelos docentes são uma tentativa desses sujeitos de terem suas demandas e angústias acolhidas, legitimadas e respeitadas.

Com base no que fora exposto, pode-se afirmar que há um mal-estar docente, o qual, em alguns casos, não é enunciado explicitamente, todavia é expressado na saúde mental do educador e, até mesmo, denunciado pelo real do corpo. Desse modo, ao experienciarem as exigências sociais, como as demandas em prol de atingir bons resultados educacionais a todo e qualquer custo - incluem-se aqui as avaliações escolares externas - e, ainda, terem de alcançar um ideal de professor no qual a perfeição é imprescindivelmente demandada, os docentes apresentam grande angústia, visto que, muitas vezes,

não conseguem lidar com tantas demandas nem atingir tal ideal que, na realidade, é impossível (Aguiar; Almeida, 2006)

Aguiar e Almeida (2006, p. 10) declaram ainda que "o professor que adoece sofre uma ferida narcísica por não conseguir corresponder às demandas do cotidiano escolar. Assim, sente-se incompetente quando é frustrado em seu compromisso com a idealização do ato pedagógico." Neste ínterim, as autoras mencionadas ressaltam que inúmeros docentes, ao serem atravessados por desamparo e angústia, os manifestam, muitas vezes, por meio da queixa e do sintoma depressivo. Em consonância a isso, podem manifestar também através do estresse, abandono da sala de aula, síndrome do pânico e tantos outros diagnósticos que permeiam a realidade docente atualmente. Desse modo, o que se observa nesse cenário são educadores frustrados, impotentes e desamparados em sua dor.

Em concomitância a isso, Freud (1916-1917/2014, p. 387) afirma que "havendo pródiga formação de sintomas, esses dois custos[3] podem resultar num extraordinário empobrecimento da energia psíquica disponível e, assim, numa paralisação do enfermo, no tocante às tarefas importantes de sua vida." Com base nisso, no caso dos professores, observa-se que uma das formas de paralisação mais severas causadas pelo mal-estar docente ocorre quando há o abandono total da profissão.

Como declaram Bueno e Lapo (2003) esse abandono do ofício não é repentino, pelo contrário, dá-se de maneira cumulativa. Assim, inúmeras situações árduas vivenciadas pelos professores no cotidiano escolar se sucedem até que estes optem pelo desligamento total da prática docente.

Consoante a isso, tais autoras (2003, p. 75) pontuam ainda em seu estudo acerca do abandono do magistério que:

> O abandono, neste caso, não significa apenas simples renúncia ou desistência de algo, mas o desfecho de um processo para o qual concorrem insatisfações, fadigas, descuidos e desprezos com o objeto abandonado; significa o cancelamento das obrigações assumidas com a instituição escolar, quando o professor pede exoneração do cargo ou, de maneira mais abrangente, o cancelamento das obrigações profissionais, quando deixa de ser professor.

Isso nos mostra que os professores, por vezes, buscam adiar ao máximo o desligamento da profissão, sendo que este somente ocorre quando o educador se sente intensamente ameaçado em seu bem-estar psíquico e físico. Ou em suma, quando não consegue mais suportar a angústia advinda da incapacidade de sustentar o ideal inalcançável de perfeição, quando as inúmeras demandas endereçadas a esses profissionais tornam insuportável a permanência em seu ofício.

Diante do exposto, percebe-se que devido à intensa cobrança por resultados, sobrecarga e pressão laboral e, como também, a não correspondência a um ideal de perfeição vislumbrado dentro do contexto escolar, é possível atestar a existência de um mal-estar docente na educação contemporânea, responsável por causar sofrimento aos professores, no qual estes - na tentativa de se fazerem escutados em suas angústias - manifestam sintomas que se endereçam ao Outro. Dessa maneira, observa-se a necessidade de uma escuta qualificada a esses profissionais. No último tópico deste trabalho, discorrer-se-á sobre a potencialidade da escuta de orientação analítica sob esse prisma, vislumbrando como é possível escutar esse mal-estar enodando-o a dinâmica dos educadores em sua práxis.

3. O PAPEL DA ESCUTA PSICANALÍTICA NO MAL-ESTAR DOCENTE E NA RELAÇÃO COM O FAZER DOS PROFESSORES

Para que avancemos neste tópico, faz-se necessário entender o que é escuta em psicanálise, diante disso, propõe-se um breve resgate histórico e conceitual do termo em questão. Além disso, será fundamental termos em vista que psicanálise e escuta estão totalmente imbricadas, haja vista que esta primeira surge somente a partir desta segunda, ou seja, o método analítico criado por Sigmund Freud nasce e se desenvolve através da noção de escuta.

De acordo com Roudinesco e Plon (1998), o ramo do conhecimento desenvolvido por Freud surge em contraposição ao niilismo terapêutico que dominava o cenário da psiquiatria alemã do final do século XIX. Tal atitude niilista prezava por observar o paciente sem escutá-lo, oferecendo não mais que uma classificação das enfermidades e, além disso, não visava tratá-las. Em contrapartida, Freud, desde os primórdios de sua experiência clínica, demonstrou o desejo de tratar aqueles que padeciam de sofrimentos psíquicos, manifestando, desse modo, sua insatisfação com a conduta psiquiátrica da época e propunha, assim, que o paciente fosse escutado.

Todavia, faz-se válido lembrar que, inicialmente, Freud utilizou-se do método hipnótico para tratar as psicopatologias. Notou que com a hipnose os sintomas desvaneciam-se por certo período de tempo, mas logo retornavam. Além disso, percebeu também que o sujeito não se apropriava ativamente do que fora dito durante o estado de hipnose, visto que, ao despertar do transe, não conseguia recordar do que ocorrera nesse estado. Ele, então, ao perceber as falhas desse método, abandona-o gradualmente. Surge, assim, a necessidade de encontrar uma nova forma de tratar as enfermidades psíquicas (Freud, 1925/2011).

Foi, pois, no tratamento de uma de suas pacientes, que um novo horizonte se apresenta diante dos olhos de Freud, quando Emmy Von. N. pediu ao médico que a deixasse falar livremente, sem interrupções, desejando apenas ser escutada. A partir desse momento, um novo rumo é enveredado por ele, como bem apontam Macedo e Falcão

> A palavra se impõe, apontando uma mudança no caminho de Freud: a cura viria por ela, mas não mais a palavra de um sujeito ausente, que delegava ao terapeuta uma função de memória de seus conteúdos traumáticos e que colocava em ação um recurso que priorizava a sugestão. Agora, é por meio das narrativas ativas de um sujeito acordado, de seu discurso cheio de lacunas, da presença e ausência da palavra que o paciente passa a ser escutado (MACEDO, FALCÃO; 2005, p. 67)

Nesse ínterim, quando Freud entrega a palavra ao sujeito que sofre, propondo-se a ouvi-lo em sua singularidade, demarca-se o importante papel da escuta como método terapêutico. A partir disso, inaugura-se a psicanálise, fundamentada na palavra e, sobretudo, na escuta das demandas de sofrimento do paciente. Logo, pontua-se que o escutar neste campo, acima de tudo, busca capturar o que é singular ao sujeito e, para isso, necessita desvelar o desejo inconsciente que se revela na fala.

De acordo com Freud (1912/1969), durante o ato da escuta é imprescindível que possamos suspender nossa atenção no que tange ao que é dito pelo paciente, a fim de que não fiquemos presos em um ponto específico do discurso do sujeito. A essa noção, chamamos de atenção flutuante - função fundamental à escuta de orientação analítica. Neste sentido, tem-se que a atenção flutuante em consonância à associação livre - regra que pressupõe ao paciente falar tudo o que estiver em seus pensamentos sem restrição dos conteúdos, mesmo que causem vergonha ou algum sentimento adverso - constituem o motor que promove transformações subjetivas.

Deste modo, a escuta psicanalítica não é de uma ordem passiva, visto que ela movimenta as elaborações do sujeito, fazendo com que este fale, esbarrando-se com o seu não saber e com suas questões que concernem não somente ao mundo, mas também a si mesmo; a escuta é ativa, é necessário dar consequências e encaminhamentos a ela, como nos diz Bastos (2009). Além disso, é importante que o escutar permita que o sujeito fale, se expresse e, sobretudo, se implique no que é dito, pois é a partir desta implicação que mudanças são gradualmente vistas como possíveis e assim realizadas. Cabe pontuar, ainda, que para Bastos

> A escuta psicanalítica não se prende ao assunto que está sendo dito, não é paciente; é provocativa, não é solidária. A escuta psicanalítica provoca o analisando a se colocar diante de suas próprias palavras; é uma escuta ativa, pois leva o analisando a examinar e se dar conta de sua própria singularidade e

> se implicar com ela, isto é, dar consequências, decidir o que fazer com isso. (BASTOS, 2009, p. 96)

Dito isto, faz-se válido pontuar que essa escuta não fica restrita somente ao *setting* tradicional da clínica; pelo contrário, ela se reinventa, abarcando territórios outros - como, por exemplo, a escola - sem deturpar os fundamentos clássicos próprios a essa prática. Mais ainda, demarca-se que a escuta de orientação analítica no ambiente escolar configura-se como um ato subversivo, tendo em vista que escutar os professores, bem como suas angústias - nesse espaço - não é algo comum.

Para Kupfer (2000, p. 13, *apud* Bastos, 2002, p. 3) as práticas desempenhadas em instituições "representam uma forma de ampliação do campo freudiano originalmente construído para abarcar o trabalho com as neuroses". Indo de encontro a esse pensamento, Coutinho e Rocha (2007, pp.73-74) declaram que "basta que um ou uns ocupe(m) a *função analista*, dirigindo-se a outro ou outros, tomados como *sujeitos do inconsciente*, para que a psicanálise possa operar nos mais diversos espaços e contextos." Desse modo, é inteiramente concebível pensar e praticar a escuta analiticamente orientada em contextos institucionais.

Como fora mencionado anteriormente neste estudo, os docentes, devido às inúmeras questões tais como as demandas exponenciais que lhes são endereçadas em prol de atingir resultados educacionais satisfatórios nas avaliações externas e, além disso, terem de responder às exigências de um ideal de professor que habita o terreno da impossibilidade, são atravessados por uma grande angústia e sentimento de desamparo, pois não conseguem dar conta de tantas demandas. Nesse cenário, a escuta de orientação analítica pode promover rachaduras nesses ditos e imposições que engessam o docente em uma realidade de mal-estar.

Assim, é necessário que, primeiramente, se crie um espaço de escuta no ambiente escolar, com o objetivo de que o professor possa não somente falar e endereçar seu discurso a um Outro, mas também que esse profissional possa ser escutado e, sobretudo, se escutar, abordando suas angústias, medos e inseguranças em relação à docência e os dilemas que enfrenta nesta e a partir desta. A fim de que esse trabalho de escuta possa ser efetivamente operacionalizado em um contexto institucional - nesse caso, a escola - é necessário pensar em estratégias que possam abarcar o impasse em questão.

Neste sentido, aponta-se o estabelecimento, no ambiente escolar, de um grupo de reflexão como uma alternativa possível no que tange à escuta dos professores. Coutinho e Rocha (2007) apresentam o grupo de reflexão como uma forma efetiva da psicanálise conseguir operar nas instituições. De acordo com as autoras, esse dispositivo possibilita a viabilização de um espaço de fala e, para além disso, um

local de compartilhamento das questões que afligem os envolvidos, permitindo a reflexão sobre o cotidiano, tantas vezes, invisibilizado pelo movimento incessante de busca por resultados.

Sob tal perspectiva, criar um espaço de escuta dirigido aos professores permite que a palavra docente circule dentro da realidade escolar, dando a ela a possibilidade de insurgir-se diante dos ditames de produtividade e desempenho que os marcam em suas práxis atual. Por isso, é de fundamental importância ao professor que este possua um espaço onde possa narrar seus impasses, necessidades e dificuldades concernentes ao ato da docência, dessa maneira, o profissional se sentirá acolhido e terá aporte para repensar seu posicionamento ético-político e seu fazer.

Neste ínterim, a escuta psicanalítica pode ser utilizada como uma forma de resgatar a trajetória, bem como as experiências subjetivas do educador na docência, reconstruindo ou até mesmo retomando o vínculo afetivo com a profissão que fora desejada em algum momento. Consoante a isso, a palavra é a grande aliada nesse processo, já que ao falar, emergem-se questões outras que podem circular e originar intervenções e possibilidades de investigação.

Reitera-se, ainda, que o tratamento a esse mal-estar docente presente na educação atualmente deve dar-se no próprio ambiente escolar, no qual este tem de oferecer as condições necessárias para que o professor possa se implicar de forma ética na sua ação, buscando dar significado aos seus atos, falando e também formulando questões próprias acerca de sua prática e dos efeitos subjetivos e profissionais, no exercício diário de suas funções pedagógicas (Aguiar; Almeida, 2006). Portanto, com base nos caminhos trilhados ao longo deste trabalho, atesta-se que a escuta analiticamente orientada pode ser uma ferramenta potente para acolher o mal-estar dos professores e, por conseguinte, promover mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou analisar de que maneira a demanda em prol de atingir resultados educacionais satisfatórios repercute no fazer dos professores da educação básica cearense, em especial os impactos causados em sua saúde mental. Tal análise foi realizada à luz de três territórios: política, psicanálise e educação. Trilhamos, então, esses diferentes caminhos que, apesar de possuírem singularidades e diferenças próprias, se entrecruzam em pontos de interseção, originando uma complexa e potente rede de questionamentos.

Para além disso, esse trabalho permitiu identificar o mal-estar docente inserido em um contexto político bastante complexo, o qual possui como “pano de fundo” o neoliberalismo ferrenho que se

fortalece, exponencialmente, no cenário contemporâneo. É, principalmente, por meio das políticas de avaliação externa que esse modelo neoliberal se expressa dentro das escolas atualmente. Tem-se, então, que a cobrança intensa por resultados - fruto dessas avaliações externas de cunho neoliberal - contribui marcadamente na constituição e manutenção desse mal-estar.

Ademais, esse estudo demarca, sobretudo, a escuta como potência, como dispositivo de acolhimento daquilo que é da ordem do singular, como forma de fazer a palavra circular. É a escuta analiticamente orientada que permite - de maneira sutil, mas potente - a promoção de rachaduras (Kupfer, 1997) na lógica neoliberal das avaliações externas impostas nas instituições escolares, haja vista que a escuta de orientação analítica contribui, substancialmente, em um movimento de reflexão do mal-estar docente.

Neste sentido, os psicanalistas e/ou psicólogos possuem, no interior das escolas, um papel fundamental nesse movimento de acolher as angústias dos professores. Assim, a função desses profissionais é indispensável para desnaturalizar aquilo que está cristalizado no discurso, fazendo a palavra circular pelas brechas discursivas, a fim de promover um movimento de ressignificação desse mal-estar e qual papel este assume no contexto escolar, bem como promover a reflexão dos professores com sua práxis cotidiana.

O presente trabalho não pretende trazer verdades absolutas sobre o assunto tratado, mas sim abordar uma perspectiva pontual deste problema que vem sendo vivenciado na realidade escolar brasileira. Cabe ainda pontuar que não existem muitos trabalhos na literatura científica que tratem das questões concernentes ao mal-estar docente e a potencialidade da escuta analiticamente orientada, desse modo, indica-se a elaboração de outros estudos a fim de podermos direcionar nosso olhar aos educadores e, sobretudo, compreendermos o mal-estar docente como ponto que enoda narrativas e se faz como mote para investigar a realidade do cotidiano escolar público brasileiro atualmente.

Reitera-se, por fim, que tal como na poesia, esse estudo pretendeu dar lugar à palavra, acreditando no poder desta de resgatar os ditos e os não-ditos dos professores. Mais ainda, dar lugar ao trabalho dos psicanalistas e psicólogos nas escolas, na medida em que estes, por meio da escuta qualificada, fazem com que a palavra circule, promovendo respiros diante do angustiante movimento avaliativo, deste modo mobilizando a palavra como propulsora de mudanças e movimentos, tal como o poeta. Como bem nos diz Mário Quintana: "Quem faz um poema abre uma janela”.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. M. R.; ALMEIDA, S. F. C. de. Professores sob pressão: sofrimento e mal-estar na educação.. In: PSICANALISE, EDUCACAO E TRANSMISSAO, 6., 2006, São Paulo. Proceedings online... Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000320060001000063&lng=en&nrm=abn>. Acesso em 28 fev. 2024.

AGUIAR, R. M. R.; ALMEIDA, S. F. C.. Professores sob pressão: sofrimento e mal-estar na educação.. In: PSICANALISE, EDUCACAO E TRANSMISSAO, 6., 2006, São Paulo. Proceedings online... Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000320060001000063&lng=en&nrm=abn>. Acess on: 10 jan. 2025.

BALL, S. J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/374/37415201.pdf. Acesso em: 03 fev. 2025.

BASTOS, A. B. I. A escuta psicanalítica e a educação. Psicol inf., São Paulo, v. 13, n.13, p. 91-98, out. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092009000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 Maio 2024.

BASTOS, M. B. Inclusão escolar: pensando a escuta analítica no trabalho com professores. In: COLOQUIO DO LEPSI IP/FE-USP, 4., 2002, São Paulo. Proceedings online... Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000320020004000038&lng=en&nrm=abn>. Acesso em 07 Maio 2024.

CARDOZO, E. N. R. de.; MIRANDA, A. L. F.; SANTOS, M. S. dos.; PESSOA, L. N. F. de. Educação e Neoliberalismo em Contexto Brasileiro: elementos introdutórios à discussão. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, XIII., 2017. Anais... Curitiba: [s.n.]. p. 13791-13805. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25724_12514.pdf>. Acesso em 08 fev. 2024.

COSTA, F. T. P.; SILVA, M. M. P.; BESSA, V. T. P.; CALDAS, I. F. P. A história da profissão docente: imagens e autoimagens. 2014. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade_1datahora_30_09_2014_11_06_31_idinscrito_902_d4dbe7099d5ff20d4fd377156a2a2bd1.pdf>. Acesso em 03 Maio 2024.

COUTINHO, L. G.; ROCHA, A. P. R. Grupos de reflexão com adolescentes: elementos para uma escuta psicanalítica na escola. Psicol. clin., Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 71-85, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103 56652007000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Maio 2024. https://doi.org/10.1590/S0103-56652007000200006.

DWORAK, A. P.; CAMARGO, B. C. Mal-estar docente: um olhar dos professores. 2017. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24871_12773.pdf>. Acesso em 10 fev. 2024.

ESTEBAN, M. T.; FETZNER, A. R. A redução da escola: a avaliação externa e o aprisionamento curricular. Educ. rev., Curitiba, n. spe1, p. 75-92, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

40602015000500075&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 maio 2024. https://doi.org/10.1590/0104-4060.41452.

FREUD, S (1912). Recomendações aos médicos que exercem psicanálise. In: Coleção completa das obras de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XII. Disponível em: <http://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-12-1911-1913.pdf>. Acesso em 18 abr. 2020.

FREUD, S. (1916-1917). O sentido dos sintomas. Em Edição Obras Completas, Vol. 13. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pp. 343-364.

FREUD, S. (1923-1925). Autobiografia. Em Edição Obras Completas, Vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 65-149.

HECK, M. F. Sistema nacional de avaliação da educação básica (SAEB): compreendendo a realidade educacional. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar. Mossoró, v. 4, n. 11, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2785>. Acesso em 12 Maio 2024.

KUPFER, M. C. M.. O que toca à/a Psicologia Escolar. In: MACHADO, Adriana Marcondes; SOUZA, Marilene Proença Rebello de (org.). Psicologia Escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

LAPO, F. R.; BUENO, B. O. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. Cadernos de Pesquisa, [s. L.], n. 118, p. 65-88, mar. 2003. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/529/531>. Acesso em 28 jan. 2024.

LAURENTINO, V. M. S. da.; DIÓGENES, E. M. N. Avaliação externa enquanto aparelho hegemônico. Tópicos Educacionais, [S.1], v. 19, n. 2, abr. 2017. ISSN 2448-0215. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/viewFile/22368/18563>. Acesso em 08 fev. 2024.

LEÃO MARTINS, A. C. B.; DAMASCENO, R. S.; DE SOUSA, M. A.; RIPARDO, M. V. S.; ALBUQUERQUE, L. V. C.; MELO, M. A. C. A experiência de professores no ensino remoto: dilemas, saúde mental e contextos de trabalho na pandemia. Expressa Extensão, v. 26, n. 2, p. 154-160, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/view/20468>. Acesso em 03 fev. 2025.

MACEDO, M. M. K.; FALCAO, C. N. B. de. A escuta na psicanálise e a psicanálise da escuta. Psychê [online]. 2005, vol.9, n.15, pp. 65-76. ISSN 1415-1138. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382005000100006>. Acesso em 16 abr. 2024.

MONTEIRO, A.; VAZ, B.; DA MOTA R.. Desvalorização profissional dos professores. Revista Latinoamericana de Estudos Científicos: v.3, n.13. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/37379/24759>. Acesso em 03 abr. 2024.

NEVES, L. M. W. (org.) A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. Editora Xamã. São Paulo. 2005.

NUNES, A. J. P. G.; NUNES, W. A. J. P. G. Considerações sobre o aumento da produtividade do trabalho e suas consequências para os professores e demais trabalhadores do funcionalismo público. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 6, n. 2, jan. /jun. 2013. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/6447/4756. Acesso em: 03 fev 2025.

ROUDINESCO, E; PLON, M. Dicionário de psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 888 p. Disponível em: <https://monoskop.org/images/c/c9/Roudinesco_Elisabeth_Plon_Michel_Dicionario_de_psicanalise_1998.pdf>. Acesso em 18 abr. 2024.

SOUZA, M. Zákia L. Avaliação do Rendimento Escolar como Instrumento de Gestão Educacional. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.); Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos. 8ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes. 2008.

WERLE, F O. C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n.73, p.769-792, Dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Maio 2024. https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000500003.

Capítulo 7

10.37423/250209641

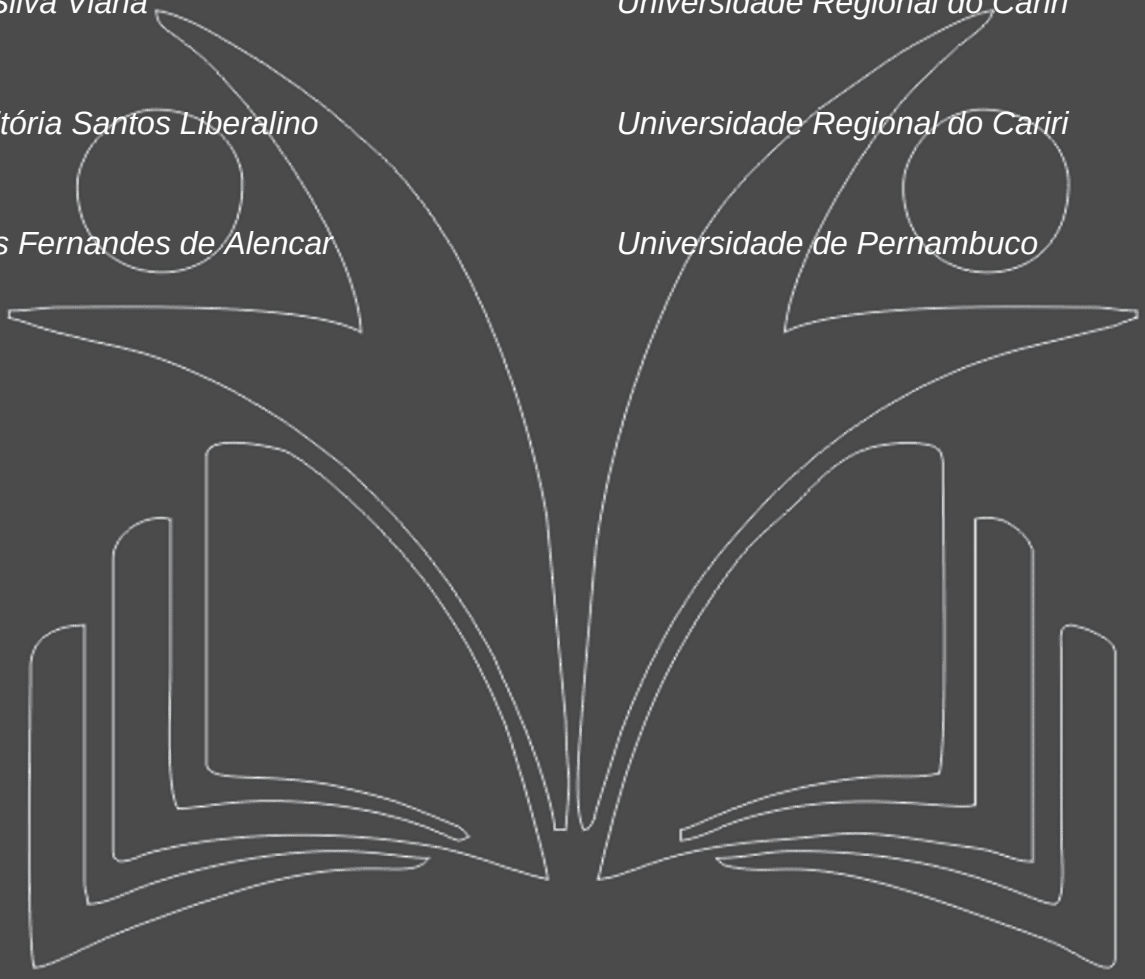
A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO AMBIENTE HOSPITALAR

Sarah Nicole Oliveira de Brito — *Faculdade Maurício de Nassau em Juazeiro do Norte*

Raissa da Silva Viana — *Universidade Regional do Cariri*

Sharleny Vitória Santos Liberalino — *Universidade Regional do Cariri*

Thalita Lays Fernandes de Alencar — *Universidade de Pernambuco*



Resumo: O hospital é um ambiente de atendimento e tratamento de pessoas de variados grupos etários. Um destes públicos é o infantil, que, por vezes, não recebe um tratamento coerente com as demandas que são típicas desta etapa do desenvolvimento, e aspectos como o lúdico, podem ser deixados em último plano. A pedagogia hospitalar desempenha um papel fundamental no cuidado integral das crianças hospitalizadas, proporcionando não apenas apoio educacional, mas também atenção às necessidades emocionais e sociais. Atualmente, alguns ambientes nosocomiais têm inserido práticas lúdicas no dia a dia dos pacientes, contando com o auxílio de projetos voluntários que beneficiam as próprias crianças, além de ajudarem na humanização de locais hospitalares. Com o propósito de discutir os benefícios dessas práticas, o objetivo geral deste artigo é compreendera perspectiva de mães, já que estão em maior contato com as crianças hospitalizadas, acerca de tais atividades lúdicas nestes ambientes. A metodologia foi de natureza qualitativa, com utilização de fontes bibliográficas e coleta de dados tendo como instrumentos a entrevista e a observação. A pesquisa foi realizada com duas mães em um hospital público infantil de Juazeiro do Norte - CE. As mães foram questionadas sobre como as ações lúdicas contribuem com os filhos e qual a relevância das ações pedagógicas no ambiente hospitalar. Os resultados evidenciaram que há divergência acerca da importância atribuída a tais ações, de modo que os aspectos positivos não foram unanimidade. Por isso, destaca-se a necessidade de que tais práticas sejam executadas de forma correta e responsável.

Palavras-chave: Atividades Lúdicas; Crianças; Pedagogia hospitalar.

INTRODUÇÃO

O ambiente hospitalar pode ser entendido como um local onde há inúmeras necessidades de saúde de diversas pessoas com faixas etárias diferentes, incluindo crianças. Por ser um espaço de profundo desgaste psicológico além dos danos físicos, os infantes podem se sentir entristecidos e pouco estimulados nos seus desenvolvimentos cognitivos, afetivos e sociais quando precisam permanecer nesse ambiente. Podem, inclusive, por consequência de sua fértil fabulação, mentalizar variados "monstros" e adquirir traumas em hospitais pela falta de humanização em tais recintos. Para lidar com esse problema, percebe-se que atualmente, a prática de tarefas dinâmicas nos lugares nosocomiais tem sido mais frequente e mesmo que ainda seja insuficiente para estabelecer um completo índice de melhora nos pacientes, pode influenciar positivamente o olhar dos infantes, humanizando os estabelecimentos de cuidados com a saúde onde essas crianças estão inseridas e transformando o seu imaginário, que segundo Adriana Friedmann (2017) muitas vezes tem a ver com imitar o mundo à sua volta, ou expressar suas vontades, emoções, seus medos.

O presente artigo destaca como as atividades lúdicas podem facilitar o desenvolvimento de crianças hospitalizadas e a importância da atuação da pedagogia hospitalar. Partimos da compreensão de que a colaboração entre profissionais da educação e da saúde é essencial para promover uma melhor qualidade de vida para as pessoas que necessitam de cuidados, auxiliando na continuidade da aprendizagem e na recuperação da socialização das crianças hospitalizadas. É válido, ainda, destacar que a legislação brasileira reconheceu o direito das crianças hospitalizadas à recreação e ao acesso à educação durante sua permanência no hospital, na Resolução nº. 41 de 1995 aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Sendo assim, consideramos que essa pesquisa possibilita refletir sobre a efetivação desse direito das crianças hospitalizadas e, assim, vislumbrar possibilidades de avanços, pensando em como fortalecer cada vez mais a colaboração entre os campos da educação e da saúde. É, portanto, uma temática relevante não só para estudiosos da área de psicologia e pedagogia, mas também para pais, parentes, profissionais da saúde e todos aqueles que se interessem pelo tema e que possam se beneficiar com a obtenção de informações sobre as atividades lúdicas e suas contribuições no ambiente hospitalar.

O objetivo geral deste estudo é compreender a importância atribuída pelas mães às ações lúdicas desenvolvidas no ambiente hospitalar, refletindo sobre suas contribuições para a educação e o bem-estar das crianças. Para tanto, os objetivos específicos foram: compreender a perspectiva das mães sobre a contribuição dessas práticas para as crianças, identificar como as atividades lúdicas encorajam

os filhos diante da difícil situação e discutir acerca da importância de ações pedagógicas que contribuem para uma maior humanização em ambientes hospitalares.

Para aprofundar a discussão sobre esse assunto, abordaremos ideias de Adriana Friedmann (2005) sobre o universo simbólico da criança, do psicólogo interacionista Vygotsky (1996) acerca do desenvolvimento infantil como um processo sócio-histórico, de Matos e Mugiatti (2009) sobre a humanização do ambiente hospitalar, de Souza e Rolim (2019) e de Oliveira, Silva, Fantacini (2016) a respeito da pedagogia hospitalar, e de Mirelle Cardoso (2011) a respeito dos desafios e possibilidades da utilização do lúdico em ambientes hospitalares.

REVISÃO DE LITERATURA

A pedagoga brasileira Adriana Friedmann (2014) destaca a necessidade que as crianças têm de estar em constante contato com o universo lúdico, pois ele contribui para a concepção de mundo simbólico presente na infância, tal como mencionado pela autora em suas obras, e isso também incluiria os ambientes hospitalares. A autora destaca que se faz necessário o entendimento da sociedade acerca de como funciona o íntimo de uma criança, sendo importante perceber que "o mundo interior da criança pode ser comparado, de forma analógica, com uma casa com muitas portas, atrás de cada uma das quais se esconde um universo secreto possível de ser desvendado por quem nele ouse entrar" (Friedmann, 2014, p.7). Portanto, é de suma relevância que as implicações e desafios presentes na vida de um infante ser hospitalizado, por exemplo, sejam também considerados de maneira coerente ao período de vida em que elas se encontram, tendo como objetivo principal o desenvolvimento e a ideia correta de infância saudável e humana em quaisquer espaços que elas conviverem, reformulando a imagem tão equivocada acerca do "ser criança" como visto ao longo da história humana.

Segundo Vygotsky (1996), o desenvolvimento da criança está ligado à sua cultura, as crianças se desenvolvem a partir das interações que estabelecem nos espaços em que estão inseridas, implicando no que ele nomeia de processo sócio-histórico do desenvolvimento. Podemos, portanto, refletir sobre as influências de um novo meio social, que é o hospital, com os diferentes atores que ali estão presentes. A criança hospitalizada receberá influência de interações características deste espaço, que são diferentes daquelas as quais estava habituada. Isso impactará nos aspectos microgenéticos do seu desenvolvimento, pois passará por mudanças em relação a si mesma e às pessoas ao redor, sendo essa fase vulnerável e, consequentemente, sensível. Portanto, viver a experiência de ser hospitalizada

por determinados períodos poderá ocasionar alterações no desenvolvimento infantil, já que a criança será mediada e influenciada pelo meio em que vive.

Ao falarmos em hospital, imaginamos as necessidades de saúde que há naquele recinto com o propósito de serem restabelecidas, sendo remetidos em sua grande parte a um ambiente de preocupações, com um olhar sensível principalmente para as crianças. Sabendo que a infância é uma importante etapa da vida e que recebe influências diversas, é preciso ver sob nova ótica a jornada educacional da criança hospitalizada. Observa-se as dificuldades em que a educação hospitalar é submetida, como por exemplo a estrutural (a falta de espaços lúdicos) e a organizacional (a falta de profissionais, como o pedagogo hospitalar), percebendo que a humanização lúdica não é uma realidade tão frequente nesses espaços. O investimento da ludicidade nesse contexto requer a busca pela garantia do direito à educação, independente do enquadramento do indivíduo, levando em consideração sua subjetividade, experiências e o seu tratamento. É nesse empenho de tornar presente a infância, restabelecendo os significados ativos e direitos educacionais do aluno que, segundo Souza e Rolim (2019), a pedagogia hospitalar age como um investimento na vida.

A pedagogia hospitalar desempenha um papel fundamental na recuperação das crianças em ambientes hospitalares, proporcionando continuidade nos estudos, estimulando o aprendizado e promovendo o desenvolvimento cognitivo e emocional mesmo durante o período de internação. Além disso, de acordo com Oliveira, Silva e Fantacini (2016) é fundamental que a atuação valorize o lúdico, com a disponibilização de materiais e atividades criativas pode promover a expressão e o bem-estar das crianças hospitalizadas. Isto porque a atuação lúdica se apresenta como um recurso terapêutico que auxilia no processo de recuperação da criança e na humanização do ambiente hospitalar.

O brincar é uma atividade essencial desde o nascimento, proporcionando momentos de ludicidade, desenvolvimento de potencialidades, socialização, formação de amizades e preparação para a vida futura. Vygotsky considerava, inclusive, que o brincar é a atividade principal da criança, que contribui significativamente para o desenvolvimento infantil, pois quando as crianças brincam, elas não apenas se divertem, mas também se comunicam e expressam suas emoções de maneira única. Através de gestos e atitudes durante o brincar, elas transmitem mensagens e significados que refletem suas experiências, sentimentos e pensamentos internos (Rolim; Guerra; Tassigny, 2008).

Considerando que algumas crianças passam parte da infância em ambientes hospitalares, chama a atenção o fato de que, infelizmente, estes são espaços ainda não humanizados em sua totalidade, de forma que as crianças são, muitas vezes, tratadas de maneira inapropriada considerando as demandas

desta fase do desenvolvimento. É importante compreender como funciona a dinâmica de pensamento infantil e como ela pode ser afetada por fatores externos à criança, para que possamos pensar em mudanças. Conforme as autoras Matos e Muggiati (2007, p.29) destacaram, é necessário "que se mude o enfoque construído em torno da noção de doença, a fim de que se comece a dar maior prioridade à saúde. Essa atenção induzirá os indivíduos a tornarem-se mais participativos, ativos, envolvidos e comprometidos". Por isso, ao compreendermos o público infantil inserido nos ambientes hospitalares é importante salientar os elementos que são potencialmente positivos para sua saúde, para além do tratamento da doença.

Assim, Mattos e Mugiatti (2007) trazem consigo um profundo debate em volta da pedagogia hospitalar, discutindo acerca do papel do pedagogo em hospitais e seu essencial auxílio para os pacientes que se encontram muitas vezes desmotivados e não conseguem exercer de maneira eficaz toda a sua capacidade intelectual. O pedagogo hospitalar deve mobilizar-se para cumprir sua função de educador em ambientes nosocomiais atentando-se para as particularidades dos alunos, sejam em suas patologias ou no estado emocional e mental de cada um, fornecendo o direito educacional sem perder a qualidade de atenção e ensino que estes infantes precisam.

Nesse contexto, Cardoso (2012) ressalta a importância da ludicidade no ambiente hospitalar, enfatizando que isso vai além de brincadeiras, mas também contribui com o sentimento de bem-estar, alegria e superação da criança. Imaginando que o paciente, antes de se hospitalizar, já tinha um contato com a ludicidade (na escola, socialmente e/ou familiarmente), ao entrar em contato com um ambiente diferente do normal (o hospital) esse suposto rompimento com o lúdico isso pode provocar modificações psicológicas e até mesmo afetar negativamente o seu quadro clínico. Partindo disso, observa-se a importância do contato direto dos infantes com projetos lúdicos e com a pedagogia hospitalar, que ainda não se faz tão presente na realidade. Tal discussão faz-se importante porque:

> Brincar não só alegra e motiva as crianças hospitalizadas, mas lhes dá oportunidades de representar o sentido da internação e de resolver os conflitos pessoais que a doença desencadeia, como o medo, a ansiedade e a tensão. O lúdico, se explorado adequadamente, colabora tanto para a humanização do tratamento médico quanto para um atendimento pedagógico hospitalar sensível e integral, propiciando às crianças experiências singulares no processo de hospitalização. (Cardoso, 2012, p.55)

Além de pensarmos nos benefícios para a criança, é possível imaginar também a importância para o acompanhante do paciente ao presenciar a socialização, aprendizado e humanização que a criança está tendo nesse período considerado delicado. As mães são protagonistas fundamentais no cuidado e no bem-estar de seus filhos durante o período de internação, possuindo uma perspectiva única sobre

as necessidades e os impactos das atividades lúdicas. Sendo assim, entender suas percepções e experiências pode fornecer insights valiosos para os profissionais de saúde e da educação, permitindo uma abordagem mais holística no tratamento das crianças hospitalizadas.

METODOLOGIA

Para atender aos objetivos deste estudo, a metodologia presente neste artigo tem uma abordagem qualitativa. Além da pesquisa bibliográfica realizada, neste estudo foi realizada uma pesquisa de campo pautada em dois instrumentos: a entrevista e a observação. Segundo Severino (2013), a entrevista é o levantamento feito diretamente ao pesquisado, tendo assim uma aproximação entre o entrevistador e o entrevistado. A observação, por sua vez, seria todo procedimento que autoriza o acesso aos fenômenos estudados.

O estudo foi realizado em um hospital infantil público da cidade de Juazeiro do Norte – CE. Participaram da pesquisa duas mães em acompanhamento dos filhos hospitalizados. Uma das crianças tem nove anos de idade, frequenta o terceiro ano escolar e encontrava-se hospitalizado mais ou menos uma semana após a realização de uma apendicectomia. A outra criança tem três anos, frequenta o infantil III, hospitalizado por pneumonia e com um quadro clínico frequente. Para melhor analisarmos o cenário, as perguntas utilizadas para desencadear a discussão foram: 1. Quais mudanças percebidas no seu filho após a intervenção de projetos lúdicos no ambiente hospitalar? 2. Você acha importante que esses tipos de atividades aconteçam? Por quê? 3. Alguma sugestão do que poderia contribuir?

A técnica executada para a realização da entrevista foi utilizar as perguntas de forma não diretivas e não estruturada, deixando as mães confortáveis para abordarem outros aspectos observados segundo a sua própria perspectiva, como mencionado no objetivo geral deste artigo. As questões eram feitas e as respostas anotadas de maneira direta e indireta, levando também em consideração as contribuições de outras mães presentes na mesma ala de atendimento.

A análise dos dados produzidos foi realizada utilizando a técnica de Moraes e Galliazi (2016) acerca da Análise Textual Discursiva, partindo da ideia de que tal investigação pode ser entendida como um conjunto de processos complementares interligados em busca de sentidos e de significados, contando também com a possibilidade de recomeçar a investigação, obedecendo ao chamado ciclo analítico com a análise textual discursiva, um movimento constante e nunca acabado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que diz respeito ao lúdico nos ambientes hospitalares e sua importância para o desenvolvimento da criança, chamou atenção o fato de existirem opiniões divergentes entre as duas mulheres entrevistadas. A participante número 1, mãe do garoto de 9 anos, disse que seu filho ainda não havia sido contemplado com uma visita do grupo voluntário existente naquele hospital, mas afirmou que seria de suma importância que acontecesse essa atividade durante o período de internação de seu filho, pois, segundo ela: “Ele só toma antibiótico e dreno, sem esse ‘atendimento feliz’(...) acho que seria muito importante porque ele não vê o tempo passar, né”.

Além disso, outro aspecto importante observado e abordado por essa mãe, foi o gosto do filho pela leitura, a vontade que sentia de ouvir histórias e a saudade das brincadeiras. A mãe demonstrou reconhecer a importância de um ambiente humanizado, principalmente para as crianças se sentirem acolhidas e não tão distantes do ambiente escolar. Declarou, ainda, que observou que o hospital em contexto não possuía caracteres infantes como pinturas, materiais lúdicos e objetos infantis, sendo esse um aspecto a melhorar. Sugeriu, então, mudanças que poderiam ser feitas não só na estrutura física do local, mas também na rotina e atividades oferecidas aos pacientes, como o filho dela.

Já a segunda participante é mãe de uma criança de 3 anos que já havia tido contato com os projetos voluntários várias vezes. A mãe declarou que não achava que tais atividades seriam importantes porque seu filho, conforme suas palavras, “dava muito trabalho”, sendo, por isso, desnecessária a iniciativa de ações lúdicas como estas. Durante a entrevista foi possível perceber, através da fala e feições da mãe, que o menino tinha quadros clínicos frequentes e demonstrava grande inquietação decorrente do ambiente em que estava, da saudade da família e de não estar saudável. A mãe relatou que a criança demonstrava receio e raiva dos medicamentos e procedimentos nada afetivos pelos quais passava, sendo uma boa contribuição um ambiente mais tranquilo e mais confortável tanto para a mãe quanto para a criança. Quando questionada, a participante preferiu não dar sugestões de contribuições, até pelo fato de já ser comum e bastante estressante seu filho estar hospitalizado.

Diante dos resultados obtidos e da revisão de literatura realizada, é importante observar que, conforme os estudos de Cardoso (2012) o lúdico deve se fazer presente na vida de toda criança, atentando-se, obviamente, para a maneira correta de utilizá-lo. Ao comparar as experiências das duas mães, o ambiente era limitador para ambas as crianças, entretanto, uma delas não recebeu o tratamento lúdico, lamentando por sua ausência, e a outra o recebeu, mas não percebeu avanços e, por isso, não reconheceu valor nessas ações. Podemos inferir a possibilidade de que as ações lúdicas

desenvolvidas tenham acontecido de forma inadequada, sendo importante evidenciar, conforme discutido pela autora supracitada, que o lúdico não é lúdico para todos igualmente. É necessário que haja uma observação singular de cada criança, para propor atividades apropriadas às suas necessidades.

Além disso, após a observação realizada, foi possível perceber que o ambiente hospitalar que foi analisado não era atrativo, criativo ou lúdico, ou seja, não foi pensado para o público a que se destina, tornando a ideia de "estar doente" mais evidente e pesada para as próprias crianças. As mães entrevistadas reconheciam as dificuldades e o sofrimentos dos seus filhos devido à condição hospitalar. Os temores e as dificuldades presentes nos filhos, podem ser entendidos e revertidos através de como o universo simbólico destas crianças está sendo formado e favorecido (Friedmann, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível perceber, assim como discutido pelos teóricos apresentados, que o ambiente hospitalar é um local que necessita de uma maior humanização e ludicidade ao receber o público infantil. Entretanto, tais ações lúdicas devem ser realizadas de maneira coerente e responsável para que possam garantir às crianças um maior conforto e alegria.

É importante entender também que ainda há um déficit na realização destas atividades, conforme destacado pelas mães, a falta de assiduidade destes projetos é percebida na vida das crianças. Partindo da compreensão de que a pedagogia tem forte influência em ambientes que não escolares, defendemos que locais como os hospitais devem possuir ações pedagógicas que trabalhem diretamente com as crianças e com seu desenvolvimento, utilizando de necessidades próprias da infância para humanizar, por meio do lúdico, tais espaços.

Consideramos que compreender a opinião das mães no contexto hospitalar é fundamental porque são elas que desempenham um papel crucial no cuidado das crianças. Sua perspectiva oferece uma visão única das necessidades emocionais, sociais e práticas das crianças durante o período de internação. Ao entender suas opiniões, os profissionais poderão adaptar as práticas e intervenções, e aprimorar os programas de atividades lúdicas no hospital, garantindo que atendam às necessidades específicas das crianças e suas famílias, promovendo assim um ambiente mais acolhedor e terapeuticamente eficaz, que favoreça um cuidado mais centrado no paciente. Isso não apenas contribui para o bem-estar emocional e social das crianças durante a hospitalização, mas também promove seu

desenvolvimento educacional e cognitivo, garantindo que não percam oportunidades de aprendizado durante esse período desafiador.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Mirelle Ribeiro. Desafios e possibilidades da ludicidade no atendimento pedagógico hospitalar. 2012.

DE MEDEIROS, Emerson Augusto; AMORIM, Giovana Carla Cardoso. Análise textual discursiva: dispositivo analítico de dados qualitativos para a pesquisa em educação. Laplage em revista, v. 3, n. 3, p. 247-260, 2017.

FRIEDMANN, Adriana. O universo simbólico da criança: olhares sensíveis para a infância. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MATOS, Elizabete. L. M.; MUGIATTI, Margarida. M. Teixeira de Freitas. Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde. Petrópolis: Vozes, 2007. MORAES, R. Análise Textual Discursiva. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

OLIVEIRA, Éllen Fuga de; SILVA, Verônica Meiri da; FANTACINI, Renata Andrea Fernandes. Pedagogia hospitalar: a brinquedoteca em ambientes hospitalares. Research, Society and Development, v. 1, n. 1, p. 88-104, 2016.

ROLIM, Amanda Alencar Machado; GUERRA, Siena Sales Freitas; TASSIGNY, Mônica Mota. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. Revista Humanidades, v. 23, n. 2, p. 176-180, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941- . Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico]

/ Antônio Joaquim Severino. – 1a. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, Zilmene Santana; ROLIM, Carmem Lucia Artioli. As vozes das professoras na pedagogia hospitalar: descortinando possibilidades e enfrentamentos. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 25, p. 403-420, 2019.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

Capítulo 8

10.37423/250209653

POR UM BAIRRO QUE PROTEGE:UMAINTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL DO PROJETO IDEALIZE - GAMA- DISTRITO FEDERAL

Élia Martins Oliveira

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Maria Lizabete de Souza Póvoa

Secretaria de Justiça do Distrito Federal



1 INTRODUÇÃO

O interesse por desenvolver um projeto que envolve pesquisa e intervenção estudo é fruto do trabalho realizado no MEC em 2007 dentro do Projeto Escola que Protege que trata da formação dos profissionais de educação para o enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente e da experiência acumulada no acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Prodequi/Unb quanto à questão das dependências químicas e de adolescentes em conflito com a Lei.

O trabalho tem como fundamento a Carta das Cidades Educadores, segundo a qual

"Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares". (Versão da carta em Português capturada em 11/09/2006 no sítio da Câmara Municipal de Lisboa: http://www.cmlisboa.ptCarta das Cidades Educadoras: 01)

Cientistas e profissionais de diferentes áreas terão neste século o desafio de contemplar os direitos humanos e sociais. Vários tratados e leis e programas, inclusive o Programa Nacional de Direitos Humanos que enfatizou os direitos civis e políticos, em 2002 incorporou os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, ratificando a grande maioria dos tratados internacionais sobre Direitos Humanos e propõe ações que visam sistema de direitos fortes como propõe Bobbio. "quando se pensa nos direitos do homem que experimentaram a historicamente a passagem de um sistema de direitos em sentido fraco, na medida em que estavam inseridos em códigos de normas naturais ou morais, para um sistema de direitos em sentido forte, como o são os sistemas jurídicos dos Estados nacionais. E hoje, através das várias cartas de direitos promulgados em fóruns internacionais" (BOBBIO, 1992:78)

Os direitos humanos referem-se àqueles inerentes à pessoa humana, com vistas a resguardar a integridade física e psicológica das pessoas. A garantia dos direitos humanos deve ser uma ação perene do Estado, mas como resguardar os direitos humanos limitando os poderes das autoridades e garantindo o bem-estar por meio da igualdade, da fraternidade e da proibição da discriminação.

Tendo em vista a questão dos direitos humanos cabe perguntar como se dá a garantia desses direitos numa sociedade líquida, fragmentada, consumista, carente de valores e relações sólidas Bauman

(2001)? Como garantir que os direitos humanos sejam respeitados num contexto social sem fronteiras, que oferece uma gama de escolhas, como assinala Giddens (1999), carece de guias e reflexões éticas que impossibilita estabelecer se as escolhas são acertadas ou equivocadas? No bojo desta crise, a família, como outras instituições vivenciam a confusão de valores e de papéis.

Goldani (1994) observa que a família brasileira tem sofrido consideráveis mudanças com o aumento da concentração de renda, as desigualdades sociais e a falência do Estado influindo nas relações familiares. O modelo familiar patriarcal passou a ser conjugal; composto pelos pais e filhos onde pelo menos um é o genitor. No cenário familiar as pessoas no seu processo de socialização impregnado de valores culturais e morais podem estabelecer relações de gênero e de poder com características assimétricas e violentas.

> A violência contra a criança e/ou adolescentes é uma delas. Essa violência pode ser conceituada como todo ato ou omissão por parte do adulto ou instituições que causam danos físicos, psicológicos e/ou sexuais à vítima (pais ou responsáveis). Este tipo de violência implica numa transgressão do poder por parte do adulto e da sociedade em geral e na coisificação da criança, isto é, na negação dos seus direitos enquanto pessoa em formação (Azevedo e Guerra,2000). Nesta relação, estão presentes atores com poderes desiguais no que se refere a conhecimento, força, autoridade, experiência, maturidade, estratégia e recurso (Falerios e Faleiros, 2006).

A violência contra a criança e o adolescente se manifesta por diferentes formas, tais como: a) violência estrutural (expressando as desigualdades); b) violência simbólica (construindo a inferioridade); c) violência institucional (negligenciando o cuidado); d) violências físicas; e) violências psicológicas (destruindo a imagem do outro); f) situações de negligência, abandono e trabalho infantil; g) diferentes formas de violência sexual - abuso sexual, exploração sexual comercial; tráfico de pessoas para fins sexuais, turismo sexual, pedofilia e pornografia. A violência contra a criança e adolescente se constitui numa das piores formas de desrespeito aos seres humanos, uma vez que compromete de forma incontestável seu desenvolvimento biopsíquico e social. O grau de complexidade deste tipo de violência varia segundo a forma, conteúdo, motivos e público alvo.

Dentro desta temática, um significativo número de crianças e adolescentes estão em situação de risco social no DF, como aponta a pesquisa realizada por Souza (2017), que apontou como um forte fator de risco o fato de muitos estudantes estarem em contanto frequente com as drogas licitas e ilícitas nas suas famílias e no entorno escolar, em relações familiares com elevado grau de conflito e violências.

O contato das crianças com as drogas inicia-se muito cedo, segundo a pesquisa PenSE (2015) é de cerca 9,0% dos estudantes na faixa etária de 13 a 15 anos experimentaram drogas ilícitas, entre os escolares entre 16 e 17 abis o nível e de aproximadamente 17,0%..”Quanto ao consumo atual de drogas ilícitas, ele também aumenta com a idade. Para a maconha, o consumo atual foi de 7,2% entre os escolares de 16 a 17 anos de idade. Nessa faixa etária, em torno de um quarto dos escolares possuíam amigos usuários de drogas ilícitas” (p.91). E importante destacar que o uso de álcool e elevando entre os escolares, Segundo o PenSE (2015) “na faixa etária de 16 a 17 anos,

73,0% dos escolares já experimentaram uma dose de bebida alcoólica. Nesse grupo de idades, pouco mais de 21,0% dos escolares tomaram a primeira dose de bebida alcoólica com menos de 14 anos de idade e cerca de 60,0% possuíam amigos que consomem bebidas alcoólicas. O indicador de consumo atual de bebida alcoólica, considerando as duas faixas de idade analisadas, cresceu 56,5%, passando de pouco mais de 24,0% entre os escolares de 13 a 15 anos de idade para quase 38,0% no grupo etário de 16 a 17 anos. Em torno de 37,0% dos escolares de 16 a 17 anos de idade já sofreram com episódios de embriaguez e aproximadamente 12,0% deles tiveram problemas, com família ou amigos, porque haviam bebido” (p. 90).

A escola pode se constituir num fator de proteção aio uso de drogas oferecendo aos alunos condições de inserção no ambiente escolar e sucesso acadêmico. O fato de o aluno não estar na escola é considerado um fator de risco social. No DF, em 2012, a taxa de abandono no ensino médio foi de 11,14%, enquanto nos anos finais do ensino fundamental foi de 3,42%. A distorção série-idade revela também a dificuldade de obter sucesso na escola. Segundo o Plano Distrital de Educação de 2015 da SEE/DF, a distorção série-idade no ano de 2013 foi de 23,2% no ensino fundamental e de 34,8 % no ensino médio. A taxa de reprovação em 2012 foi 19,62% nos anos finais do ensino fundamental e de 22,28%% no ensino médio.

Tal fato demanda uma ação das próprias unidades escolares, no sentido de se aproximarem desta realidade e levar às famílias os meios de minimizar os riscos a que as crianças e jovens estão sendo submetidos aos maus tratos em seus lares e na sua comunidade.

Segundo a Carta de Ottawa (1986) prevenir o uso de drogas implica em saber acolher, implica em possibilitar a construção identitária de educadores e alunos, possibilitar o desenvolvimento das potencialidades humanas e inserção na cultura. Consiste em permitir a subjetivação, ou seja, possibilitar o tornar-se pessoa, pertencer, construir um espaço próprio e um projeto de vida.

A prevenção se constituiu “num esforço de se antecipar à doença”, refere-se ao “ato ou efeito de prevenir, de precaver, de chegar antes, de evitar algum dano” (Büchele, Coelho & Lindner, 2009, pag. 02). É uma “ação antecipada e intervenções orientadas a fim de evitar o surgimento ou progresso de doenças específicas” (Polejack, Gussi, & Seidl, 2012, pag.02). A prevenção visa formação, capacitação e consciência. Programas preventivos tornam-se mais efetivos quando integram abordagens, setores e instituições. Existem três formas de prevenção: primária, secundária e terciária. Na primeira o uso de drogas ainda não está instalado, na secundária já identifica o uso de drogas de modo moderado e na terciária o já está instalado e requer tratamento especializado. As intervenções devem ser feitas com planejamento, avaliação e transparência em comunidades pequenas e específicas. A informação deve ser considerada como um dos componentes da educação sobre o uso de drogas, nos moldes da educação afetiva que se dirige à formação da personalidade. A crise da saúde se reflete nos contextos, epistemológicos, metodológicos, teóricos (**e políticos)**. O cuidado com a vida deve ser partilhado entre os poderes públicos, privados e comunitários.

O fenômeno das drogas não é um fenômeno isolado, é mulfacetado, contem vários fatores que se interliga, e deve ser abordado de forma sistêmica tal como propõe Morin (1991). Na perspectiva moriniana são sete os buracos negros da educação, por vezes ignorados, subestimados ou fragmentados dentro do processo educativos: são eles, o conhecimento pertinente, a identidade humana, a compreensão humana, a incerteza, a condição planetária e antro-poética. Face às incertezas do mundo moderno é necessário, portanto, um conhecimento que permita o crescimento das relações interpessoais e não ignore e mutile o outro, a adoção de uma consciência planetária e de um compromisso ético com o desenvolvimento do gênero humano.

Para um trabalho preventivo nesse nível é importante articular a rede de proteção desenvolver ações articuladas e sequenciais envolvendo todos os atores escolares, desde os gestores até os funcionários da educação, contanto especialmente com o protagonismo dos professores e dos alunos. Neste sentido, o Projeto IDEALIZE: Tecnologia em Rede para a Construção de Alternativas de Diálogo, desenvolvido pelos jovens de uma escola de ensino médio da rede pública do Gama-Distrito Federal/Brasil, busca ajudar a comunidade escolar na resolução de conflitos internos dos alunos, por meio de debates e orientações em rodas de conversas. Rodas essas, que utiliza um método dialogal (SÍVERES, 2015), realizadas de forma dinâmica, com vistas a estabelecer as interações interpessoais saudáveis entre aluno/aluno e entre professores e alunos.

Na concepção dos alunos descrita no referido projeto, o Idealize se constitui “num espaço de fala aos alunos, que estimula o uso de suas habilidades para mudar, de forma positiva, a sua realidade dentro da escola’’. Para eles, é a maneira mais confortável de mediar conflitos dentro do ambiente escolar, onde jovem escuta jovem - jovem aprende com o jovem. Além disso, fornecer um apoio fundamental para os jovens que estão passando pela transição do ensino fundamental para o médio.

O Projeto Idealize, em 2015, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), recebeu recursos financeiros FAP/DF e expandiu suas ações objetivando: (a) a construção de um ambiente virtual no qual as diversas situações conflituosas possam ser refletidas de forma indireta, criando um ambiente de incentivo e fortalecimento do protagonismo e da resolução pacífica de conflitos; (b) desenvolver uma rede de troca de informações e diálogo sobre os conflitos existentes na escola. O “Idealize Externo” visa, portanto, a expansão do projeto nos outros Centros de Ensino Médio (CEM’s). O subprojeto teve início com a criação do site e o convite aos alunos dos outros CEM’s para atuarem no projeto. Após muitas tentativas, o projeto conseguiu um número estável de participantes e pode, assim, dar início à segunda ação do projeto que é a capacitação em mediação de conflito, iniciada em julho de 2016 e as rodas de conversas. Na ExpoCEMI, em agosto de 2016, foram apresentados dois trabalhos, o primeiro foi voltado ao estudo do site, como ele funciona, qual a importância dele para o projeto. O outro sobre o impacto do Idealize junto aos estudantes. O grupo voltado à plataforma web ficou em primeiro lugar e o outro em terceiro, os dois grupos foram convidados a participar do Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal - Brasil. A pesquisa de impacto realizada junto à comunidade estudantil mostrou que os alunos dos primeiros anos apreciam positivamente as ações do projeto, e, os alunos dos terceiros anos sugerem outros temas como: faculdade, escolhas futuras, concursos.

Lévy *et al* (1994:201) propõem a aplicação de projetos de desenvolvimento das interações institucionais como forma de interferir no campo estudado e produzir mudanças psicossociais possibilitando novas relações entre os atores sociais e entre estes e a organização. Enfatizam a compreensão subjetiva e o lugar de cada um nos sujeitos na medida em que compreendem a situação em que estão colocados, seu mundo e o próprio mundo. Propõe fortalecer o comprometimento passando do ato da palavra a análise do ato, levando as pessoas a se interrogarem, a se comunicarem em suas diferenças, possibilitando que novos atores expressem a sua vontade “instituinte” e assumam o custo dos conflitos.

Na visão de Pain (2000) a instituição funciona como um terreno formador, como um "terceiro", pesquisador, igualmente "formador" que enlaça os diferentes participantes da instituição educacional compondo um todo articulado e complementar que se enriquece a cada dia. O intervir possui uma dimensão militante, multiplica as competências, busca as relações sociais, introduz um terceiro que produz um efeito crítico e estruturante. Esse outro acrescentado solicita o laço social, a dimensão da troca, o uso da reciprocidade.

Neste sentido o projeto tem como objetivo Realizar um trabalho comunitário voltado para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, sendo que a a intervenção psicossociológica apresenta as seguintes premissas fundamentais, a saber:

- Contempla o que não é dito, interroga o oculto e transcreve os desejos na ordem organizacional
- Focaliza a realidade intersubjetiva que constitui o discurso; assim o discurso pode ser tomado como o lugar da mudança
- Propõe intervenções que articulam os recursos já existentes e ampliem ações coordenadas com outros setores (das políticas sociais, comunitárias, etc.) E a participação de profissionais de diferentes formações.

Considera que toda palavra se situa, ao mesmo tempo, nos dois registros da informação e da sugestão – ato de palavra e análise do ato. A decisão, tomada em grupo, abre novos espaços construtivos de ações e interações

2 METODOLOGIA

O projeto teve como participantes alunos e ex alunos do Centro de Ensino Médio Integrado à educação Profissional do Gama que fazem parte do Projeto Idealize, Responsáveis dos estudantes, Agentes parceiros da comunidade e da rede de apoio, como saúde, segurança e justiça.

Foram realizados encontros semanais presenciais para definição das atividades a serem realizadas e durante a pandemia, encontros virtuais com a finalidade de criar vínculos entre os estudantes entre estudantes e responsáveis, entre esses e rede de apoio. Além de desenvolver meios de divulgar informações importantes sobre os direitos da criança e adolescente, vulnerabilidade, saúde mental e outros temas de interesse fortalecendo a rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Foram realizados também orientações específicas para casos específicos que envolviam violações de direitos e violências.

Durante o período de pandemia as redes sociais como facebook e instagram foram utilizadas como forma de atingir a população em geral com lives, posts e dicas de músicas, filmes e séries abordando

os temas de interesse. O whatsapp foi utilizado para discussões em grupo e ideias de temas, o meet para reuniões específicas do grupo onde se produzia material a ser divulgado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de participação no projeto mostrou-se muito importante para a maioria dos estudantes e demais agentes visto que eles demostraram através das falas e propostas de trabalho ressignificar a rede de proteção entre os próprios adolescentes e entre os adolescentes e a rede de apoio, principalmente durante a pandemia onde a forma de trabalho remota levou a construção de meios de compreender o que os colegas estavam vivenciando e como estava a saúde mental e física entre eles. O relacionamento envolveu a comunicação e compreensão de si mesmo e do outro possibilitando, integração, autoconfiança, segurança, autovalorização e aceitação. Os conflitos vividos eram transformados em formas de apoio aos colegas e em construções conjuntas para o desenvolvimento de ações que desencadeavam a promoção da saúde, cidadania e direitos humanos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto deixou em evidência que é possível uma abordagem psicossocial para o desenvolvimento de ações exitosas nas escolas envolvendo responsáveis, comunidade e rede de apoio. As observações e análises dos trabalhos realizados e desenvolvimento dos estudantes nos revela que é possível e processual essa abordagem assim como é o ato de educar e que contribui para o autoconhecimento e aprimora tanto as relações interpessoais quanto as socias.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. Modernidade líquida: Zahar, 2001.

BOBBIO, N.(1909), A Era dos Direitos, 4 º Reimpressão, Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1992.

BRITO, L. M. T.. Liberdade Assistida no Horizonte da Doutrina de Proteção Integral. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Abr-Jun 2007, Vol. 23 n. 2, pp. 133-138.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS Declaração de Barcelona (1990) Versão da carta em Português capturada em 11/09/2006 no sítio da Câmara Municipal de Lisboa: http://www.cmlisboa.ptCarta das Cidades Educadoras: 01)

DISTRIITO FEDERAL Companhia de Planejamento do Distrito Federal. (2013). Título da obra. Retrieved from http://www.codeplan.df.gov.br/noticias/artigos.html

DISTRIITO FEDERAL Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (2015). Plano Distrital de Educação. Retrieved from legislacao.cl.df.gov.br/.../carregaTexto-69845

FALEIROS, V e FALEIROS, E. Curso de Formação de Educador (ras): Subsídio para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Brasília, SECAD/MEC, 2006. GIDDENS, A. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zaluar, 2002.

GIDDENS, A. O mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo. São Paulo: Editora Record, 2000.

GOLDANI, A M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. Cadernos de

LEVY, A. et. al. (Org.) Machado, M et al. Psicosociologia: Análise Social e Intervenção.

PAIN, J. A Pedagogia institucional de intervenção: uma pesquisa–ação institucionalizada. Paper traduzido pelo professor Rogério de Andrade Córdoba, da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília.

Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) (2015) - Biblioteca do IBGE biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf

SOUZA, M. L. P. (2017). FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO DO USO DE DROGAS EM ESCOLAS E SUA RELAÇÃO COM O CLIMA ESCOLAR:O que pensam os Educadores do DF. (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília;

Capítulo 9

10.37423/250209660

MUSEU CASA BORGES: ARTE, CULTURA E EDUCAÇÃO EM BARRA DO BUGRES - MT

Cláudia Landin Negreiros — *Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat*

João Mário de Arruda Adrião — *Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat*

Mayara Sismer de Araújo Petroni — *Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat*

Iandra Ferreira de Souza — *Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat*

Daiane Rodrigues de Araujo Pereira — *Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat*

Resumo: Este artigo objetiva apresentar algumas ações realizadas no Museu Casa Borges, uma instituição museal localizada no município mato-grossense de Barra do Bugres, constituída por um termo de cooperação entre a Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reys Maldonado – Campus de Barra do Bugres - UNEMAT e a Secretaria de Educação e Cultura do município – SMEC. Tais ações se referem à data comemorativa dos 80 anos de emancipação de Barra do Bugres, cujos resultados alcançados nesse evento se inscrevem na história e na cultura desse município que acolhe a instituição. Acredita-se que, por meio dessas ações, a comunidade interna do museu (acadêmicos, docentes e estagiários) esteja em consonância aos anseios da comunidade externa, neste caso, alunos e professores de uma escola pública desse município.

Palavras-chave: Museu. Universidade. Educação.

1 INTRODUÇÃO

Por meio do Termo de Cooperação 003/2022, celebrado entre a Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Barra do Bugres - UNEMAT e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Barra do Bugres-MT, foi implementado o projeto de extensão “Casa Borges: Arte, Cultura e Educação Patrimonial”.

Esse projeto, em sua terceira edição, está institucionalizado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC – UNEMAT, cujo objetivo é dar continuidade às ações culturais, nas etapas anteriores, do Museu Casa Borges, uma edificação histórica desse município, proporcionando aos alunos das escolas da região, através de exposições artísticas e culturais, o envolvimento com artistas, artesãos e culturas da região.

Todas as atividades propostas no Museu Casa Borges possuem finalidades educativas das mais diversas, o contato dos alunos e da comunidade com a edificação propõe a experiência a partir de ações que viabilizam a vivência no espaço histórico, de modo a favorecer o conhecimento, o pensamento crítico e a apropriação da comunidade com a sua história, que de acordo com Zarbato (2017), são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Uma das ações realizadas no ano de 2024 se refere à comemoração dos 80 anos de emancipação política do município, a qual será apresentada neste artigo, nos itens subsequentes. De início, a apresentação da instituição museal. Na sequência, as ações desenvolvidas no evento, os resultados dessas e, por fim, as considerações finais.

2 METODOLOGIA

É uma pesquisa qualitativa, delimitada às atividades do museu. além de observação sistemática por meio de pesquisa exploratória referente às atividades realizadas na escola.

2.1 O MUSEU CASA BORGES

O nome do museu é em homenagem ao senhor Herculano Borges, que veio para o estado de Mato Grosso, na década de 50, para o município de Rosário Oeste. Já casado, resolveu se mudar para o distrito de Barra do Bugres, vivendo nessa localidade por mais de 50 anos, fixando residência até o final de sua vida.

Quando Barra do Bugres passou a ser município, foi convidado a integrar o quadro de funcionários da prefeitura, passando a acumular a função de servidor público e comerciante de compra e venda da poaia, até o fim de seus dias, deixando a sua contribuição como cidadão, lembrado como um dos pioneiros desse município.

Em relação à arquitetura, a residência foi construída entre 1955 a 1956, classificada como neocolonial; as paredes são de adobe (26 cm), com uma mescla de areia de goma e estrume de gado, assentados e rejuntados com argila e pedriscos.

O telhado é de madeira, consistindo nas terças transversais, caibros e cumeeiras, sendo apoiadas diretamente nas paredes, com vãos pequenos, dispensando o uso de tesouras; assim como as casas deste período, não possui forro no exterior e interior.

A planta baixa é composta por oito cômodos, e mesmo passando por algumas alterações, a edificação ainda permanece com seu formato original; a fachada é de tijolo cerâmico maciço, o muro foi edificado assim que a casa foi construída e o portão e as grades têm característica da década de 50, como visto na figura 1.



Figura 1: Fachada principal do Museu Casa Borges – Barra do Bugres – MT.

Fonte: Os autores, 2024.

2.2 AS COMEMORAÇÕES DOS 80 ANOS DE BARRA DO BUGRES

No dia 19 de abril de 2024, Barra do Bugres completou 80 anos de emancipação política. Desmembrado dos territórios de Diamantino, Rosário Oeste e Cáceres, o novo município foi instalado

em 19 de abril de 1944. E como uma das ações desenvolvidas pelo Museu Casa Borges, nesta data comemorativa, destaca-se uma exposição feita com trabalhos de alunos de uma turma de 8º Ano, de uma escola estadual de um bairro da periferia da cidade.

A proposta consistia em realizar uma oficina de ilustração, com algumas técnicas (aquarela, lápis de cor, grafite, giz de cera, pastel), cuja temática seria os 80 anos de Barra do Bugres; as ilustrações ficaram expostas no Museu Casa Borges, de 19 a 30 de abril e a oficina foi aplicada em 18 de abril, véspera da comemoração.

A partir de imagens de alguns pontos de memória de Barra do Bugres, os alunos deveriam recriá-los usando as técnicas sugeridas acima; alguns pontos foram: Museu Casa Borges; antiga Prefeitura de Barra do Bugres; Igrejinha de Santa Cruz; Casa José Ourives; Orla do rio Paraguai; Monumento alusivo à passagem da Coluna Prestes. As figuras seguintes apresentam alguns momentos da oficina.



Figuras 2 e 3: Oficina de ilustração 80 anos de Barra do Bugres.

Fonte: Os autores, 2024.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação destacada neste artigo está em consonância às finalidades educativas do museu, ou seja, estar sempre em contato com alunos e comunidade, a partir de ações que viabilizam a vivência nesse espaço, proporcionando o conhecimento da história local.

Sabe-se que o museu é, por excelência, um eficiente instrumento que propicia a reflexão e crítica acerca da história, memória e identidade cultural, contada por meio da sociedade, que em contato com a informação desenvolve conhecimento e cidadania, assim como destacado por Amaral (2007), desta maneira:

> Educar para a liberdade significa garantir a autonomia humana frente aos desafios modernos. Não só o desafio anti-ideológico e manipulador do conhecimento, mas como o desafio da construção de uma sociedade mais justa, mais limpa e plural e nesse sentido os museus, como instituições cidadãs, têm esse compromisso natural (AMARAL, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que, através de exposições e outras atividades, o Museu Casa Borges contribui com a missão de informar e educar aqueles que visitam o local. E essa atividade, realizada com alunos da educação básica de uma escola pública do município, em comemoração aos 80 anos de emancipação política de Barra do Bugres, representou também uma ação de cidadania, respeito à diversidade cultural, promovendo, dessa maneira, a valorização, a preservação, a educação e a fruição do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E. L. G. Reflexões sobre o papel educativo dos museus, 2007. Disponível em: http://www.unifor.br/joomla/joomla/images/pdfs/pdfs_notitia/1529.pdf. Acesso em: 30 de maio de 2024.

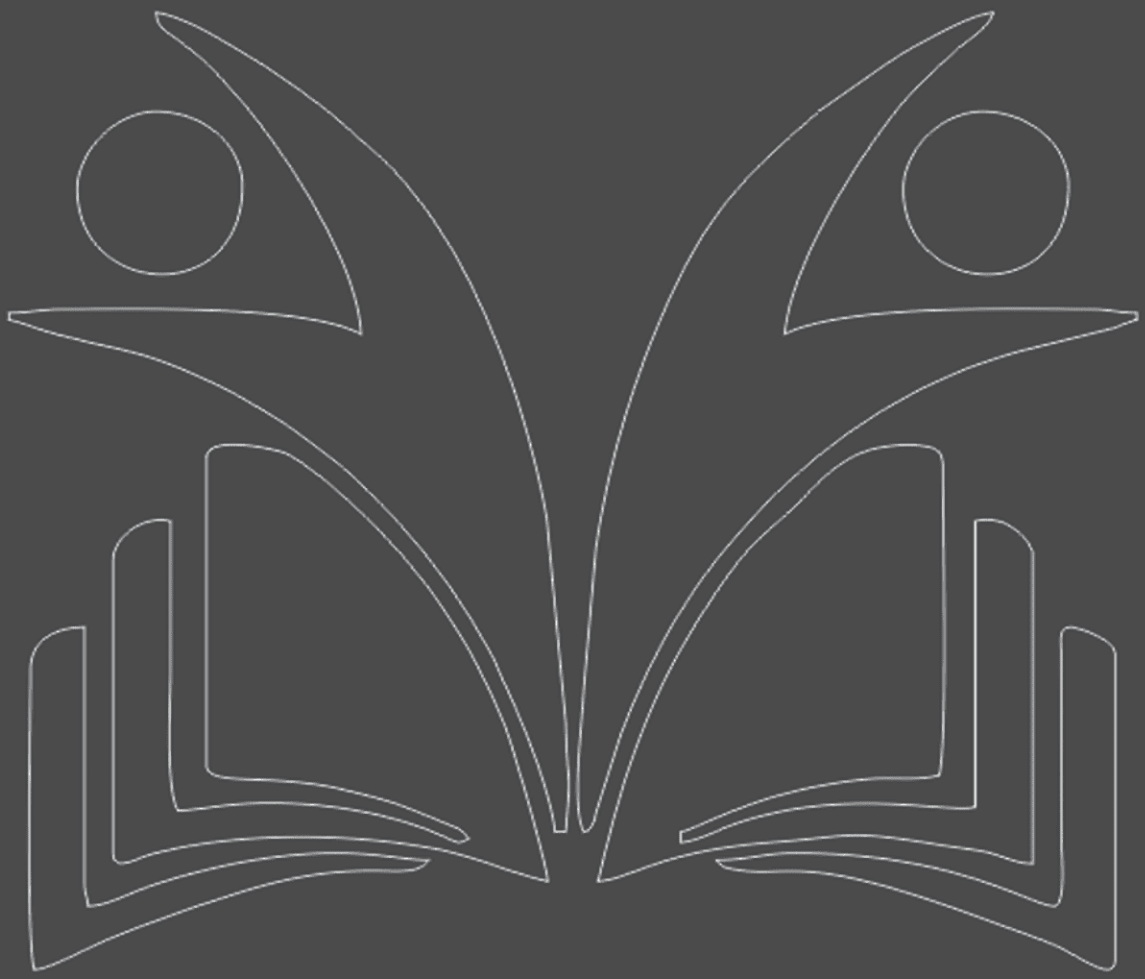
ZARBATO, J. A. M. Educação patrimonial e aprendizagem histórica: percursos epistemológicos na história ensinada. História & Ensino, Londrina, v. 23, n. 1, p. 31-55, jan./jun. 2017.

Capítulo 10

10.37423/250209666

ESQUIZOANÁLISE EM EXPERIÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

Daniela De Maman *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*



Resumo: O texto consiste em exercício cartográfico de escrita sobre o contexto teórico-prático da esquizoanálise, quanto as suas proposições, em relação a potência de um *corpo*, como ação humana subjetiva e objetiva, frente aos deslocamentos, enfrentamentos e agenciamentos impulsionados pelo cotidiano no existir/ viver em território. O objetivo é analisar, interpretar e representar o conceito de *corpo* na esquizoanálise, como ato ativo de potência. A abordagem metodológica pode ser descrita como pesquisa bibliográfica qualitativa, expondo movimentos experimentais de escrita cartográfica como técnica que experimenta imersões no referencial teórico projetando escritas interpretativas. Como considerações emergentes do experimentar da escrita há a representação do *corpo* como sujeito a afecções por consequência de sua subjetividade em meio ao existir/viver em diferentes territórios, pelos quais transita, em meios a subjetividades, sendo afetado por paixões tristes e alegrias pulsantes.

Palavras-chave: Corpo**;** potência; território.

INTRODUÇÃO

Experiência cartográfica 1 - explicitações

A projeção cartográfica, neste texto, flui no sentido do dinamismo para produzir, analisar, interpretar e representar conceitos sobre a esquizoanálise, quando esta apresenta uma ética da potência pela articulação entre as forças e os modos de afecção (Hur, 2019). A cartografia entendida como método de pesquisa qualitativo que se se assemelha ao movimento - devir humano na produção de subjetividade num dado espaço do existir – território, também, estruturada de modo a possibilitar o movimento de leitura e interpretação de projeções textuais com o intuito de estabelecer relações entre a teoria e seu viés prático.

Assim, a projeção textual cartográfica infere sobre objetos textuais subjetivos, os quais, colocam o corpo (constituído por subjetividades) em posição de movimento por diferentes territórios, buscando investigar para conhecer onde os dados são sempre relançados, se entremeiam, produzindo conceitos, subjetividades e mundos para conhecer, investigar, descobrir.

Este exercício de escrita tem a intencionalidade de constituir-se como escrita cartográfica delineada por movimentos estruturantes na constituição deste texto, ao instituir apontamentos num território de conhecimentos múltiplos que se estruturam da experiência do autor (HUR, 2023) possibilitando uma escrita que experimenta no próprio movimento do conhecer - saber a inferência - interpretação. Este movimento deflagra a afecção diante da experiência projetando potência como vontade que cria e multiplica. A potência de um corpo é uma conjunção entre afetividade *versus* ética, na medida em que a potência é construída por meio de deslocamentos, enfrentamentos no colocar-se em ação no território, não é um estado fixo, ao atribuída a posse. A potência se mostra na condição de afetar e ser afetado: poder do corpo em agir e exercer poder. Viver pode ser caracterizado como um campo de forças, onde cada ação experimentada representa um grau de potência do corpo.

MÉTODO

Experiência cartográfica 2 - delineando conceituações esquizoanalíticas

Busca- se na incursão da pesquisa bibliográfica estabelecer o estudo sobre o entendimento de corpo para a Esquizoanálise enquanto um campo pós-estrutural apresenta por Deleuze e Guattari (2005), de maneira a produzir uma cartografia textual-analítica que identifica, recorta, descreve e interpreta as afecções de um corpo em meio as subjetividades construídas em meio ao existir em território (campo social do viver). Nesta perspectiva, o caminho metodológico caracteriza-se pelo caráter qualitativo,

exploratório e descritivo-conceitual, na qual significados vão delineando uma escrita cartográfica autoral, por meio da qual é explicitada conceituação de corpo em meio as vivencias no mundo com base nas elaborações teóricas dos autores citados.

O *corpo*, como o território, não deve ser apreendido como substância, mas pelo seu funcionamento, por seus regimes de forças e afecção, assim, pensar o corpo não como substância, mas como modo, pela sua cinética e dinâmica, com suas relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão (longitude). O corpo afeta e é afetado por outros corpos (latitude), tem um poder de afetar e um poder de ser afetado. Neste processo, há afecções ativas e afecções passivas, uma potência de agir e uma potência de sofrer (Deleuze, 2005). É necessário, então, fazer uma cartografia do corpo, na qual sua natureza se dá pelos agenciamentos de movimentos e afetos, por sua longitude e latitude. O corpo ultrapassa a consciência, bem como expressa a multiplicidade de afecções.

Nietzsche (2012) fornece o fundamento das forças ao propor sua dualidade, na qual há as que agem e outras que reagem, e que são qualificadas como forças ativas e reativas *(interpretação sobre este dizer tão singular num dado espaço temporal e atemporal).* A ideia é conhecer como o desejo se agencia às distintas máquinas políticas contemporâneas, para discutir os diferentes circuitos desejantes resultantes. A intenção é compreender, segundo a Esquizoanálise, como o desejo constitui e é constituído pelas diferentes máquinas, buscando cartografar os distintos agenciamentos provocados no *corpo*.

Deleuze (2001) encontra em Nietzsche um fundamento das relações de forças e para denunciar as formas de vida despotencializadas que são assumidas, em que se nega a vontade de potência e assumem-se formas reativas de ser- uma interpretação do sentido a partir do exercício do *eterno retorno,* este como mecanismo de transmutação onde o que se repete, retorna, como afirmação que deriva do pensamento seletivo, segundo, Nietzsche (2012) só volta aquilo, que pode ser afirmado, só a alegria volta, são perspectivas para interpretação na experiência do pensar, a qual é a própria força interpretativa da realidade.

DISCUSSÕES

Experiência cartográfica 3 - inquietações e argumentações

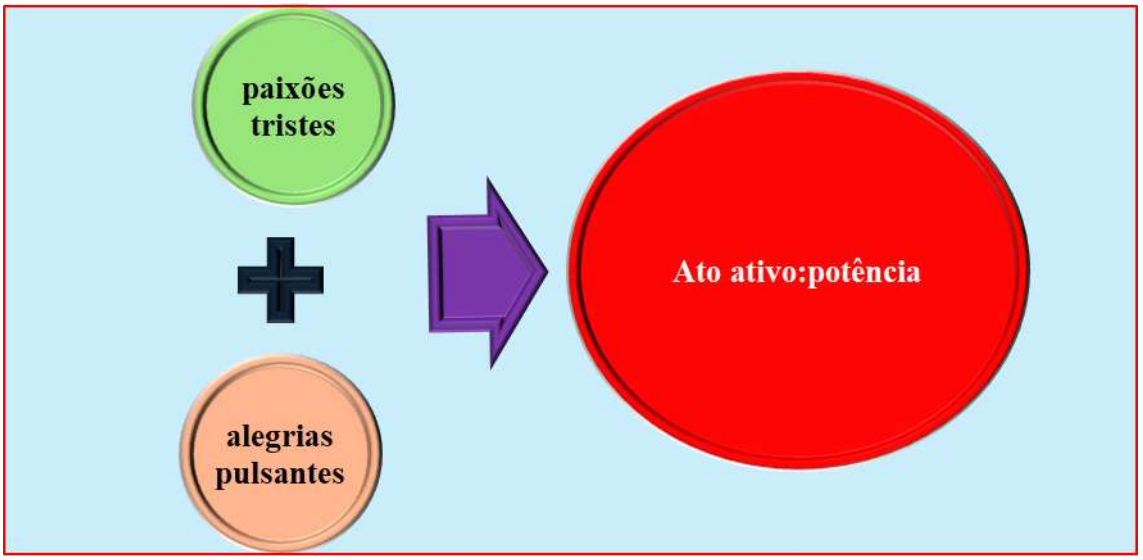
Contudo, as forças atuantes na realidade- imanência não estão isoladas, estão em combate, em entrelaçamento, do qual resultam os modos qualitativos de vida, segundo Espinoza (2009) um saber que agrega e preenche com potência, sendo o ato que prescinde de um conjunto de condições para

atuar no sentido do agir e exercer poder pelo corpo, afetar e ser afetado: aquilo que pode em um ato. Cada problema que se apresenta tem um grau diferenciado, envolve um jogo de forças, que clama ao corpo a sua potência. O sujeito vive num movimento não fixo, mas de variação de potência.

Espinoza (2009) e Deleuze (2001) colocam em questão o fato da preocupação existir e inferir no corpo em relação aos efeitos que provoca neste corpo e, não quanto as suas causas. Neste sentido, há o distanciamento de um conhecimento de potência e o porquê de suas variações. Nesta perspectiva há o julgamento do vivido, por vezes tido como ato resultante de ideias inadequadas (Espinoza, 2009). Para este autor é como se houvesse o distanciamento em relação as causas, assim, a variação acontece por meio de dois movimentos distintos:

1 - O encontro aumenta a potência do corpo - um corpo externo (nosso ou outrem) aumenta ou compõe a potência de um corpo em meio a afecções das subjetividades. Nesse momento, a potência é preenchida de maneira a produzir alegria e a tornar o corpo ainda mais perfeito, uma vez que está mais próximo da ação. O esquema I ilustra a interpretação de sentido do movimento cartográfico.

Esquema I - Cinesia afecções.

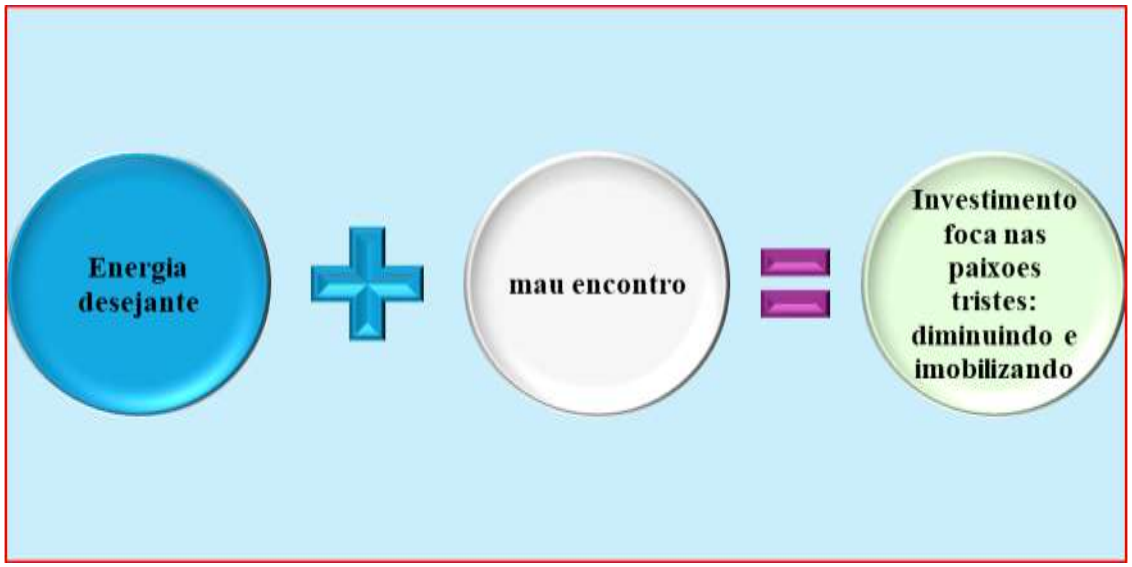


Fonte: Elaborado por autora (2025).

2 - O encontro é ruim, ocorre uma diminuição da potência - há uma decomposição da relação constitutiva, um corpo decompõe a relação constitutiva do nosso, ainda que se componha com as nossas partes, o mau encontro separa o corpo daquilo que ele pode: a - menos perfeito em sua capacidade de afetar e de ser afetado; b- uma parte da energia passa a ser gasta para afastar aquilo

que entristece e que tende a destruir a composição atual. O esquema II apresenta a interpretação cartográfica da subjetivação das afecções.

Esquema II - A internalização dos efeitos das afecções!



Fonte: Elaborado por autora (2025).

Por sua vez, Espinosa (2009) discute o entrelaçamento entre as forças com base nas distintas modalidades de relação que decorrem da conexão entre os corpos e que produzem afetos correlatos, no sentido, das reações subjetivas no campo das emoções: moldados por pela racionalidade, ou pela singularidade. As afecções do corpo são representações desprovidas cognição, interessada ou não.

Já as ideias dessas afecções, como modos do atributo pensamento, podem exercer atividades no âmbito do conhecimento. Se fossem apenas representações, seriam apenas experiências dispersas e sem sentido. São modificações da vida do corpo e significações psíquicas dessa vida corporal, fundadas no interesse vital que, do lado corpo, o faz mover-se (afetar e ser afetado por outros corpos) e, do lado da mente, a faz pensar. O interesse vital do corpo e da mente é a existência e tudo o que contribua para mantê-la, assim como o aumento das potências de existir, pensar e agir.

Na composição entre corpos, há o afeto correspondente da alegria, já na experiência de decomposição, tristeza, nos encontros de composição ou decomposição, quando o corpo ativo de potência se dispõem a compor. Assim, as afecções do corpo são representações desprovidas cognição, interessada ou não. Já as ideias dessas afecções, como modos do atributo pensamento, podem exercer atividades no âmbito do conhecimento. Se fossem apenas representações, seriam apenas experiências dispersas e sem sentido. Tais representações são modificações da vida do corpo e significações

psíquicas dessa vida corporal, fundadas no interesse vital que, do lado corpo, o faz mover-se (afetar e ser afetado por outros corpos) e, do lado da mente, a faz pensar.

A própria potência como elemento em meio a conjunção e forças para padecer, ou sofrer, não se refere à mera passividade - pode também incitar o potencial de agir - pode ser considerada como um bom afeto ao corpo, aumenta sua potência de ação (Deleuze, 1995). A potência de sofrer corresponde a dois tipos: as paixões alegres e as paixões tristes. As paixões alegres, mesmo sendo uma paixão, são tomadas como uma afecção que é útil ou boa para o corpo.

Tais, sentimentos se entrecruzam no movimento da vida, que é plano de imanência-realidade, vida pulsante e complexa postas no campo da experiência, do cotidiano, dos investimentos em alegrias ou tristezas, na qual tentamos compor num movimento de reagir, produzir, desconstruir. Esta postura é ativa na medida em que ocupa lugares numa ética histórica e cultural que imprimi investimentos em composição com outro, e meio a complexidade do viver no campo das pequenas torturas cotidianas conhecendo as condições de vida e mergulhando nestas em construindo, vivendo no território nem sempre plano, mas talvez curvo, árido da imanência.

Esta escrita cartográfica procura explicitar sobre os sentimentos constituírem-se como planos para compor a afetabilidade emerge não como condição de fraqueza no plano da realidade, da imanência, mas como constructo humano que possibilita em certa medida entender o lugar de expressividade do outro na composição da vida. É a força que em um interlúdio, por vezes de condição de afecção pela paixão triste do outro possibilito a emergia da força, tanto em mim, quanto daquele que componho, sem contudo ratificar esta composição por equação entre paixões tristes e afetos seja: $afecção + captura/decomposiçao = fraqueza.$ Há, nesta equação de ser humano, conhecer as condições da vida e nela fazer e desfazer tais condições o lugar para o desejo pelo poder e pela manutenção deste, quando há o deslocamento de forças entre a captura, endurecimento, reação.

Neste ponto, é possível inferir que a equação que envolve corpo, potência, ética e afetabilidade pode ser representa por: $afecção + força/composição = potência.$ A ideia é como a emoção do encontro, da composição com o outro afeta no sentido da fermentação das emoções e, em a partir deste sentir que é compartilhado no plano de realidade pode compor e transmutar o que está posto, endurecido por vezes no cotidiano da produção da vida, em como o sentir, para além do envolver-se pode ser ampliado de maneira a causar fissuras que que deixem fluir fluxos desejantes (Deleuze, 2001), para quem sabe possibilitar diferentes modos de se afectar desconstruindo para construir novos

modos de ocupar lugares e, também novos desejos num continuum: *afectar-se e produzir no campo da imanência*.

A vontade de potência como propagação das intensidades, multiplicidades, positividades e do devir-ativo (Hur, 2023) que se expressa em possibilidades de criação, quando *locus* de desejo que impulsiona ações que por sua vez geram movimento num sistema de relações de força, as quais operam numa correlação entre potência e poder. Tanto a potência, quanto o poder entendido como ações próprias de um sujeito que se afeta, que faz de maneira individual ou social um fazer que irrompe e proporciona no caos a renovação de forças positivas- espaço para o novo- nas relações que o circundam o corpo e seus modos de subjetivação em meio as relações cotidianas. O esquema III ilustra as potencias de um corpo ao afetar e se afetado por outros corpos.

Esquema III- Potência (afecções positivas) e poder (extensão): relações de força.



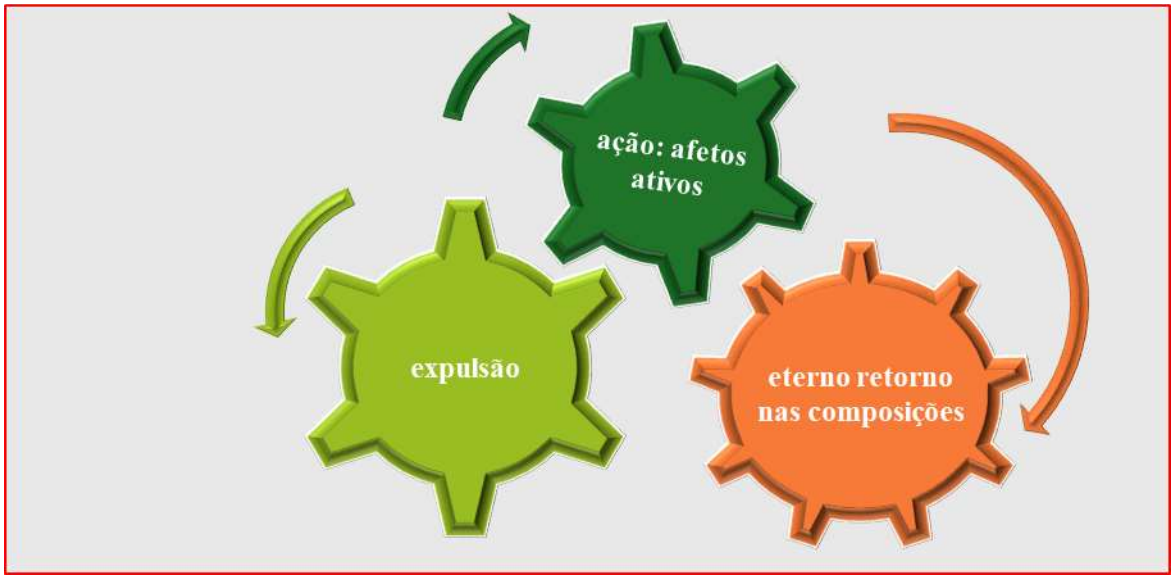
Fonte: Elaborado por autora (2025).

A partir da interpretação do esquema adentra-se na modalidade de ética das forças descortinada pelo processo cartográfico (Passos, 2009), na qual a potência é produto da aclamação das forças ativas, as quais geram afecções positivas que promovem a potencialização por meio da criação desejante. O poder por sua vez emerge da fermentação das forças reativas, aniquilação completa, não existência, aniquilamento, destruição, por isso despotencializa, captura, pela coerção instaura a submissão e a tristeza. Esta dualidade de forças modais caracterizam o *eterno retorno* (Deleuze, 1995).

A força modal como um conceito utilizado na engenharia mecânica. Neste ensaio parece corresponder harmoniosamente com a caracterização propostas pelos autores do texto-base, quando orientam a reflexão do pensamento para a abstração de um campo de medições em que os movimentos subjetivos ocorrem numa dinâmica estrutural – fluida quanto excitados em todo o seu espectro de frequência: potência *versus* poder.

O esquema IV delineia os movimentos constituintes do retorno: subjetivos de um corpo.

Esquema IV - Movimento fluido do eterno retorno: insere a novidade que possibilita a diferença.



Fonte: Elaborado por autora (2025).

O movimento operado na subjetividade humana pelo eterno retorno é o processo de encontrar e remover forças contrárias a potência, no qual a afirmação permite a transgressão, na medida em que o novo toma corpo na ação do ser colocando no campo dos movimentos subjetivos ações revolucionárias, de oposição radical aos preceitos legais e às instituições formais, quando no encontro com as afecções negativas as expulsa por operarem *na lógica do negativo e que seleciona as forças ligadas à criação* (Deleuze, 2001).

Assim, o movimento do retorno partindo da ideia de Nietzche (2012) sobre *tempo* ser *infinito* e a *energia finita*, desvela um eterno continuo processo de criação recriação das práticas vividas pelos sujeitos quanto ao seu ver, pensar, conhecer, sentir e interpretar os acontecimentos dos modos do viver buscando reconhecer-se na orientação e na reorientação das práticas subjetivas, num contexto em que os horizontes não são necessariamente compatíveis ou cumulativos, porém num movimento de eterno retorno permeado por forças que por ora compõem, ora decompõem.

No esquema V a ideia de retorno em meio a composição e decomposição.

Esquema V- O eterno retorno em meio a movimentos.



Fonte: Elaborado por autora (2025).

Espinoza (2009) em sua eloquência em prol da e pela *ética* infere sobre os maus e bons encontros e no quanto pode potencializar o sujeito e o outro pode decompor. Neste sentido, o encontro com o outro provoca afecções, por meio das quais a potência pode ser aumenta ou diminuída, dependendo do tipo de encontro: mau ou bom, quando possibilitam na potência do existir a potência do ser afetado. Na composição movimentos são postos em fluxos próprios do viver onde as relações estabelecidas podem aumentar ou diminuir forças, depende dos acoplamentos integrativos com os outros e com o meio (Maturana, 2005).

Com Espinosa (2019) a proposição é conhecer, primeiramente, a natureza dos afetos, entendê-los como potência de vida, no sentido de ampliar a capacidade de sentir para pensar e existir como corpo e mente. O corpo para este filósofo opera sempre no sentido de buscar expandir-se em torno da alegria de viver, torna-se forte mesmo sendo suscetível a múltiplas formas de afecção. A ética estabelece seu território, quando o humano-sujeito transforma afetos passivos em ativos: da servidão pela moral, pela liberdade da ação-atividade.

Na sequência, a figura I ilustra encontros do cotidiano do viver numa perspectiva do mau encontro: *despotencializa*!

Figura I - Paixões tristes (afecções num mau encontro) que diminuem a potência.



Fonte: Elaborado por autora (2025).

É no encontro que há a composição das relações que se encadeiam, as quais, potencializam, ou despotencializam, isto porque um corpo pode combinar com o outro em diversos tipos de afecções aumentando suas propriedades de alegria, ou tristeza, as quais compõem o encontro entre o eu e o outro produzindo forças que delineiam modos de subjetivação em meio a singularidade do sujeito (Sawaia, 2003). Entende-se a afetividade como insumo das relações humanas que compõe e decompõem-se dependendo do quanto colaboram para sair da condição de servidão, para a liberdade de viver para além do julgamento sob o crivo das paixões tristes.

Neste sentido, as relações sociais no contexto do viver em imanência projetam formas expressivas, assim como as experiências produzindo singularidades, na medida em que o corpo é percebido como uma ponte entre o *eu* e o *eu social*. As singularidades do sujeito a partir do eu e com os outros eu (s)/corpos configurando a ação pela qual um sujeito ao compor pode compartilhar estilos, desejos, potências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Experiência cartográfica 4 - *o corpo como um campo fluido*

No cenário das forças, sejam estas caracterizadas modais, fluidas operam no acontecimento como ativas e reativas. A primeira como experiencia no devir que precipita a ação, cria realidades, apropria potencias, enquanto as forças reativas são reguladoras da ação, a retardam, limitam seu campo de afecção positiva. É justamente, neste campo, instituído, que a possibilidade de instituir a partir da potência de vida toma corpo no sentido de romper com transcendentalidade de valores dominação e captura com expulsão, com a ruptura do que está posto.

As relações de força coexistem no movimento de assujeitamento do sujeito, vivido no acontecimento, traz consigo o entrelaçamento com regras e objetivações, as quais sugerem o enfrentamento em busca de liberação por meio de diversas modalidades práticas- forças modais - movimentos positivos - devir em potência.

Na medida em que o sujeito pensa, faz numa lógica de agir em favor do que pode criar, instituir, entre intensidades contidas/expressas nas relações entre sujeitos, as zonas de potência comuns aos coletivos vividos e, como é o viver entre multiplicidades no contexto (Rolnik, 2018). Neste sentido, o sujeito diante das afecções ativas seja de potência, ou poder na condição de produtor de ações no campo da experiência implica um potencial de escolha, de distanciamento da num sistema de relações no viver, onde é sujeito ativo.

O eterno retorno é concreto na medida em que gera ação resultante de frequências do decurso da repetição tensionando transgressões por meio das forças modais nos movimentos subjetivos do que despotencializa, entorpece o singular (Zanello, 2009). O campo fluido possibilitado pelas forças no retorno da ação expulsa as forças fazendo emergir deste processo a diferença, que expõe a luz a novidade, que em sua totalidade é a afirmação que se materializa num território humano, como retorno que repele as forças reativas: um fazer que altera a natureza, que de certa maneira aumenta a potência do agir, do afetar-se no encontro com sentimentos bons.

Sentimentos, potencias são gerados pelos deslocamentos, os quais produzem composições entre o eu, e o outro, num processo primeiro de proposição da desconstrução (liberação), para entender agenciamentos (composições) que desencadeia força, a qual pode compor ou descompor, ou ainda recompor num modo de vida que é próprio do corpo singular (uma cartografia da vida que mapeia e conversa com acontecimentos e atravessamentos): ligação direta entre afetos e potência!

Portanto, buscar a possibilidade de instituir ação no e pelo *corpo* para alcançar a autonomia, a independência no e do viver pela potência do conhecer e do fazer nos encontros no plano da realidade - imanência produz movimentos, rupturas, deslocamentos que geram fluxos desejantes, por meios dos quais fluem composições a partir das afecções, as quais produzem fissuras que podem evoluir para rupturas em busca de um ideal transcendente, sob o qual uma das premissas essências que caracterizam esta movimento é*: como se dispor a compor com o outro?! Ou, conhecer para tornar mais potente os afetos para compor no campo da liberdade da alegria?!*

É na composição a partir das relações que integram e fortalecem no sentido do desejo como potência que movimentos desterritorializantes imprimem força em favor da vida. A produção dos modos de

subjetivação delineiam um plano comum dos atores sociais: sujeitos e suas singularidades; por meio das quais o vivido e experienciado pela Esquizoanálise aflora reflexões sobre estar diante de um território em que o traçado/passos se dá na relação com o outro e no entendimento das práticas de trabalho no campo da imanência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DELEUZE, Giles. Nietzsche e a Filosofia. Portugal: Rés-Editora, 2001.

Deleuze, Giles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.

ESPINOSA, Baruch de. Ética. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 2019.

HUR, Domênico Uhng. Esquizoanálise e esquizodrama: clínica e política. 2. ed. Campinas: Alínea, 2023.

HUR, Domênico Uhng. Psicologia, política e esquizoanálise. 2ª ed - Campinas, SP: Alínea.

MATURANA, Humberto Romecin. Cognição, ciência e vida cotidiana. Organização e tradução Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, 1844-1900. A gaia ciência. Tradução Paulo César de Souza. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PASSOS, Eduardo Kastrup. (orgs.). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto alegre: Sulina, 2011.

SAWAIA, Bader. Afetividade como fenômeno ético-político e lócus de reflexão crítico-epistemológica da psicologia social. São Paulo: Mimeo, 2003.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Appris, Curitiba, 2018.

Capítulo 11

10.37423/250209671

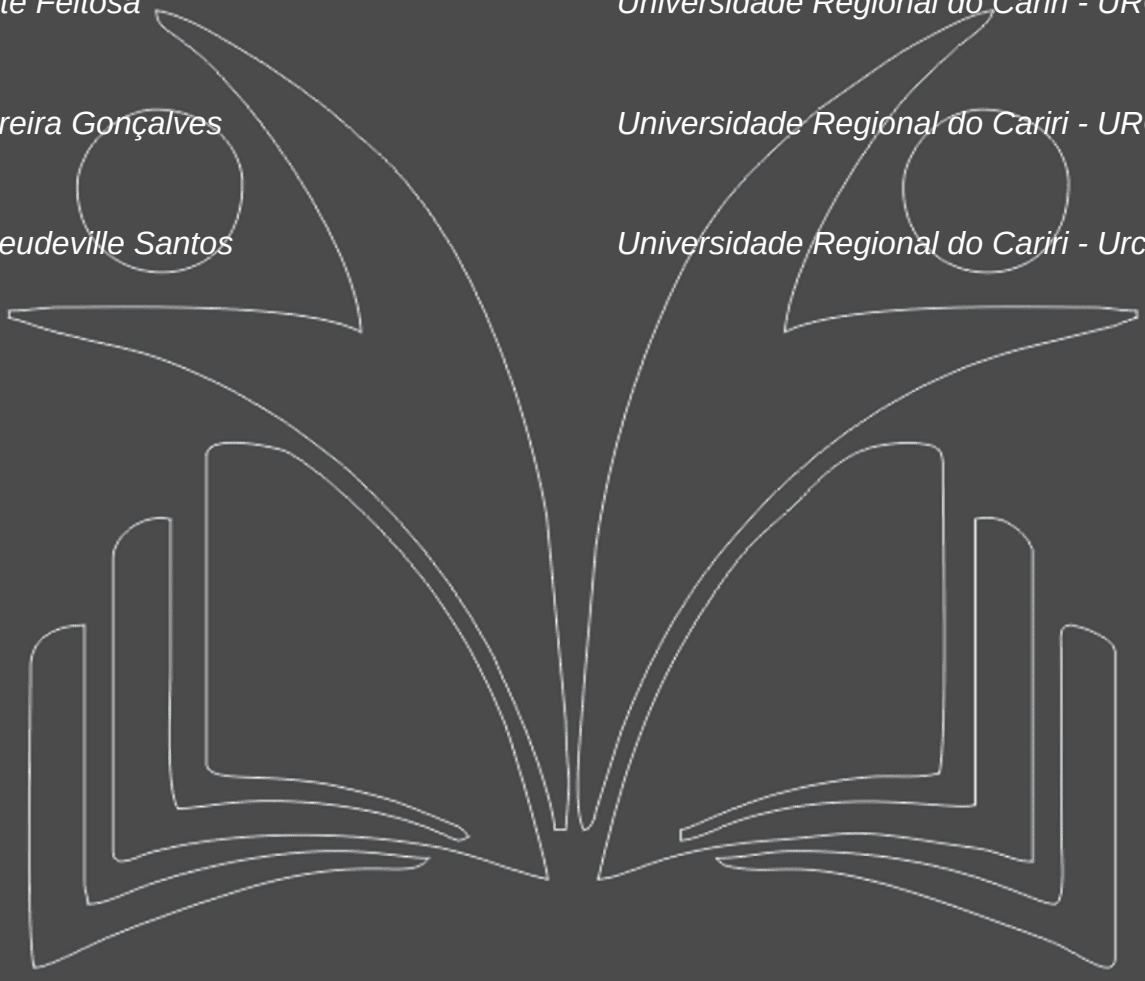
DESAFIOS COTIDIANOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE AS BARREIRAS EDUCACIONAIS.

Maria Raquel de Oliveira — *Universidade Regional do Cariri - URCA*

Luciene Leite Feitosa — *Universidade Regional do Cariri - URCA*

Samille Ferreira Gonçalves — *Universidade Regional do Cariri - URCA*

Rosane Gueudeville Santos — *Universidade Regional do Cariri - Urca*



Resumo: O presente artigo aborda os desafios que as crianças com deficiências enfrentam no cotidiano escolar, como também, as dificuldades no desenvolvimento da aprendizagem, no convívio social com outros alunos sendo eles com deficiência ou não. Para execução deste trabalho, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa em campo na instituição municipal de ensino fundamental da rede pública, na cidade do Crato-CE, com a finalidade de coletar dados sobre sua infraestrutura e sobre o aluno com deficiência no ambiente escolar na perspectiva da educação inclusiva. Conclui-se que a educação inclusiva é um direito de todos, porém ainda encontramos muitas barreiras para implementação dessa política de educação especial. É direito do aluno com deficiência ter acesso ao ensino de igualdade de condições podendo conviver com toda a comunidade escolar, tendo o direito de ter liberdade de ir e vir. O sucesso da aprendizagem depende da possibilidade de explorar os talentos de cada aluno sem diferenciar o ensino, adotando uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, inclusiva sem que haja exclusões.

Palavras-Chaves: Desafios. Educação. Escola. Inclusão. Barreiras educacionais.

INTRODUÇÃO

A educação tem se tornado nos últimos anos a oportunidade de ascensão dos seres humanos em sentido amplo, sendo assim, leis civis foram criadas a fim de garantir aos cidadãos o direito de adentrar e permanecer na escola. Tais direitos, e não poderia ser diferente, foi ampliado a alunos com deficiência por meio do Art. 27 da Constituição Federal Brasileira (1988) que assegura:

> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015, p.6)

Contudo, apesar dos avanços conquistados pelos alunos com deficiência, a garantia da inclusão no ambiente escolar de forma efetiva, ainda não é uma realidade no contexto atual das escolas. Há uma falha nos investimentos, infraestrutura, planejamentos e na formação de profissionais que possam incluir o educando.

A importância dessa pesquisa se dá pela discussão sobre o direito de uma educação para todos e firmar uma concepção de educação mais inclusiva, atuando na transformação da escola para que o aluno tenha o contato, vivências e experiências sociais no âmbito escolar, e dessa forma, não se exclua nenhum estudante. Para uma educação inclusiva é importante explorar práticas diversificadas que visem minimizar as barreiras metodológicas de aprendizagem, buscando uma educação acessível para todos independentemente de suas características e formas de aquisição do conhecimento.

Assim, uma das abordagens que proporciona a criação de espaços com uso democrático, garantindo condições igualitárias, sem a necessidade de adaptações é o DUA (Desenho Universal da Aprendizagem), concedendo aos educadores a necessidade de criar objetivos educacionais, métodos, materiais e avaliações que funcionem com todos, não como uma solução única, do tipo “um tamanho serve a todos”, mas sim como uma abordagem mais flexível, que pode ser personalizada e ajustada para as necessidades individuais.

Para a realização deste artigo, foi executada uma pesquisa de campo de natureza qualitativa para a coleta dos dados sobre a instituição municipal de ensino fundamental da rede pública, localizada na cidade do Crato-CE, sua infraestrutura e sobre o aluno com deficiência no ambiente escolar, com foco em fazer observações na perspectiva de educação inclusiva. Escolhemos um aluno laudado com o CID 10 f84 (possui autismo atípico e apresenta Transtorno Globais do Desenvolvimento - dificuldade na comunicação, interação social e habilidades motoras), para efetivarmos uma investigação e

compreendermos o cotidiano da escola e as ações pedagógicas para promoção da política de educação especial.

Para tanto, consideramos a relação entre os dados coletados a partir das discussões apontadas por Mantoan (2015), a autora contextualiza e fundamenta a atual política nacional da educação especial, discutindo os desafios de atender aos estudantes em suas necessidades, especificidades e quais os passos para superar o modelo segregativo nas redes de ensino.

> Estou convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e até de fora delas, e que os desafios são necessários a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos. (Mantoan, p. 33. 2015)

Os desafios encontrados não são para nos paralisarmos, e sim para observarmos o que precisamos melhorar, buscando alternativas que possam contribuir de forma eficaz no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes. Consideramos também para o estudo, a relação com o DUA (Desenho Universal da Aprendizagem), que apresenta uma relevância para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas, possibilitando que todos os estudantes aprendam em igualdade de condições.

> Nos ambientes de aprendizagem, como escolas ou universidades, a variabilidade individual é normal, e não exceção, há muita diversidade. Quando os currículos são desenhados para uma média imaginária, não considera a variabilidade/diversidade real entre estudantes. (Sebastián, p. 735. 2020)

Assim, esses currículos fracassam no que diz respeito a proporcionar condições de acesso ao conhecimento para todos os estudantes e ao não oferecer oportunidades equitativas. Mas, quando o currículo é seguido com as referências do DUA ele é planejado e pensado desde o princípio para atender as necessidades de todos os alunos, permitindo assim que os estudantes possam progredir a partir de onde eles estão, proporcionando uma educação efetiva para todos.

O artigo apresenta como objetivo geral, identificar as barreiras encontradas dentro do ambiente escolar que impossibilita a inclusão escolar. Dar-se como objetivo específico, identificar as barreiras na instituição de ensino; reconhecer quais as necessidades que o discente com deficiência apresenta; investigar quais as políticas educacionais que a escola disponibiliza para a inclusão desses alunos.

PESQUISA DE CAMPO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DO CRATO-CE: OS ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO.

A visita a campo foi organizada a partir do diálogo com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na instituição municipal de ensino fundamental da rede pública, na cidade do

Crato- CE, com a finalidade de coletar dados sobre o cotidiano da escola e suas dimensões administrativas e pedagógicas para a implementação das políticas nacionais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. A escola tem 582 alunos matriculados, sendo em média 60 crianças público alvo da educação especial ,14 cuidadores e 31 professores.

1. ENTREVISTA PROFESSORA DO AEE

Perante o diálogo sobre quando a escola começou a matricular alunos com deficiências e como foi o processo de inclusão, a professora relatou que a escola em conjunto, recorreram à Secretaria de Educação com projetos de inclusão no ano de 2003 a 2005. A iniciativa era projetar uma sala multifuncional (AEE) para receber e atender os alunos, com TDAH, TEA,

TOD, deficiência intelectual, deficiência física e Síndrome de Down. Os recursos utilizados eram avançados, mas ainda insuficientes, principalmente na área dos recursos humanos, pois na escola tinha sessenta alunos laudados e apenas quatorze cuidadores, muitas vezes aconteceu de um mediar até três crianças dependendo de suas necessidades.

A respeito da preparação para a realização da inclusão dos estudantes com deficiências, a escola se preparou através da sala do AEE, que para ser disponibilizada era preciso fazer um cadastro na Secretaria de Educação, desse modo, seria providenciado a sala e os recursos pedagógicos fundamentais para dar um suporte aos estudantes. Com a realização deste apoio foi necessário a elaboração de um cronograma de horários para que assim fosse possível fazer o atendimento das sessenta crianças.

Diante da organização da escola foi possível observar e dialogar com a professora que para a garantia do atendimento educacional das pessoas com deficiência, seria necessário saber qual a necessidade desses estudantes, para a partir disso elaborar um planejamento com os professores regentes para identificar o nível que se encontravam, buscando a melhor alternativa e formas para trabalhar o desenvolvimento universal da aprendizagem. A realização dos atendimentos na escola, eram disponibilizados por um cronograma organizado por dia e hora que cada aluno seria atendido. Antes disso, é essencial fazer um planejamento junto com os professores para a adaptação das atividades para essas crianças.

A professora do AEE relatou que há muitos desafios enfrentados para promover uma educação inclusiva, como por exemplo: a falta de educadores com formação em Educação Especial, falta de recursos e materiais de apoio para atender essas crianças, falta de acessibilidade para receber esses

estudantes, dificultando a permanência na escola e o convívio social. A escola só começa de fato a ser inclusiva quando todos entendem de fato o que é inclusão, partindo do porteiro, cozinheiro, faxineiro e pais, pois o laudo não serve de justificativa para dizer que a criança não aprende. A escola conta com o apoio da assistência multidisciplinar disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação, dispondo de médicos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais.

No que se refere às avaliações externas e internas é necessário na hora do cadastro dos alunos com deficiência informar quais têm necessidades especiais e anexar seu laudo, assim no dia da prova é disponibilizado uma sala para esses alunos além de cuidadores e de um ledor para lhe auxiliar na execução da prova, o aluno responde a prova alternando as questões, fazendo as mais fáceis, sem ser necessário responder todas as questões. As avaliações internas são executadas com a ajuda do cuidador, que vai lhe auxiliar durante todo processo.

2. ALUNO EM SALA DE AULA.

Foi observado o aluno com deficiência na sala do 4º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no turno da tarde, neste dia estava sendo realizada uma aula de Língua Portuguesa, em que a professora realizou a leitura de um texto, logo em seguida solicitou para os alunos realizarem um resumo da história contada. Neste momento, fomos conversar com a docente presente, no qual falou um pouco sobre o aluno.

Nos relatou e explicou que o aluno era calmo, porém tinha muita dificuldade na aprendizagem, que ainda estava no nível pré-silábico e que faltava muito às aulas, comprometendo seu desenvolvimento de aprendizagem. Outro fator observado, foi a falta de mediação, pois nessa sala havia três alunos com deficiência e sem mediação direta, ou seja, pela nossa observação, não houve nenhum material didático que pudesse contribuir de forma significativa na aprendizagem e participação desses alunos. Assim, para Mantoan (2015, p.32):

> A Escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso de toda ordem, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e social.

Logo, podemos ressaltar que a exclusão escolar se manifesta, por exemplo, pela falta de acesso à escola, a falta de ferramentas pedagógicas inclusivas e acessíveis para atender o estudante, conflitos na escola, a violência, o preconceito e discriminação.

> O professor inclusivo não preocupa eliminar a diferença em favor de uma suposta igualdade do alunado - tão almejada pelos que apregoam a

> homogeneidade das salas de aula. Ele está atento aos diferentes tons de vozes que compõem a turma, promovendo a harmonia, o diálogo, contrapondo-as, complementando-as. (Mantoan, 2015, p.79)

O professor deve sempre buscar organizar os grupos para evitar que os estudantes com necessidades especiais tenham sempre a mesma formação e com isso estimulará os alunos a interagirem com todos os colegas.

3. INFRAESTRUTURA.

Observamos a infraestrutura da instituição, a mesma dispõe de sala do AEE, sala de leitura, diretoria, recepção, espaço recreativo, cantina, banheiros e salas de aulas. Foi possível verificar que a escola não possui acessibilidade para alunos com necessidades especiais, pois não tem piso tátil, as rampas disponíveis para os cadeirantes não estão em lugares adequados impedindo que eles façam a utilização.

As salas muito fechadas e abafadas, espaço muito pequeno para recreação cheio de cadeiras quebradas. Não foi possível averiguar quantos mediadores encontravam-se disponíveis na escola, mas segundo a professora do AEE, estavam acessíveis quatorze mediadores, sendo que a escola se encontrava com sessenta alunos laudados.

4. PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO COM OS COLEGAS, GESTÃO E FUNCIONÁRIOS: O QUE SERIA NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA?

Foi possível observarmos pouco diálogo entre os professores e os alunos com deficiência, no qual a falta do apoio pedagógico não era eficaz para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Segundo Mantoan (2015, p.14)

> As transformações da escola dependem de um compromisso coletivo entre professores, gestores, pais e sociedade em geral. É difícil o dia a dia da sala de aula.
>
> Esse desafio que enfrentamos tem limite - o da crise educacional que vivenciamos, tanto pessoal como coletivamente, deste ofício que exercemos.

O papel da escola com professores, pais e comunidades precisam ser ressignificados no seu cotidiano, são as escolas que tem que mudar e não os alunos. A equipe escolar diante dos alunos com deficiência, deve garantir o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Para desenvolver a prática pedagógica inclusiva é necessário rever quais os obstáculos que impedem essa atividade, buscando alternativas que possam promover a inclusão em sala de aula, o

conhecimento e desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração como se dar esse processo para cada sujeito.

CONCLUSÃO

Concluímos a partir do nosso objeto de estudo que a educação inclusiva é um direito de todos, porém nos dias atuais encontramos muitas barreiras para implementação dessa política de educação especial, sendo elas, a segregação, no qual a criança é apartada do convívio social e é confinada em uma instituição para pessoas com deficiência frequentando uma escola especial, outra barreira identificada foi a falta de formação continuada, a ausência do envolvimento da família no ambiente escolar, o preconceito e a falta de disposição para atender essas crianças na sociedade, gerando assim uma descriminação e prejudicando no seu desenvolvimento e habilidades sociais e emocionais.

É direito do aluno com deficiência ter acesso ao ensino de igualdade de condições podendo conviver com toda a comunidade escolar, direito de ter liberdade de ir e vir. É importante ressaltar que o termo acessibilidade diz respeito não apenas à eliminação de barreiras, mas também ao acesso à rede de informações, de comunicação, equipamentos e programas adequados que possam promover a inclusão e superação dessas barreiras. Valorizando as diferenças e envolvendo a diversidade em todas as práticas educativas e sociais.

O sucesso da aprendizagem depende da possibilidade de explorar os talentos de cada aluno sem diferenciar o ensino, adotando uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora sem exclusões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, 2015. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=de%20sua%20condi%C3%A7%C3%A3o.-,Art.,do%20art.%203%C2%BA%20desta%20Lei. Acesso em: 23 de março de 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar - O que é? Por quê? Como fazer?/ CIP - catalogação na publicação sindicato nacional dos editores de livros, RJ. Novas arquiteturas pedagógicas; São Paulo: Summus, 2015.

SEBASTIÁN, Eladio Heredero. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.26, n.4, p. 733-768, Out.-Dez., 2020.

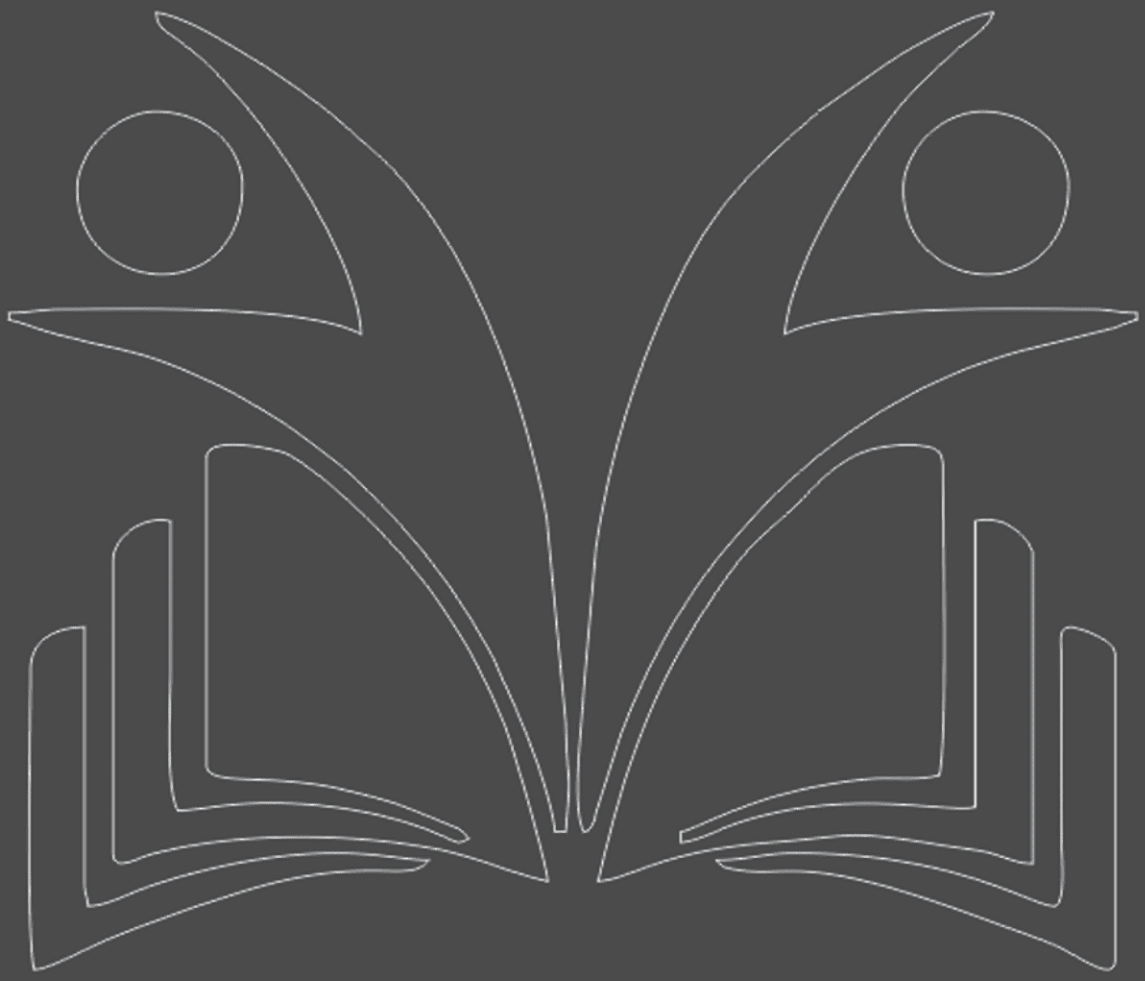
Capítulo 12

10.37423/250209686

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS

Sterffhany Wend da Silva Sousa

Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB



Resumo: A violência de gênero é um fenômeno mundial que fere a dignidade humana e é considerada um problema de saúde pública, que pode levar a desfechos fatais. Não é um fenômeno que se manifesta de forma única, e mesmo com a predominância da desigualdade de poder entre os gêneros, cada situação contém características únicas do contexto específico em que se manifesta, como é o caso da violência política de gênero, que é Assim, o presente trabalho tem como objetivo identificar as consequências psicossociais da violência política de gênero no Brasil, buscando compreender o histórico da mulher na política brasileira, e conhecendo os conceitos pertinentes para a compreensão da temática. O estudo objetiva ser exploratório e descritivo, baseando-se em pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado. Assim como qualquer outro tipo de violência, a violência política de gênero tem suas repercussões e consequências, que podem ser tanto no âmbito psicológico, como no social, acarretando prejuízos psicossociais que fazem da própria democracia também uma vítima.

Palavras-chave: Violência. Gênero. Política. Mulher. Violência Política de Gênero.

1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero (ou violência contra a mulher) não é um fenômeno único que acontece e se manifesta da mesma forma nos diferentes contextos, e apesar da presença predominante da desigualdade de poder nas relações de gênero, cada situação tem a sua própria dinâmica singular e característica do contexto específico no qual se manifesta (ARAÚJO, 2008), como é o caso da violência de gênero na política.

Considerando-se o exposto, o presente trabalho tem como objetivo principal identificar as consequências psicossociais da violência política de gênero no Brasil, através da compreensão da dinâmica da violência de gênero em seus diversos contextos de manifestação, buscando apresentar também o histórico da mulher na política brasileira ao longo da história, para que se possa compreender o percurso histórico que possibilitou a concretização da realidade que se apresenta nos dias atuais na sociedade brasileira, e poder, assim, discutir com mais propriedade sobre a violência política de gênero na atual conjuntura social.

A metodologia do presente do presente artigo objetiva ser exploratório e descritivo, buscando proporcionar uma maior familiaridade com a temática e problemática em questão, que é a Violência Política de Gênero, além de buscar expor de forma clara as características do fenômeno, aprofundando assim o conhecimento sobre a realidade do mesmo (PRODANOV & FREITAS, 2013). A pesquisa será desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica, onde serão analisados conceitos imprescindíveis para a compreensão do assunto, como os conceitos de gênero e diversidade de gênero, de violência e de política, entre outros.

Embora o Brasil tenha progredido em alguns aspectos, no que diz respeito aos direitos das mulheres, é possível perceber que na atuação política muito ainda precisa ser feito, pois o país ainda está dando os primeiros passos no que diz respeito ao engajamento para garantir as mudanças que serão apontadas como necessárias no corpo do presente trabalho, e que se demonstram cada vez mais necessárias no contexto político, pois a sub-representação de mulheres na vida político-partidária repercute para uma fragilização na identificação da sociedade com o atual sistema representativo vigente, pois o mesmo acaba não refletindo minimamente o papel feminino na sociedade (SENADO FEDERAL, 2015).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O rico acervo bibliográfico acerca da violência de gênero disponibilizados nos dias atuais está centrada primordialmente na dominação masculina sobre as mulheres (TAQUETTE, 2007). Dominação esta que se manifesta em diversos espaços e setores da sociedade, que vai desde o doméstico, um dos principais espaços em que a mulher é vítima de violência de diversos tipos, até o contexto político, em que a dominação masculina é um fator marcante que caracteriza o espaço. Tal dominação compreende-se a partir de uma percepção de gênero que vai além das diferenças sexuais, partindo para a hierarquização das mesmas, conferindo, assim, a posição de mando e poder ao homem, e de submissão e obediência à mulher, estabelecendo-se assim, consequentemente, formas de violências específicas contra as mulheres (PINHO, 2020 *apud* JOAN SCOTT, 1986).

Partindo-se disso, ao se utilizar do termo 'violência de gênero' o presente trabalho está se referindo especificamente à violência contra a mulher. O que torna necessário esclarecer e abordar alguns conceitos importantes para a construção deste artigo, visando uma melhor compreensão dos assuntos, ideias e termos abordados.

2.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Com o surgimento da necessidade de reconhecer e nomear as diferenças existentes entre os sexos a partir de uma concepção de construção social que se organiza em papéis sexuais que são socialmente definidos, os estudos referentes a violência contra a mulher, a partir dos anos 90, passam a utilizar a terminologia da categoria violência de gênero (PASINATO, 1997).

Para os autores Teles & Melo (2002, p.12):

> O conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Ou seja, não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis e submissos às mulheres. Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a ideia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres.

E é por conta da preservação e reforço dessas ideias, que ao se falar sobre violência de gênero remete-se, automaticamente, à opressão sofrida pelas mulheres em diversos aspectos e contextos. Sendo

assim, a violência de gênero pode ser entendida também como ‘violência contra a mulher’, pois esta é uma expressão utilizada nos anos 4

1970 pelo movimento feminista primordialmente por ser esta o alvo principal da violência de gênero (TELES & MELO, 2002).

Sobre essa questão, Araújo (2008) diz ainda que o conceito de ‘violência contra a mulher’ é comumente utilizado como sinônimo tanto de violência doméstica quanto de violência de gênero. No entanto, com os avanços e maior desenvolvimento dos estudos de gênero a partir de 1990, passou-se a utilizar o termo ‘violência de gênero’ conceitualmente como um termo mais amplo do que ‘violência contra a mulher’ (*apud* Saffioti & Almeida, 1995) já que o termo não se restringe a abranger somente as mulheres, mas também inclui crianças e adolescentes que compõe os objetos foco de violência masculina, e que no Brasil é característica constitutiva das relações de gênero. O termo é utilizado como sinônimo de diversos tipos de violência, como a conjugal, violência entre mulheres e entre homens e etc, mas dentre todas as variações de tipos de violência, pode-se considerar a violência contra a mulher como uma das principais e mais marcantes formas de violência de gênero (ARAÚJO, 2008).

A violência em decorrência do sexo e/ou gênero do indivíduo é considerada uma das mais graves manifestações de discriminação, pois a mesma constitui tanto violação dos direitos humanos quanto das liberdades essenciais, impactando diretamente na cidadania das mulheres, impedindo-as de exercerem diversos direitos inalienáveis básicos do ser humano, como o de ir e vir ou o de simples expressão de desejos e opiniões (TELES & MELO, 2002).

Os autores Teles & Melo (2002) destacam ainda que a prática da violência de gênero é passada de geração em geração não somente pelos homens, que reforçam e perpetuam esses comportamentos, mas também pelas mulheres, pois esse tipo de violência torna-se, ao longo do tempo, tão enraizadas nas relações humanas que é vista comumente como se fosse natural e fizesse parte da natureza humana.

Outra concepção que se faz importante para a compreensão da prática desse tipo de violência é o conceito de ‘poder patriarcal’ ou ‘patriarcado’, que tem sua origem da dominação dos homens e subsequente sujeição das mulheres, sendo utilizado em grande parte das pesquisas e estudos sobre a violência contra a mulher no Brasil (PASINATO, 1997). Sendo assim, o patriarcado tem a sua

estruturação baseada e apoiada na desigualdade entre os gêneros masculino e feminino, no que vem a ser chamado de 'lei do status desigual dos gêneros', onde os homens acabam recebendo autorização e/ou tolerância, por parte da sociedade, para punir o que lhes convêm. O exercício do poder 5

patriarcal se manifesta duramente, através de variadas formas de violência, especialmente sobre mulheres adultas que se desviam dos territórios definidos e estruturados por esse poder, como os espaços, lugares, papéis e poderes previamente definidos e limitados às mulheres (TAQUETTE, 2007). O autor Pasinato (1997, p.64) diz ainda que "O sistema patriarcal constitui, em si mesmo, uma violência social e política contra os gêneros não-masculinos, deslegitimando sua cidadania e alijando-os do exercício do poder, seja ele privado ou público". Sendo assim, pode-se considerar que o simples fato da existência desse tipo de sistema se configura em uma violência que atinge os indivíduos da sociedade em todos os espaços e contextos da mesma.

Diante disso, pode-se utilizar os processos históricos de dominação das mulheres como ponto de partida para se compreender o porquê de a violência ser um traço tão comum e característico sobre os corpos femininos ao longo da história. Seguimos, entretanto, identificando os conceitos mencionados até aqui como indispensáveis para a compreensão da perpetuação das violências de gênero, que em sua grande maioria expressa de variadas formas uma tentativa de controle das vítimas, por parte dos agressores (JOHAS & FILHO, 2020). Tentativas estas que tem diferentes formas de se manifestar.

A violência de gênero pode se manifestar de diferentes formas, podendo ser por meio de agressão física, sexual e psicológica. Essas manifestações podem ocorrer, ainda, de forma simultânea, sendo um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, diversos grupos étnicos, e variadas posições econômicas e profissionais (TELES & MELO, 2002).

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher[1] define, em seu Capítulo I, Artigo 1 (1994) que "entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada". Teles & Melo (2002) dizem que estão inclusas nesta definição as violências físicas, sexuais e psicológicas.

A violência física envolve a ação ou omissão que coloque em risco ou cause dano referente a integridade física do indivíduo. Enquanto a psicológica diz respeito a ações ou omissões que tem como

objetivo principal degradar, dominar, humilhar o outro a partir do controle dos seus atos, comportamentos, crenças e decisões. Esse tipo de violência é caracterizado pela utilização de intimidações e ameaças que venham a impedir ou prejudicar o exercício de autonomias dos indivíduos, como a autodeterminação e/ou desenvolvimento pessoal (TELES & MELO, 2002).

A violência sexual é considerada uma das mais antigas e amarga manifestação da violência de gênero, que exerce um impacto significativo na saúde da mulher, podendo se manifestar através do estupro, atentado violento ao pudor, entre outros. É uma forma de violência que pode ser tanto física quanto psicológica, sendo ainda especialmente destruidora e humilhante para a vítima, pois reforça a supremacia e poder masculino do agressor (TAQUETTE, 2007).

Diante de todo o exposto até este ponto, conceitos e entendimentos, percebe-se que o fenômeno da violência, por si só, é considerado complexo e multideterminado. Associado ainda ao conceito de gênero, ganha contornos cada vez mais difusos e multifacetados, remetendo-se a uma diversidade de opressões que se manifestam e se fazem presentes em contextos variados, em que é comumente entendida e reconhecida como violência contra a mulher, pois a mesma é o principal alvo da chamada violência de gênero. Considerando-se isso, surge a necessidade de se conhecer e compreender como se deu o percurso da mulher na política durante a história até chegar aos dias atuais, para assim poder se abordar a temática inicialmente proposta por este trabalho de pesquisa, que é a violência política de gênero.

2.2 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

A violência pode ser entendida como um fenômeno ou ferramenta instrumental, em que é utilizada para atingir objetivos específicos. Assim sendo, a violência política é entendida como a utilização intencional de poder ou força com o principal objetivo de atingir resultados políticos (LAURIS & HASHIZUME, 2020).

Considerando-se isso, acrescenta-se ainda que:

> A utilização de força, ferramentas e recursos de poder com objetivos políticos pode: (1) manifestar-se em atos físicos, simbólicos ou de desestabilização psicológica; (2) sustentar-se em alternativas de ação individual ou coletiva, isolada, difusa ou organizada; (3) envolver episódios de grande demonstração de força física ou de intimidação psicológica; (4) marcar a experiência social com a demonstração dos danos causados a adversários, sejam indivíduos, instituições, grupos ou populações determinadas (LAURIS & HASHIZUME, 2020, p. 11).

Conforme apontado pelos autores, a manifestação da violência política pode vir a se apresentar de diferentes formas, em diferentes contextos, podendo conter ainda configurações específicas variadas, que repercutem em efeitos danosos de diferentes formas, tendo um custo democrático muito alto. A manifestação desse tipo de violência inviabiliza tanto a participação como o exercício de direitos político por parte de grandes grupos que foram historicamente discriminados (LAURIS & HASHIZUME, 2020), como é o caso das mulheres.

Para além de se ter garantido direitos que legitimam a presença e atuação da mulher na política, chegar a ocupar esse espaço é somente um dos primeiros passos, pois para aquelas que são eleitas, ou mesmo apenas concorreram para algum cargo político, enfrenta-se ainda a chamada violência política de gênero (UPDATE, 2020). Torna-se assim, a violência política, um dos grandes inimigos e desafios para a inclusão da mulher no mundo político.

De acordo com a Câmara dos Deputados (2021, n.p.), em concordância com a Secretaria da Mulher: "A violência política de gênero pode ser caracterizada como todo e qualquer ato com o objetivo de excluir a mulher do espaço político, impedir ou restringir seu acesso ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade."

O Instituto UPDATE (2020, p.51) complementa essa compreensão acrescentando ainda que:

> Impedir uma mulher de exercer o seu direito político de votar e ser votada por meio de agressões psicológicas, sexuais ou físicas tem nome: violência política de gênero. E vale desfazer uma confusão comum: violência de gênero não se trata apenas de um ataque a alguém de um gênero específico, mas sim de um ataque motivado pelas expectativas sobre o papel que a vítima deveria empenhar na sociedade. Em geral, no caso da violência contra a mulher, seus algozes acreditam que ela não deveria ocupar outro lugar que não o da submissão.

Mais uma vez se encontra vinculada ao conceito de uma violência sofrida pelas mulheres a sua pretendida e subtendida esperada submissão, atribuindo à mulher papéis que não incluem características necessárias para atuação em posições de poder e liderança. Muitas vezes, por conta dos papéis construídos e atribuídos historicamente às mulheres, esse tipo de violência se encontra tão impregnado no meio social e político que acaba sendo naturalizado em suas diversas manifestações (UPDATE, 2020).

Sendo assim, a violência política de gênero pode se manifestar de diferentes formas, podendo ser tanto física, sexual, psicológica, econômica ou até mesmo simbólica (PINHO, 2020). Podem se manifestar tanto por meio virtual, quanto nas ruas, sendo atacadas pelos eleitores, além de pelos

próprios partidos, ou dentro da própria casa. As mulheres podem sofrer com esse tipo de violência em diferentes períodos do processo político, podendo ser quando concorrem, quando já eleitas, e também durante o mandato (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Sendo assim, de acordo com o exposto, pode-se compreender que quando mulheres sofrem ataques, em contextos ou ambientes políticos, voltados para o seu corpo, ou relacionado a estereótipos de gênero, ou outros meios que visam a negação da competência da mulher na esfera política, as ambiguidades apresentadas levam ao enquadramento enquanto violência política de gênero (PINHO, 2020).

2.3 REPERCUSSÕES

A violência política direcionada a mulher pode vir a ter repercussões tanto para as próprias mulheres que sofrem com ela diretamente, ao buscar diminuir o alcance de sua atuação e passar uma mensagem para o demais público feminino de que a esfera pública não é um de seus lugares (PINHO, 2020), como também contribuir para se perpetuar a sub representação feminina nesses espaços e contextos, o que empobrece os debates políticos em torno de questões fundamentais, como saúde e segurança pública, impedindo que os diálogos e as possíveis soluções sejam de fato abrangentes (FLORENTINO, 2018).

Sendo assim, o afastamento da presença feminina no meio político por conta da violência presente, acaba refletindo de forma negativa no âmbito social, pois com a pouca presença da figura da mulher, as políticas públicas permanecem sendo feitas por homens, privilegiando, assim, aos próprios homens (SGP, 2018). A violência política de gênero sustenta, ainda, episódios de sexismo que atingem não somente ao grupo específico das mulheres, mas também acaba atormentando e desestabilizando processos tanto de representação como de participação política de segmentos inteiros da sociedade (LAURIS & HASHIZUME, 2020), prejudicando, assim, o próprio exercício da democracia.

A configuração dessa violência direcionada à mulher atinge principalmente, em sua maioria, a autoestima e o psicológico das mulheres, o que consequentemente pode vir a acarretar em consequências negativas para a saúde e bem estar emocional das mesmas, podendo gerar ainda graves repercussões, que podem levar até mesmo a saída da mulher do meio político (ROCHA, 2020), entre outras coisas que veremos mais detalhadamente nos tópicos a seguir.

2.3.1 PSICOLÓGICA

As mulheres, para conquistarem seu direito de inserção na política, e até mesmo após alcançarem esse direito, passaram e ainda passam por incontáveis desafios que dificultam as suas trajetórias e tentam impedir e barrar os seus avanços. As violências sofridas pelas mulheres nos ambientes políticos e de poder podem gerar consequências para a saúde psicológica das mesmas, que impactam tanto em suas atuações públicas e profissionais, como em suas vidas privadas. “Segundo dados da ONU Mulheres, 82 % das mulheres em espaços políticos já sofreram violência psicológica; 45% já sofreram ameaças; 25 % sofreram violência física no espaço parlamentar; 20%, assédio sexual” (ALESSANDRA, 2020 n.p.), ainda de acordo com esses dados, 40% das mulheres ainda reconhecem e afirmam que a violência atrapalhou as suas agendas legislativas.

Conforme uma outra pesquisa feita, pela OMS, no período de 2000 a 2003, constatou-se que a violência psicológica é a manifestação mais frequente de violência direcionada às mulheres ao redor do mundo inteiro, e que essa violência acarreta repercussões para a saúde mental das mesmas que aumentam, assim, a prevalência de depressão, ansiedade e ideias suicidas (GOMINHO, 2016 *apud* MINAYO & ROVINSKI, 2014). Alguns autores ainda apontam que a violência psicológica pode acarretar às mulheres prejuízos em suas vidas sociais, podendo torna-las reprimidas e psicologicamente abaladas. Ressalta-se ainda que as consequências desse tipo de violência comprometem toda a estrutura tanto psíquica, como física e social da mulher, onde a vítima pode perder o interesse em cuidar de si mesma, isolando-se, sentindo-se cansada e mentalmente esgotada, o que consequentemente reflete em perdas significativas na qualidade de vida (SIQUEIRA & ROCHA, 2019 *apud* SILVA et al 2015).

Sendo assim, acrescenta-se ainda que:

> [...]observa-se que a violência psicológica compromete o estilo de vida da mulher em muitas esferas. Leva a distorção de pensamentos, fazendo acreditar de que não é importante, merecedora de reconhecimento nem de respeito. A violência psicológica agride sua vontade de estar com outras pessoas, família e amigos. Com a harmonia destruída sofrem caladas, sem coragem de compartilhar as vivências sofridas com mais ninguém, essas implicações tornam-na vulnerável, ficando mentalmente fragilizada, o que pode ocasionar mais tarde doenças psicossomáticas como depressão, ansiedade entre outros males (SIQUEIRA & ROCHA, 2019, p.19).

A partir do exposto, ao se pensar no contexto político, pode-se perceber que a violência psicológica pode levar mulheres a desacreditarem de sua própria importância no processo de participação política, sendo possível leva-las a acreditar que não são importantes e nem merecedoras de validação,

reconhecimento ou até mesmo respeito. Pode ainda modificar drasticamente a vontade da mulher de estar presente e atuante no meio/ambiente político.

Em situações mais graves, a violência contra a mulher se apresenta na saúde da mulher ao causar ideações suicidas, transtornos mentais, autodesqualificação ou baixa autoestima, ou até mesmo a perda identitária de sujeito (SIQUEIRA & ROCHA, 2019 *apud* SCHRAIBER, OLIVEIRA E COUTO,2009; LEVY E GOMES, 2008; E FONSECA; RIBEIRO; LEAL 2012), como já apontado anteriormente.

Em se tratando da auto estima feminina no contexto político, ao se ter um abalo, "a mulher não terá a mesma segurança, força para resolver os conflitos, causando sentimento de insegurança e queda de rendimento em outros campos da vida" (SIQUEIRA & ROCHA, 2019 p. 20), afetando assim, diretamente, o seu desempenho profissional, além de afetar também a vida pessoal da mulher. É importante considerar também que, cada mulher pode agir de forma diferente a violência psicológica, pois há aquelas que ficam quietas, normalmente por medo que a situação venha a se agravar, ou por já se encontrar psicologicamente esgotada para se rebater ofensas recebidas por homens, e há aquelas que passam a revidar, pois por conta das constantes frustrações, maus tratos e humilhações acabam trazendo à tona a raiva e frustração que sentem (SIQUEIRA & ROCHA, 2019).

Em se tratando de violência contra a mulher de modo geral, é considerada hoje em dia como um problema de saúde pública, sendo considerada também uma violação dos direitos humanos, por se levar em consideração justamente as consequências para a saúde da mulher, como os prejuízos a sua integridade física e psicoemocional (NETTO, MOURA, QUEIROZ, TYRRELL, BRAVO, 2014), como já apontado. Pois além do prejuízo psicológico para a mulher, a sua vida e integridade física também está ameaçada pela violência.

Diante disso, pode-se considerar que as consequências psicológicas para a mulher, da violência política de gênero, são inegáveis e fortemente presente em suas vidas, podendo acarretar prejuízos que afetam muito além de suas vidas profissionais na política, mas também suas vidas privadas e pessoais. Sendo assim, a violência política de gênero visa principalmente fazer com que a mulher que atua politicamente abandone a política, ou que seja deslegitimada aos olhos do público (PINHO, 2020), independente do meio ou recurso que se use para atingir tal objetivo.

2.3.2 SOCIAIS

Ao se pensar nas consequências para o meio social da violência política de gênero, diversos fatores devem ser considerados. Entre eles está o significado da presença da mulher na política, considerando-

se que essa violência é uma das causas da sub representação das mesmas nesse ambiente (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Considerando-se o contexto atual em que se encontra a sociedade, diversas pesquisas feitas ao longo da pandemia demonstram a competência de gestoras na condução de situações de crise, onde as cidades que apresentaram melhor desempenho no combate à pandemia foram as cidades conduzidas por prefeitas mulheres, tendo-se 43% menos vítimas fatais de covid-19[2] (SILVA, 2021).

Complementa-se, ainda, que:

> Segundo as estimativas dos pesquisadores, se metade dos 5.568 municípios brasileiros fossem liderados por mulheres, o país poderia ter nesse momento 15% menos mortes. Um dos pontos que se destacam nas "gestões femininas" é a maior rigidez em medidas de prevenção, como o uso de máscaras. Essa é mais uma evidência do quanto as mulheres, seja na política ou em qualquer outro espaço de poder e decisão, têm feito a diferença, embora essa presença feminina ainda seja muito pequena e sem o devido reconhecimento (SILVA, 2021, n.p.).

A autora complementa ainda ressaltando que não se pode permitir que o machismo estrutural destrua a fé e confiança da mulher em si mesma, e na sua capacidade de poder contribuir para que haja uma ressignificação da gestão pública direcionada para as necessidades do povo (SILVA, 2021). Diante disso, pode-se perceber que um maior número de mulheres em lideranças políticas pelo Brasil poderia ter significado uma melhor gestão da crise de saúde pandêmica no país, e consequentemente, em um menor número vidas perdidas.

E isso pode ser comprovado através da observação de outras nações no enfrentamento da crise de saúde global, em que países liderados por mulheres apresentam relativamente uma quantidade menor de morte pelo covid-19. Alguns atores da própria imprensa vêm considerando essas mulheres como 'exemplos de verdadeira liderança'. Mesmo considerando fatores sociais e econômicos que favoreçam alguns desses países liderados por mulheres, alguns analistas acreditam que as próprias trajetórias sociais das mulheres acabam tornando as suas condutas como líderes diferenciadas, pois a presença da mulher nesses espaços traz diversidade para as tomadas de decisões, além das mesmas serem consideradas mais empáticas e colaborativas (UCHOA, 2020).

Pode-se considerar neste ponto que a representatividade feminina na política acarreta em impactos positivos em diversas áreas do meio social. Um estudo publicado pela revista Health Affairs[3], por exemplo, "concluiu que a representatividade feminina amplia a implementação de projetos sociais e

o acesso à saúde pública" (LIMA, 2020, n.p.), lançando luz sobre o impacto positivo de mulheres ocupando cargos importantes no país, ao se tratar da questão da mortalidade infantil (LIMA, 2020).

A presença da mulher no poder pode trazer diferenças bastante significantes em comparação com países que não tem tanta participação feminina. "Um dos efeitos para os locais com líderes mulheres são vistos em relação aos tipos de investimentos que são feitos, [...] realizados com o propósito de aprimoramento dos bens públicos" (FERNANDES, 2020. p.40 *apud* WÄNGNERUD, 2009; CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004). A autora acrescenta ainda que se visa também investimentos que busque beneficiar mais mulheres de modo geral, ressaltando ainda que as mudanças não são só em relação aos tipos de gastos, mas também em relação às áreas da saúde e educação (FERNANDES, 2020 *apud* WÄNGNERUD, 2009; CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004). Em um estudo feito em eleições distritais na Índia, por exemplo, verificou-se que onde mais mulheres foram eleitas, "houve redução na taxa de mortalidade infantil e uma maior quantidade de crianças concluiu o ensino fundamental" (FERNANDES, 2020. p.40 *apud* BHALOTRA & CLOTS-FIGUERAS, 2013). Um outro ponto pertinente de ser mencionado é de que a mulher tem uma proporção menor de se envolver em corrupção, de acordo com algumas pesquisas (FERNANDES, 2020. p.40 *apud* DOLLAR; FISMAN; GATTI, 2001; BROLLO; TROIANO, 2016).

Diante do exposto, vale acrescentar que:

> Além dos efeitos positivos de mulheres na política, cabe citar que a representatividade por parte de mulheres também é ponto de destaque por ser considerada um incentivo para outras mulheres inserirem-se nesse ambiente. Não são somente as políticas que mulheres desenvolvem que fazem a diferença para a população, mas todo o exemplo que pode ser percebido (FERNANDES, 2020. p.40).

Exemplo esses que a violência política de gênero tenta afastar dos espaços de poder político, ao buscar impedir a apropriação das mulheres de seus locais de fala e de representação e liderança na política formal do país, impedindo assim, consequentemente, avanços sociais e democráticos no país.

Na pesquisa feita pelo Instituto Alziras (2018), com boa parte das prefeitas do Brasil, foi possível constatar que as mulheres possuem uma alta taxa de escolaridade em todas as regiões do Brasil, onde 71% das prefeitas contém o ensino superior completo, e somente metade dos prefeitos, 50%, possuem o ensino superior completo. 42% das prefeitas possuem ainda pós-graduação. O que demonstra uma formação acadêmica maior por parte das mulheres políticas.

É possível perceber, assim, que ao se introduzirem na política institucional, as mulheres não estão em busca exclusivamente de uma ambição pessoal, "estão usando a política como ferramenta de

transformação social. Se sentar à mesa do poder é apenas uma ferramenta para mudar a realidade" (UPDATE, 2020, p.68). Sendo assim, o poder deixa de ser uma ambição e busca individual, e se torna uma ferramenta de potência coletiva (UPDATE, 2020).

Sendo assim, diante de todo o exposto até aqui, percebe-se que ao se barrar a presença da mulher na política, está se barrando também melhores desempenho de nossos líderes políticos, além de uma maior diversidade em posições de tomadas de decisões. Se barra, ainda, uma maior abordagem às demandas sociais para seguimentos vulneráveis da sociedade, como crianças e as próprias mulheres. Como reconhece a própria Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados (2021) em uma de suas campanhas, a maior vítima da violência política de gênero é a própria Democracia, que sofre com uma perda que poderia ser de grande diferença para o avanço e desenvolvimento do país.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência política de gênero, por se caracterizar por qualquer ato que tenho o objetivo de excluir a mulher do espaço político, acaba, consequentemente, afetando a atuação política e profissional das mesmas, de forma que esse tipo de violência é um dos principais motivos da sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021). Sendo assim, as mulheres tem grandes dificuldades em ter voz ativa na política e em tomadas de decisão, além de dificuldades na ocupação de lugares de poder, e a não ocupação desses espaços acaba deixando as mulheres à margem de processos importantes da sociedade, como a criação de políticas públicas, por exemplo, o que enfraquece o exercício e efetivação da democracia, além de sua diversidade e representatividade.

A violência contra a mulher, independente do contexto, é considerada uma violação dos direitos humanos, pois a mesma, como foi possível constatar neste trabalho, acarreta consequências inegáveis para a saúde da mulher, como os prejuízos a sua integridade física e psicoemocional (NETTO, MOURA, QUEIROZ, TYRRELL, BRAVO, 2014), o que não é diferente no contexto político, onde a mulher, muitas vezes, pode se tornar insegura, havendo perda e queda de rendimento tanto em âmbito profissional, em sua atuação política, como também em outros campos da vida, como o pessoal e familiar (SIQUEIRA & ROCHA, 2019).

E as repercussões e consequências da violência de gênero na política não param por aí, pois ao se barrar a presença da mulher nesse contexto, está se barrando também uma diversidade de avanços sociais, como uma maior diversidade nas tomadas de decisões e do fazer político, além de se impedir

uma maior abordagem e consideração dos segmentos vulneráveis da sociedade, como as crianças. A representatividade feminina é sinônimo de impactos positivos em diversas áreas do meio social, como a saúde e a educação (UCHOA, 2020). E uma das maiores vítimas da violência política de gênero acaba sendo a própria democracia, que sofre com grandes perdas em sua efetivação e desenvolvimento.

Diante da constatação do impacto negativo da violência política de gênero para a sociedade como um todo, é possível reconhecer a importância de se combater essa configuração da violência que é tão presente em nossa sociedade nos dias atuais. A essência da própria participação política está na prática de influir na estruturação, funcionamento e organização social, visando sempre o bem comum (MACHADO, ALMEIDA, SAMPAIO & FILHO, 2019). E como garantir o bem comum de todos, se alguns são excluídos dos espaços diretos ou indiretos do fazer político? Não há como. E a democracia sofre e perde com isso.

É importante apontar que a atual pesquisa se limita em compreender as conceituações e configurações do fenômeno disposto para estudo com sabe em materiais já existentes e dispostos a bibliografia base da temática, não se propondo a pesquisar ou explorar um âmbito novo e desconhecido do assunto. Sendo assim, o presente estudo não visa uma abordagem total e definitiva sobre as repercussões da violência política de gênero.

A violência política de gênero é um tipo de violência que necessita ser melhor compreendida e reconhecida, além de mais amplamente discutida em âmbito social, pois o debate da mesma é de extrema importância e impacto para o campo político do país, assim como para um melhor exercício da democracia. Sendo assim, espera-se que a presente produção sirva de base e incentivo para a busca de maior exploração do assunto da violência política de gênero, buscando sempre uma nova percepção e compreensão desse fenômeno que repercute na democracia do país como um todo. Sugere-se, ainda, maiores pesquisas sobre a manifestação desse fenômeno no Brasil, visando compreender suas dinâmicas e singularidades regionais.

Conclui-se, diante de tudo que foi apresentado, que a mulher brasileira é vítima de uma sociedade que nunca assimilou a cultura dita democrática, que se baseia justamente na igualdade de oportunidades para todos (MACHADO, ALMEIDA, SAMPAIO & FILHO, 2019), e assim, acaba sofrendo com as repercussões negativas de uma violência em um contexto que se recusa a aceitas a sua presença e voz ativa como indivíduo e cidadão de direito.

REFERÊNCIAS

ALESSANDRA, Karla. Câmara dos Deputados. Violência na política afasta as mulheres, diz especialista. Agência Câmara de notícias. Site. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/693968-violencia-na-politica-afasta-as-mulheres-diz-especialista/ > Acesso em: 06/11/2021.

ALZIRAS, Instituto. Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020. [recurso eletrônico] Rio de Janeiro, Instituto Alziras - 2018. Disponível em: <http://prefeitas.institutoalziras.org.br/> Acesso em: 31/10/2021.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. Psicol. Am. Lat., México, n. 14, out. 2008. Disponível em: <Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação (bvsalud.org)> Acessos em: 17/04/2021.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Violência Política de Gênero, a Maior Vítima é a Democracia. Secretaria da mulher. Site. 2021. Disponível em: < Violência Política de Gênero, a maior vítima é a democracia — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)> Acesso em: 16/04/2021.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Secretaria da Mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Ascom - Secretaria da Mulher, com Agência Câmara de Notícias. 30 do 06 de 2021. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/lancado-observatorio-nacional-da-mulher-na-politica> Acesso em: 30/10/2021.

CORTÊZ, Natacha. O que é violência política de gênero e por que devemos falar sem descanso sobre ela? Rev. Marie Claire. 20 ago 2020 - Atualizado em 01 out 2021. Disponível em: < https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2020/08/o-que-e-violencia-politica-de-genero-e-por-que-devemos-falar-sem-descanso-sobre-ela.html> Acesso em: 30/10/2021.

FERNANDES, Camilla. Lugar De Mulher É...Na Política: uma contribuição dos estudos organizacionais na dimensão da identidade de mulheres na política brasileira. Disertação (mestrado). Univ. Fed. Paraná. Orientadora: Mariane Lemos Lourenço. Curitiba. 2020. 155p. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/66840/R%20-%20D%20-17%20CAMILLA%20FERNANDES.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 07/11/2021.

FLORENTINO, Karoline. Representatividade das Mulheres na Política. Org. Politize! 18 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mulheres-na-politica/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjwzMeFBhBwEiwAzwS8zD54absaVMGW-HhyjloTECAS_TYr8tDqH3Ho4r5cTz-Vs0AEK-X6RxoCrpAQAvD_BwE > Acesso em: 06/11/2021.

JOHAS, B.C.M; FILHO, A.L.A.S. Múltiplas violências contra as mulheres, as hierarquias de gênero e as masculinidades. Rev. Espaço Acadêmico. Nº 224. Set-out.2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/55144 > Acesso em: 29/08/ 2021.

LAURIS, Élida; HASHIZUME, Maurício. Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba: terra de direitos e justiça global, 2020. 129p. Disponível em: < http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf> Acesso em: 17/10/2021.

LIMA, Juliana. Estudo Aponta Que Mais Mulheres na Política é Sinônimo de Menos Mortalidade Infantil. Instituto Modefica.31 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.modefica.com.br/mulheres-politica-mortalidade-infantil/ > Acesso em: 07/11/2021.

MACHADO, Raquel; ALMEIDA, Jéssica; SAMPAIO, Gabriel; FILHO, Paulo C. M. A Participação Da Mulher Brasileira Na Política. Série: educação para a cidadania. Rea. Grupo Ágora e Observ. Eleitoral do Ceará. Fortaleza/CE. 2019. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Participa%C3%A7%C3%A3o-Mulher-Brasileira-Pol%C3%ADtica-ebook/dp/B07T753L8X/ref=sr_1_1?__mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&keywords=a+mulher+brasileira+na+pol%C3%ADtica&qid=1636827770&s=digital-text&sr=1-1> Acesso em: 08/10/2021.

MULLER, Cristina Maria e BESING, Márcia. A Trajetória Histórica da Mulher no Brasil: da submissão à cidadania. Rev. Augustus, v.23. n.45. p.25-46. Rio de Janeiro.

Jan./jun. 2018. Disponível em: < https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/147> Acesso em: 02/10/2021.

NETTO, Leônidas A; MOURA, Maria A. V; QUEIROZ, Ana B. A; TYRRELL, Maria A. R; BRAVO, María M. P. Violência Contra a Mulher e Suas Consequências. Acta Paul Enferm. 2014. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ape/a/yhwcb73nQ8hHvgJGXHhzw8P/?lang=pt#> Acesso em: 06/11/2021.

OMS. Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde. Edit. por Etienne G. Krug ... [e outros.] Genebra. 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf > Acesso em: 09 Set de 2021.

PASINATO, Wânia. Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. In: Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Vol. 1, n.1 (1997) - Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wpcontent/uploads/2019/08/Fazendo_e_medindo_progresso_em_seguranca_publica.pdf > Acesso em: 22/05/2021.

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, e67271, 2020. Disponível em: <SciELO - Brasil - Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados> Acesso em: 11/04/2021.

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, e67271, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n267271> Acesso em: 11/04/2021.

ROCHA, Gisele. Violência política de gênero e suas consequências à mulher. Site: Fundação republicana brasileira. Publicado em 29 de out de 2020. Disponível em: < https://republicanos10.org.br/mulheres-republicanas/violencia-politica-de-genero-e-suas-consequencias-a-mulher/> Acesso em: 31/10/2021.

SGP, Suíte de Gerenciamento Político. Entenda porque precisamos de mais mulheres na política. Site online. Maio de 2018. Disponível em: <https://gerenciamentopolitico.com.br/2018/05/22/entenda-porque-precisamos-de-mais-mulheres-na-politica/ > Acesso em: 30/10/2021.

SILVA, Ireuda. Por que a Presença da Mulher na Política é Essencial. Nexo Jornal LTDA, online. 30 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/tribuna/2021/Por-que-a-presen%C3%A7a-da-mulher-na-pol%C3%ADtica-%C3%A9-essencial> Acesso em: 07/01/2021.

SIQUEIRA, Camila A; ROCHA, Ellen S.R. Violência psicológica contra a mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno. Revista Arquivos Científicos (IMMES). Macapá, AP, Ano 2019, v. 2, n. 1, p. 12-23. Disponível em: <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/107/63 > Acesso em: 06/11/2021.

TAQUETTE, Stella R. Violência Contra a Mulher Adolescente/Jovem. Ed. Uerj. Rio de janeiro. 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265336500_Violencia_contra_a_mulher_adolescentejovem > Acesso em: 22/05/2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2002.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2002.

UCHOA, Pablo. Coronavírus: por que países liderados por mulheres se destacam no combate à pandemia? BBC News Brasil. 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52376867 > Acesso em: 07/11/2021.

UPDATE, Inst. Et al. Eleitas, Mulheres na política. Instituto Update. 2020. Disponível em: <Eleitas – Mulheres na política (institutoupdate.org.br)> Acesso em: 28/05/2021.

Capítulo 13

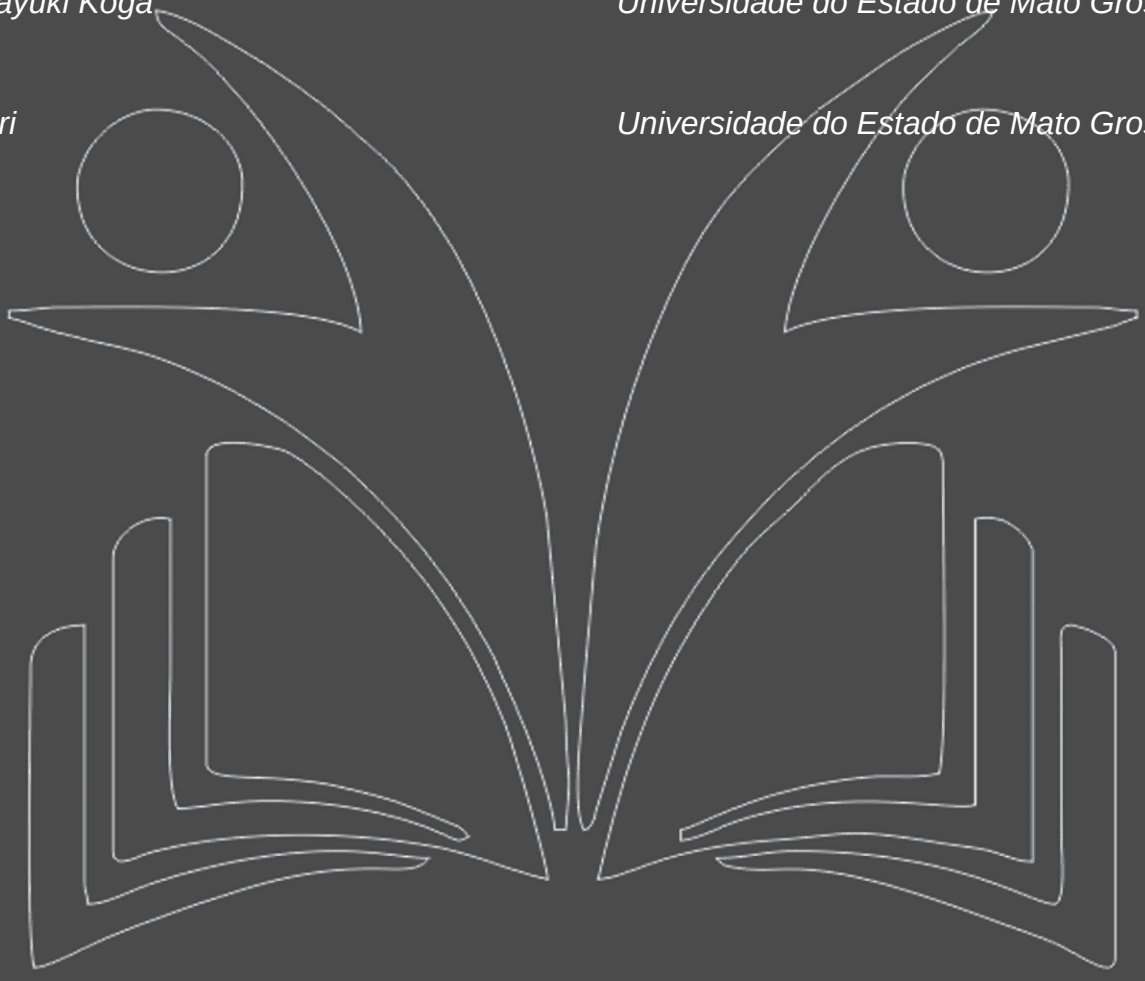
10.37423/250209694

UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA PANDEMIA NO ENSINO DA MATEMÁTICA

Yan Gustavo da Cruz Regis — *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Miguel Tadayuki Koga — *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Inédio Arcari — *Universidade do Estado de Mato Grosso*



Resumo: Este estudo apresenta uma análise comparativa para detectar possíveis impactos da pandemia de COVID-19 no ensino da matemática. Foi utilizado como dados as provas da 2ª fase das Olimpíadas de Matemática da UNEMAT do Município de Sinop, considerando os anos de 2018, 2019 e 2022, provas dos níveis II (6º e 7º anos), III (8º e 9º anos) e nível IV (ensino médio). Para o Nível I, alunos do 5º ano, não encontramos informações referentes a 2019. A metodologia empregada foi quantitativa, e considerado a nota tirada por todos os alunos. Os dados revelam uma redução significativa no número de participantes em 2022, período pós pandemia, refletindo a dificuldade de retomada das atividades escolares. Apesar da queda na participação, os estudantes demonstraram um desempenho igual ou superior aos anos anteriores, apresentando alunos com notas melhores. Os resultados mostraram a ineficiência da abordagem adotados para analisar os impactos negativos provocados pela pandemia no ensino da Matemática. Embora os números quantitativos sejam importantes, faz-se necessário uma abordagem eficiente para detectar os impactos da pandemia.

Palavras-chave: COVID-19, Olimpíada, Matemática.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, que emergiu em Wuhan, China, no final de 2019, se espalhou pelo mundo, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar um estado de emergência global, no Estado de Mato Grosso, os primeiros casos surgiram em março de 2020. A pandemia afetou profundamente diversos setores, incluindo a educação, que teve suas atividades suspensas e posteriormente realizadas de forma online. Este trabalho teve como objetivo inicial, mostrar possíveis impactos que a pandemia provocou no ensino de Matemática, para isto, utilizou como dados, as provas da segunda fase do projeto Olimpíada de Matemática da UNEMAT do Município de Sinop, um projeto desenvolvido pela Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas – FACET da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Campus Universitário de Sinop.

2 METODOLOGIA

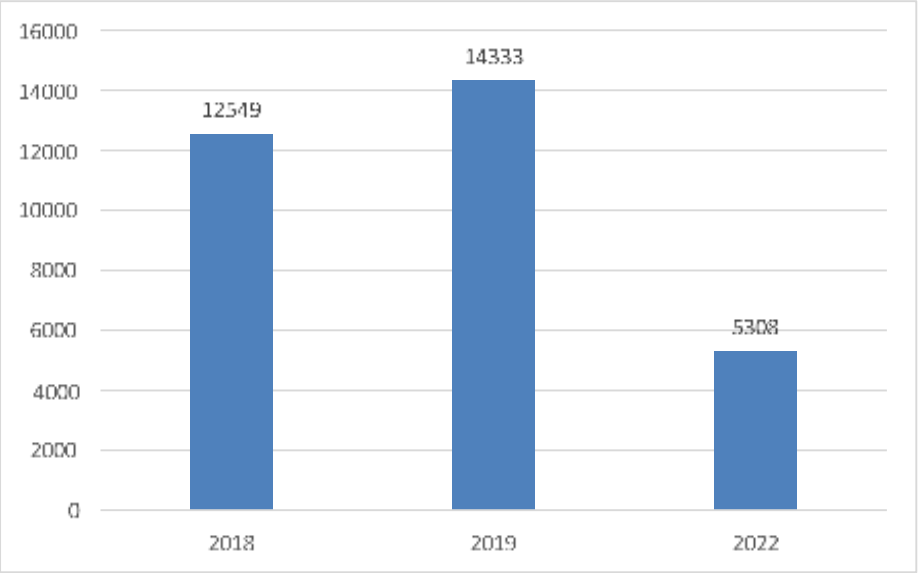
A abordagem de pesquisa utilizada foi a quantitativa, foram tabuladas as notas dos alunos que realizaram a 2ª fase da competição, nessa fase, participam os alunos que apresentaram um bom desempenho na 1ª fase, é selecionado até 30% dos alunos que realizaram esta fase, não excedendo o número de 100 alunos. O procedimento seguindo, foi a realização de uma comparação entre as notas tiradas pelos alunos, considerando as provas das olimpíadas de matemática dos anos de 2018, 2019 e 2022. Foi utilizado as provas do Nível II, III e IV, as do nível I, não foram encontradas as provas de 2019, ficando, portanto, uma análise somente nos três níveis citados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar os resultados das provas foram coletadas e sistematizada as provas do nível II: 6º e 7º anos, nível III: 8º e 9º anos e por fim nível IV: ensino médio.

A quantidade de alunos inscritos pelas escolas, nos níveis II, III e IV foram:

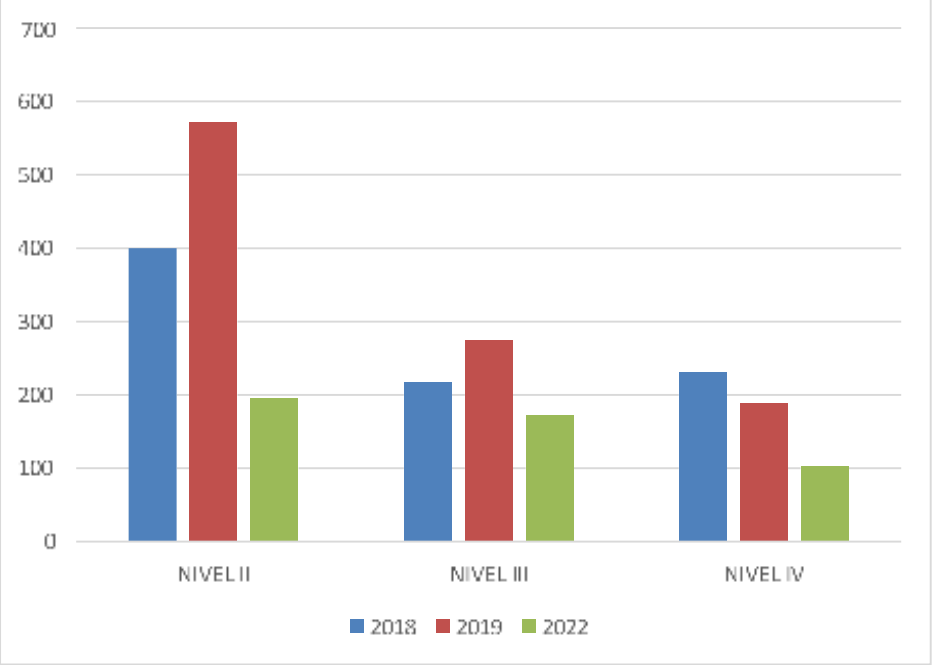
Figura 1: Total de Alunos Participantes.



Fonte: Projeto de Olimpíadas de Matemática da UNEMAT.

Após a pandemia, observa-se uma redução na participação das escolas e, consequentemente, uma diminuição no quantitativo de alunos que participaram em 2022. Este fato também gera uma redução significativa no número de alunos que realizam a segunda fase.

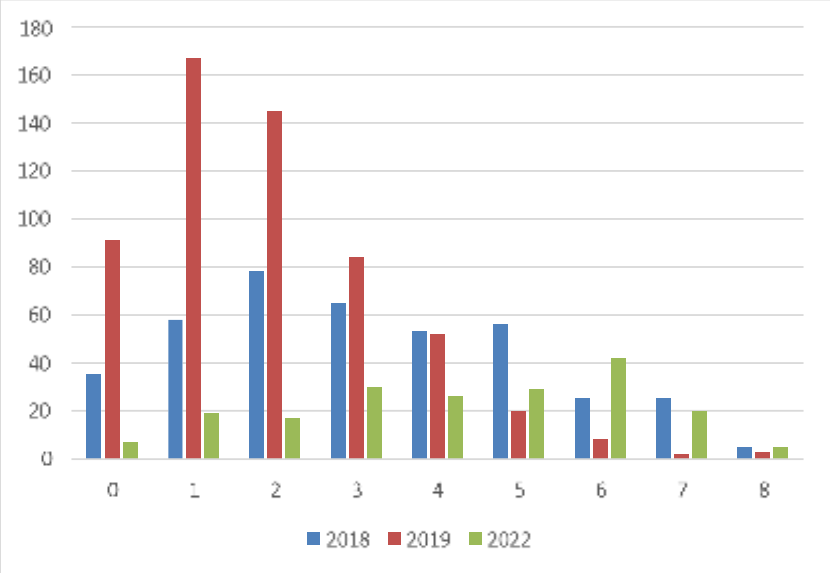
Figura 2: Total de alunos participantes na primeira fase.



Fonte: Projeto de Olimpíadas de Matemática da UNEMAT.

Ao observar o gráfico da Figura 2, nota-se o número de participantes na primeira fase das Olimpíadas de Matemática. Dentre esses participantes, foram classificados 400 no ano de 2018, 572 no ano de 2019 e 195 no ano de 2022. Com isso, o gráfico abaixo apresenta a distribuição das notas dos participantes no nível II nos anos de 2018, 2019 e 2022.

Figura 3: Quantitativo de notas dos alunos do nível II

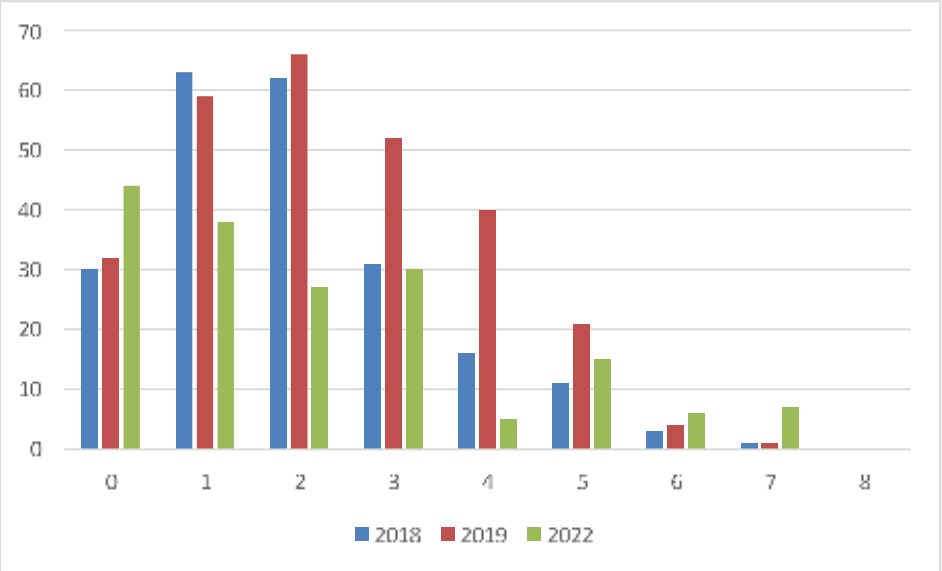


Fonte: Projeto de Olimpíadas de Matemática da UNEMAT

Nos anos que antecederam a pandemia (2018 e 2019) com o período pós- pandemia (2022), houve uma redução no número de participantes, possivelmente um reflexo da pandemia. No entanto, em termos de desempenho nas notas mais altas (6, 7 e 8), houve alunos de 2022 que atingiram essas notas, especialmente na nota 6, onde superou os anos que antecederam a pandemia. Isso indica que, apesar da redução no número total de participantes, o nível de desempenho dos estudantes que participaram em 2022 foi comparável ou superior aos dos anos anteriores.

No nível III, tivemos 217 alunos em 2018, 275 alunos em 2019 e 172 alunos em 2022, e a realidade foi semelhante ao nível anterior.

Figura 4: Quantitativo de notas dos alunos do nível III.

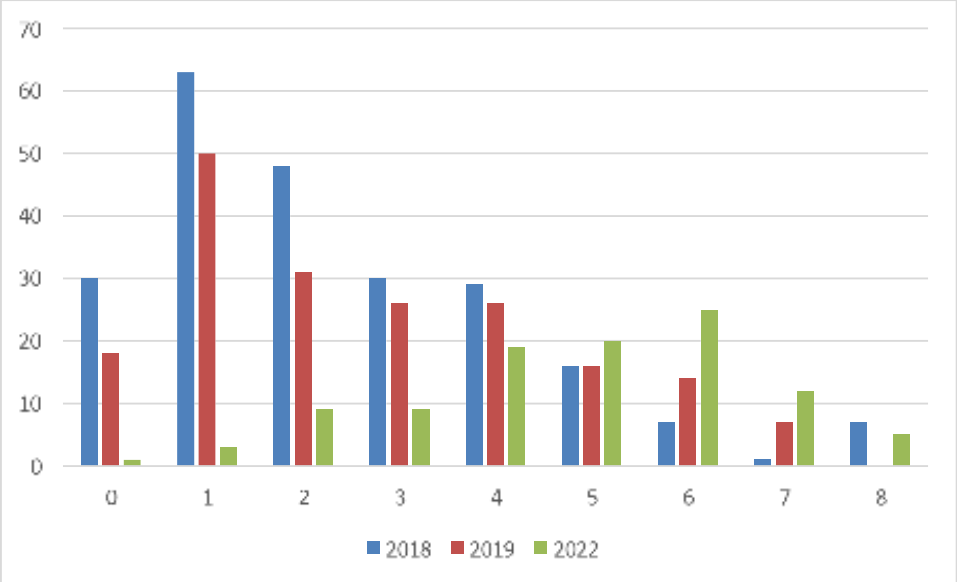


Fonte: Projeto de olimpíadas de matemática da UNEMAT.

Mesmo em menor quantidade, em 2022 sete alunos alcançaram a nota 7, uma quantidade superior com os dois anos anteriores, em que apenas um aluno obteve essa nota (2018 e 2019). No ano de 2022, a quantidade de notas zeros foi maior.

No nível IV, foram classificados para a 2ª fase, 307 alunos em 2018, 188 em 2019 e 83 em 2022. O gráfico indica as notas dos participantes.do nível IV.

Figura 5: Quantitativo de notas dos alunos do nível IV.



Fonte: Projeto de olimpíadas de matemática da UNEMAT

Em 2022, houve uma redução nas notas mais baixas (0 a 5) em comparação aos anos anteriores. No entanto, o desempenho nas notas mais altas (6 a 8) foi melhor em 2022. Isso sugere que, apesar da redução no número total de participantes, a qualidade do desempenho entre os alunos em 2022 foi superior aos anos anteriores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da redução no número de participantes em 2022, houve um número igual ou superior de alunos com notas igual ou maior que 6. No entanto, a metodologia utilizada para o tratamento dos dados, não permitiu verificar os impactos negativos da pandemia no aprendizado dos alunos, uma vez que, houve uma quantidade maior de alunos com notas altas. Claramente da forma que foi analisada, sempre haverá alunos que tire notas altas, independente dos fatores envolvidos.

REFERÊNCIAS

Programa Olimpíada de Matemática da UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia Governo do Estado de Mato Grosso. Disponível em https://sites.google.com/unemat.br/olimpiada-de-matematica/OM .

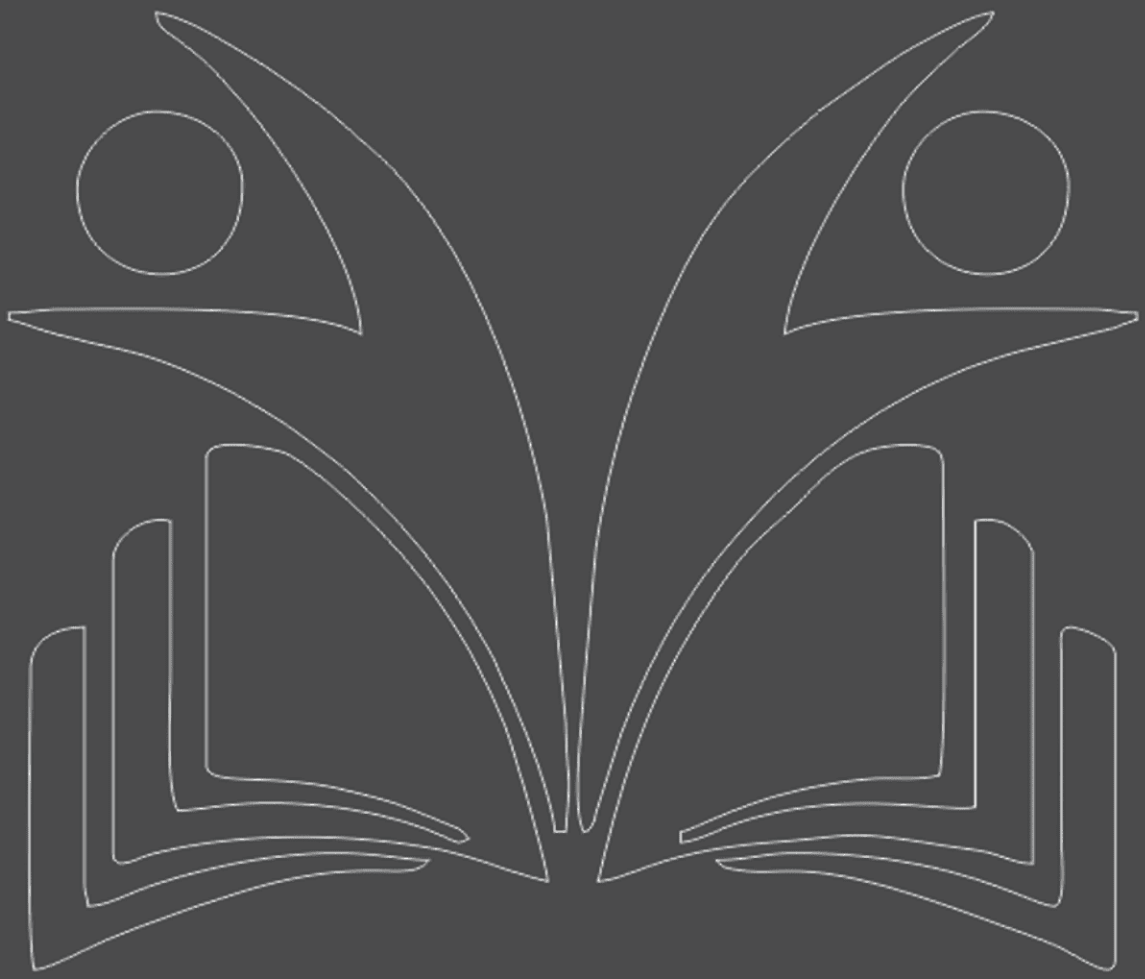
Capítulo 14

10.37423/250209706

O “ESTADO DA ARTE” COMO PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2013-2023 ?

RODOLFO CLAUDIO DA CRUZ

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO



Resumo: O presente trabalho consiste no desenvolvimento de uma pesquisa, norteada pela proposta do Seminário Interdisciplinar do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, cuja reflexão perpassa o acesso, a permanência e a evasão no ensino superior, pois são aspectos cruciais que delineiam a trajetória dos estudantes universitários. Neste sentido, nosso objetivo é: Apresentar reflexões e o mapeamento da produção acadêmica sobre acesso e permanência na educação superior, identificando e quantificando as produções científicas produzidas (monografias e dissertações), especificamente, na UNEMAT. Para o alcance do objetivo proposto, utilizamos a abordagem quanti-qualitativa de caráter exploratório, visando à análise e o mapeamento de produções acadêmicas, mediante o método do “estado da arte” que consiste em fazer um levantamento de pesquisas finalizadas que tenha relação com a uma determinada temática. Elegemos para realização da pesquisa o software Gnuteca que gerencia todo serviço e acervo das bibliotecas da UNEMAT, e também o banco de dissertações do site do PPGEdu/UNEMAT. Empregamos alguns critérios (filtros) para o levantamento e a seleção das produções que mais se encaixavam com o tema, como resultado rastreamos um total de oito trabalhos, sendo seis dissertações e duas monografias. Esses trabalhos permitiram fazer uma análise que a produção mapeada indica certa fragilidade no sentido de haver uma necessidade de expansão e aprofundamento de estudos que se dediquem a temática, a julgar pelo próprio número catalogado de produções que identificamos. Outro ponto, é que os aspectos no ensino superior revelam uma interseção complexa de fatores que influenciam a jornada acadêmica dos estudantes, pois o acesso tem sido cada vez mais expandido, mas ainda existem desafios quanto à equidade, especialmente para grupos minoritários e de baixa renda. A permanência, por sua vez, está intimamente ligada à qualidade do suporte (pedagógico e econômico) institucional, às condições subjetivas e materiais. Já a evasão, embora possa ser influenciada por dificuldades acadêmicas, muitas vezes é impactada por questões extracurriculares, como problemas financeiros, falta de apoio social ou até mesmo a falta de identificação com o curso escolhido, e outros.

Palavras-chave: Ensino superior. Acesso e Permanência. Evasão.

1. INTRODUÇÃO:

Este trabalho foi desenvolvido em cumprimento às exigências curriculares do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), mediante a realização de um Seminário Interdisciplinar, organizado pelo curso de Pedagogia da referida instituição. Tendo como eixo – temático: “*A integração dos saberes históricos, filosóficos, sociológicos, psicológicos, didáticos e curriculares na produção do conhecimento científico em Educação”*, norteados pelo subtema: *Acesso e permanência nas Universidades: os sentidos do conhecimento no mundo contemporâneo.* Nosso objetivo neste trabalho é: Apresentar reflexões e o mapeamento da produção acadêmica sobre acesso e permanência na educação superior, identificando e quantificando as produções científicas produzidas (monografias e dissertações), no âmbito da UNEMAT, Campus Jane Vanini - Cáceres-MT, universidade pública brasileira, fundada em 1978 e mantida pelo governo do estado de Mato Grosso, com sede administrativa no município de Cáceres.

Metodologicamente, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualiquantitativa, pois procurou-se catalogar a produção do conhecimento relativo a produção acadêmica sobre acesso e permanência na educação superior, identificando e quantificando as produções científicas produzidas nesta universidade. Dessa forma, foram estabelecidos alguns critérios (filtros) de inclusão na busca de estabelecer um padrão na seleção das pesquisas: pesquisas escritas em língua portuguesa, publicações feitas nos anos de 2013 à 2023, de acordo com a subtema do interdisciplinar já mencionado. Utiliza-se também para o alcance do objetivo proposto a pesquisa bibliográfica para subsidiar algumas breves reflexões em torno do tema. Elegemos software Gnuteca que gerencia todo serviço e acervo das bibliotecas da UNEMAT, e também o site do Programa de Pós-Graduação (PPGEdu), Mestrado em Educação da UNEMAT, como fontes para a seleção das produções acadêmicas, empreendidas e publicitadas numa janela temporal dos últimos dez anos. A priori é um trabalho de caráter exploratório, mediante o método do “estado da arte” que consiste em fazer o mapeamento das produções acadêmicas já existentes sobre um determinado tema, reunindo as principais conclusões sobre ele através desses estudos.Com características bibliográficas, o estudo tem o desafio de “[...] mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados Em diferentes épocas e lugares” (Ferreira, 2002, p. 258). Já Romanowski e Ens (2006, p. 39) salientam que “a realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais”.

Esse exercício foi de suma importância, pois possibilitou um rastreamento de monografias e dissertações, ou seja, um conjunto de pesquisas que abordou a Educação Superior, destacando a democratização do acesso, permanência dos estudantes e os desafios enfrentados, delineando questões socioeconômicas, políticas educacionais e práticas docentes. Cada estudo explora diferentes ângulos, desde o impacto dos programas de bolsas e a adesão a políticas de acesso até as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no Ensino Médio durante a pandemia. Os trabalhos investigam aspectos como perfil dos estudantes, influência das políticas de cotas, práticas de ensino e os fatores determinantes para a permanência dos alunos nos cursos de licenciatura, oferecendo uma visão abrangente e detalhada sobre a realidade educacional da UNEMAT. Destarte, que esse trabalho vai além de balanço de produção, pois a partir da análise e leitura de resumos de textos selecionados. Identificou-se de fato os enfoques, as problematizações ali contidas, situados temporalmente no contexto da UNEMAT, sobre o que já foi investigado, quais metodologias empregadas, e principalmente, as contribuições para a área e o que é de fato específico da área da educação.

2. EDUCAÇÃO SUPERIOR: OS SENTIDOS DO CONHECIMENTO

A educação é um processo muito presente e necessária na vida dos indivíduos, é uma prática social que visa ao desenvolvimento do ser humano, de suas potencialidades, habilidades e competências, tanto para a formação do cidadão e como também a transformação da sociedade, ela é essencial. Além de ser um direito (humano) fundamental de todos, é também responsável pela multiplicação do conhecimento e pelo desenvolvimento de habilidades úteis para a atuação do indivíduo em sua comunidade. É a principal ferramenta para desenvolver profissionais e formar cidadãos mais conscientes sobre como a vida em sociedade funciona, contribui para a compreensão ao desenvolvimento da autonomia e do senso crítico. Cara (2019, p. 26) arrisca um conceito para educação que é: “apropriação de cultura, de tudo aquilo que o ser humano criou e cria para além da natureza, todas as outras formas de deliberação e de organização da administração pública e do poder”. Para o autor o que foi e é criado pelos seres humanos pode ser chamado de cultura, pois são expressões vivas da história de um povo, de alguns povos, de muitos povos e, em alguns casos, de toda a humanidade. E esta apropriação deve ser plena, crítica e reflexiva, sendo parte fundamental da condição humana, pois a educação se concretiza por meio de processos educativos, sistematizados ou não, que se dão nos diferentes espaços da vida cotidiana. Ela tem o papel de criar as condições para os (as) estudantes se apropriarem da cultura, até mesmo reinventando-a.

A educação busca cumprir seu papel fundamental de formar pessoas críticas e cidadãs. No Brasil, por exemplo, a educação escolar básica é formada por três etapas – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Já a educação superior, por sua vez, abrange os cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão. Composta pela graduação, pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e ensino à distância (EAD). Esta última insere-se alunos e alunas que concluíram o Ensino Médio, os quais geralmente são maiores de 17 anos. A estruturação da educação escolar em níveis de ensino foi estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. A educação superior se situa no nível de ensino acima da educação básica, e tem como finalidades no art. 43: “Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica[...]” (Brasil, 1996).

Nesse sentido, recorremos a Luckesi (2005) ao defender uma universidade que valoriza a pesquisa, o estudo crítico, o diálogo entre professores e alunos, e a busca por soluções para os problemas da sociedade. Ele enfatiza que o conhecimento só é valioso quando traz benefícios e qualidade de vida, e não quando é apenas memorizado. O conhecimento precisa estar conectado com a realidade e ser crítico para ser satisfatório. O conhecimento pode tanto libertar quanto oprimir, dependendo de como é utilizado. Pode ser libertador ao proporcionar independência e autonomia, tanto individualmente como coletivamente. No entanto, também pode ser opressor quando usado para manipular e obter vantagens, restringindo o acesso e controlando informações. Assim, conforme pontua Luckesi (1995) a educação superior passa ser um lugar de suma importância para apropriação de conhecimentos e saberes, objetivando a busca de melhores resultados acadêmicos e o desenvolvimento de profissionais capacitados. Em seu entendimento a universidade quando ela é participativa, passa a incentivar: “ [...] a prática e a interação entre professores e alunos, pode ser um espaço de criação e transmissão de saberes que contribuem para suprir necessidades globais. O conhecimento, quando aplicado de forma consciente, pode trazer bem-estar, autonomia e independência” (Luckesi, 1995, p. 56).

Neste sentido, passamos a compreender que o acesso ao ensino superior é de extrema importância nos dias atuai, pois, além de proporcionar oportunidades de carreira e desenvolvimento pessoal, o ensino superior contribui para o avanço da sociedade, a formação de profissionais qualificados e a promoção da igualdade de oportunidades. Luckesi (2005) ainda destaca a importância da construção do conhecimento por meio da pesquisa sistemática e ressaltam a necessidade de uma verdadeira

alfabetização científica, de um currículo que a discente trilha ao longo da sua jornada acadêmica, cujos impactos dessa formação possivelmente são positivos contribuindo na formação de pesquisadores. Além disso, Luckesi (2003) ainda indaga que a educação superior também desempenha um papel fundamental na formação do pensamento crítico, os estudantes ingressantes são expostos a uma variedade de disciplinas, teorias e perspectivas diferentes, o que estimula a reflexão e o questionamento. Durante o período acadêmico, os alunos em tese são desafiados a analisar informações, examinar evidências, argumentar com base em fatos e desenvolver suas próprias opiniões fundamentadas. Além de ser também um espaço que em tese promove o desenvolvimento das habilidades de análise, síntese e resolução de problemas, cujos estudantes são incentivados a explorar questões complexas, a identificar as causas e consequências de fenômenos sociais, econômicos e políticos, e a buscar soluções criativas e inovadoras. Por meio debates em sala de aula, trabalhos em grupo e projetos de pesquisa, possivelmente aprendem a ouvir diferentes perspectivas, a respeitar opiniões divergentes e a construir argumentos sólidos com base no diálogo e na troca de ideias. Portanto, a educação superior desempenha um papel fundamental na formação do pensamento crítico e filosófico, tende de oportunizar momentos em que os estudantes passam a questionar, analisar e interpretar o mundo ao seu redor. Por meio do ensino superior, os indivíduos têm a chance de se tornarem especialistas em suas áreas de interesse, adquirindo saberes, teorias, métodos e técnicas que são essenciais para sua formação, para sociedade capitalista e marcada por tantas desigualdades que vivemos e para o mundo do trabalho.

Em resumo, o acesso ao ensino superior nos dias atuais é essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional, o progresso da sociedade e a construção de um futuro melhor fundamentados pelos princípios da qualidade e equidade. Como exemplo, temos a UNEMAT, como uma das instituições de ensino superior no Brasil, reconhecida por sua excelência acadêmica e compromisso com a produção científica, pois desde sua criação, desenvolve ações pioneiras para atender à população de Mato Grosso e às demandas específicas do Estado, tanto para formação de professores como para formação de diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento. É uma instituição que visa promover reflexões e gerar conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e social. Valoriza a prática científica, oferecendo oportunidades de ensino, pesquisa e extensão, com uma comunidade acadêmica diversificada e engajada, a UNEMAT contribui significativamente para o avanço do conhecimento e o desenvolvimento da região onde está inserida.

3. ACESSO, PERMANÊNCIA E EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNEMAT E AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Souza, Lapa e Mafra (2018) afirmam em seus estudos que na última década, houve expansão considerável do ensino superior no Brasil. Entretanto, diante do aumento considerável do número de matrículas de estudantes no ensino superior conforme os autores apontam, entre os anos 2006 e 2016, sobretudo de jovens oriundos de classes populares, surgem e crescem novos desafios que envolvem à evasão e à permanência dos estudantes nas instituições de Ensino Superior. São questões complexas, pois são problemas relacionados à questões como a origem social desse estudante, capital cultural, as condições materiais concretas de sua vida, as dificuldades pessoais, preconceitos e discriminações. Neste sentido, buscamos estabelecer o entendimento em relação ao que estamos considerando por acesso, permanência e evasão, pois concorda-se com os autores supracitados que atualmente nas universidades esta problemática está sendo um grande obstáculo a ser enfrentada. Assim, a *acesso* é entendido como o ingresso de maiores percentuais da população que deseja ter uma educação superior, uma ação que viabiliza a formação do estudante que quer concluir seus estudos na educação e pretender se profissionalizar por meio do ensino superior (Torres, Rojas e García, 2021). Há várias formas de entrar em uma faculdade por meio de alguns programas. No Brasil temos: Prouni (Programa Universidade para Todos) com o objetivo de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior. O Sisu (Sistema de Seleção Unificada) é uma forma de ingressar numa instituição que é um sistema informatizado que disponibiliza vagas públicas para participantes do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), a classificação acontece pela nota de corte. Assim, o Enem é uma prova de admissão à educação superior realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação do Brasil (MEC). O outro programa é o Vestibular que ocorre por um processo classificatório através de uma prova que pode ser aplicada de vários formatos e entre outros. São programas que oferecem oportunidades para os estudantes entrarem na faculdade privada ou pública, que passaram a democratizar a educação superior. Porém há fatores que têm apontado para essa baixa procura os estudantes de certa forma enfrentam dificuldades para se ingressar no ensino superior como a falta de preparo para as provas, a baixa autoestima em relação ao desempenho, falta de conhecimento sobre as políticas públicas ligadas ao ingresso na faculdade (Souza; Lapa e Mafra, 2018).

Torres, Rojas e García (2021) corroboram com a discussão dizendo que o ao conseguir o acesso na universidade acontece outro fator desafiante ao estudante é a permanência na instituição, pois nesse processo surgem dificuldades para o acadêmico permanecer, como, por exemplo, os custos de mensalidade e desigualdade racial, a inclusão social, questões subjetivas que afetam estes alunos, como o estresse diário, cansaço mental (Albuquerque, 2023). A falta de tempo para se dedicar aos estudos, pois alguns não conseguem conciliar trabalho e estudo, não se adaptam a um novo sistema de ensino. Como já ressaltado a questão financeira nem sempre é favorável por vezes na hora de comprar livros quando se faz necessário, ou para participar de eventos e atividades ofertadas pela Universidade. Ressaltamos também os acadêmicos que são de outras cidades e acabam se deslocando para estudar em outro município, recorrem por meio de locomoção como o ônibus, pois em sua cidade não há instituições para o ensino superior, de certa forma buscam poder ter uma formação profissional. Dessa forma, todos esses fatores acabam implicando diretamente na vida desses universitários e na qualidade do ensino e o êxito na conclusão dos estudos, toda essa rotina em alguns momentos vai ficando desgastante, gerando cansaço físico e mental entre muitos outros, com isso muitos acabam desistindo dos seus estudos, deixando o curso pela metade.

Albuquerque (2023) vai dizer que a ausência ou escassez de políticas e programas estudantis que contemplem as necessidades materiais que subsidiam as despesas e as necessidades diárias dos discentes, de certa forma é mais uma deixa para o aluno não permanecer, pois a assistência de políticas e programas estudantis seriam de grande ajuda aos estudantes, principalmente aos de baixa renda, na questão da moradia, alimentação, transporte e materiais de estudos (apostilas). Assim, a assistência estudantil é de suma importância para o asseguramento do acadêmico tanto na produção científica quanto na construção de uma formação profissional, uma medida importante para que os estudantes consigam concluir os estudos. Os fatores citados acima, influencia em algumas situações para a evasão/abandono no ensino superior. Problemas de toda ordem fazem parte do percurso desses estudantes “[...] desde dificuldades em acompanhar conteúdos muitas vezes por causa do não qualidade de seu ensino médio, outras vezes por causa do cansaço que lhe toma após horas de trabalho, ou ainda pelo estranhamento com o ambiente universitário” (Souza; Lapa; Mafra, 2018, p. 12). Para os autores um dos principais motivos para a evasão destaca-se a dificuldade financeira e a falta de políticas públicas consistentes e continuadas. Por isso é necessário que as universidades procurem buscar e oferecer políticas de assistência aos estudantes, pois a maioria desiste, ou seja, abandono um curso de ensino superior por que quer, e sim, pelos desafios institucionais e sociais

(externos) decorrentes da condições subjetivas e materiais (concreta) da vida e reflete no ensino superior.

Em nosso caso, tomamos como exemplo a UNEMAT, que visa a garantia da completa inserção social dos (as) estudantes na universidade com base na Resolução Nº 012/2021 – CONSUNI, que Reestrutura o Programa de Assistência Estudantil (PAE). Assim, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) tem a finalidade em planejar e executar políticas permanentes de estímulo à educação superior, à garantia do ensino, pesquisa e extensão, de modo a evitar a evasão, realizando a interação com a comunidade acadêmica e a participação dos processos internos. Para garantir uma permanência digna na universidade, a Prae dispõe de auxílios alimentação, moradia e financeiro para participação de eventos. Superando o quesito assistencialista, a Prae trata dos assuntos estudantis a partir de uma perspectiva integral que contempla políticas macros que visem o bem-estar do acadêmico na instituição. Em sintonia com as Pró-Reitorias, a Unemat oferece também bolsas de extensão universitária, de cultura, de iniciação científica, assim como de ensino – FOCCO, Pibid e Residência Pedagógica.

3. DADOS E RESULTADOS

Na fase exploratória da pesquisa, selecionamos a nível estadual o banco de dados (acesso livre) o software denominado Gnuteca (http://biblioteca.unemat.br) o qual possibilita a automação dos serviços de empréstimo, gestão de acervo e reservas de livros das bibliotecas de todos os Câmpus da UNEMAT presentes no estado de Mato Grosso. Outro banco de dados foi o site do PPGEdu – UNEMAT, Campus Cáceres-MT, na aba de dissertações - http://portal.unemat.br/index.php?pg=site&i=educacao&m=dissertacoes) o qual sua área de concentração é em Educação. Após a definição do banco de dados, iniciamos a escolha dos descritores , os quais que fossem capazes de rastrear pesquisas científicas mais próximas com a nossa pesquisa para o Seminário Interdisciplinar. Os descritores neste processo foram fundamentais por permitir uma busca mais próxima com a temática em estudo e para conhecer que produções já foram feitas, sua relevância e aproximação. Utilizamos 4 (quatro) descritores, o primeiro descritor foi “Acesso e permanência no ensino superior” o número de trabalhos encontrados foram 2 (dois). Ao pesquisar pelo segundo descritor “Acesso ao ensino superior” constaram: seis trabalhos. Já o terceiro descritor “evasão na Educação Superior” e o quarto “Acesso e Permanência para estudantes na Educação Superior” nenhum trabalho foi encontrado, como pode ser observado nos quadros abaixo:

Quadro 01:

DESCRITOR 1	ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR											
ANO BASE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
MONOGRAFIA	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
DISSERTAÇÃO	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	3
TOTAL: 5												

Fonte: Elaborado pelos autores – dados extraídos do portal Biblioteca/Unemat e Site do PPGEdu.

O quadro acima evidencia, a quantidade de dissertações e monografias produzidas entre 2013 e 2023, há um total de três dissertações contabilizadas nesse período e duas monografias.

Quadro 02:

DESCRITOR 2	ACESSO AO ENSINO SUPERIOR											
ANO BASE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
MONOGRAFIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DISSERTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	3
TOTAL: 3												

Fonte: Elaborado pelos autores – dados extraídos do portal Biblioteca/Unemat e Site do PPGEdu.

O quadro acima já evidencia um total de três dissertações relacionados com o descritor “acesso ao ensino superior”.

Quadro 03:

DESCRITOR 3	EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR											
ANO BASE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
MONOGRAFIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DISSERTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL: 0												

Fonte: Elaborado pelos autores – dados extraídos do portal Biblioteca/Unemat e Site do PPGEdu

Conforme o quadro acima, nenhum registro científico fora encontrado nestes termos.

Quadro 04:

DESCRITOR 4	ACESSO E PERMANENCIA PARA ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR											
ANO BASE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
MONOGRAFIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DISSERTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL:0												

Fonte: Elaborado pelos autores – dados extraídos do portal Biblioteca/Unemat e Site do PPGEdu

Conforme o quadro acima, nenhum registro científico fora encontrado nestes termos. Nesse processo de busca nos bancos de dados, atingimos o total de oito Produções Científicas que versam a respeito do tema que orienta a proposta do Seminário Interdisciplinar. Este resultado possibilitou analisar os títulos, palavras-chaves e posteriormente os resumos, visando identificar elementos que se

aproximassem do objetivo da nossa proposta de trabalho. O quadro abaixo contém as principais características de identificação: título, autor, universidade, tipo (dissertação ou tese) e ano, e em seguida, para melhor compreensão, fizemos uma análise do resumo de cada trabalho.

Quadro 05:

Título:	Autor:	Repositório:	Tipo	Ano
Trajetórias de Estudantes de Classes Populares Em Cursos De Pedagogia Da Unemat: Condições De Acesso	Graciele Marques dos Santos	Site do PPGEdu	Dissertação	2014
PROGRAMAS DE BOLSAS NA UNEMAT: implicações para a permanência	Lourdes Aparecida De Souza	Site do PPGEdu	Dissertação	2020
Perfil dos ingressantes na Universidade do Estado de Mato Grosso: implicações do SISU no processo de democratização do acesso	Luiz Francisco Borges	Site do PPGEdu	Dissertação	2017
Permanência dos estudantes no ensino superior: Um estudo de permanência dos estudantes no ensino superior: um estudo de caso do curso de licenciatura em matemática da Unemat Campus de Cáceres	Nayanna Medeiros Martos	Biblioteca/Unemat	Monografia	2014
Lei 12.711/2012: Garantia do direito ao acesso e a permanência do negro no ensino superior no Brasil	Marcilene Teodoro	Biblioteca/Unemat	Monografia	2017
Desafios para a conclusão do ensino médio e ingresso na educação superior de estudantes da rede pública de Cáceres/MT em tempos de pandemia	Aline Silva de Assis	Biblioteca/Unemat	Dissertação	2022
Práticas docentes no ensino médio face aos desafios do acesso à educação superior	Valdiceia Moreira Ribeiro	Biblioteca/Unemat	Dissertação	2021
Permanência na educação superior: uma análise do percurso acadêmico dos estudantes dos cursos de licenciatura da universidade do estado de mato grosso – Câmpus Jane Vanini	Suzely Paesano Neves	Biblioteca/Unemat	Dissertação	2019

Fonte: Elaborado pelos autores – dados extraídos site da biblioteca e PPGEdu-UNEMAT.

De acordo com o quadro acima, contém os oito trabalhos mais relevantes sobre a temática aqui discutida, os quais julgamos ter maior relevância. Pois apresentam-se como estudos e reflexões sobre o tema, o que se torna fundamental uma análise de cada trabalho para um melhor entendimento acerca das políticas e desafios do acesso e permanência, levando-se em conta os complexos fatores que promovem a permanência e evasão de estudantes nos cursos de graduação. Assim, realizamos a leitura dos resumos das produções selecionadas e analisamos elementos próximos do nosso tema de pesquisa.

Santos (2014) ao realizar sua pesquisa teve como objetivo compreender as percepções dos estudantes de classes populares dos cursos de Pedagogia da UNEMAT sobre suas condições de acesso à Educação Superior, a reflexão que conduziu esse trabalho se o significado que tem sido atribuído ao conceito “acesso” inclui, de fato, a viabilização das condições para a permanência e qualidade do ensino. A autora utilizou de uma pesquisa quanti-qualitativa, com a aplicação de questionários e entrevista semi-estruturada. Os seus sujeitos foram os estudantes do oitavo semestre dos cursos de Pedagogia da UNEMAT. Dos resultados: identificaram que o perfil dos estudantes dos cursos de Pedagogia da

UNEMAT é um público majoritariamente feminino, em que a maioria se declara negra ou parda, trabalhadora e mãe. Identificou ainda, alguns elementos que balizam sua formação enquanto sujeitos de classes populares na Educação Superior segundo sua própria percepção. Da parte dos sujeitos, o que percebemos é um grande esforço individual que mobiliza a rede de solidariedade da família para apoiar seu grande feito, qual seja, entrar na universidade. A pesquisa ainda concluiu que há um cenário de democratização que nos permite pesquisar as condições de permanência de estudantes de classes populares na Educação, é necessário que as políticas de ingresso sejam acompanhadas por políticas que viabilizem a permanência e a qualidade da formação. No sentido de observar que, além do tempo necessário aos estudos em sala de aula, seria fundamental que as instituições de ensino desenvolvessem mecanismos, espaços de formação, aprendizagens que considerassem, de fato, a defasagem cultural das classes populares que conseguiram romper as barreiras e ingressaram na Educação Superior. Por último, destaca-se que a UNEMAT cumpre papel fundamental para a democratização da Educação Superior entre as classes populares, como uma instituição relativamente periférica, interiorana, sua característica multicampi favorece o ingresso de estudantes de várias localidades no estado, também recebe estudantes de outros estados, o que deve se intensificar com a adesão do SiSU.

A pesquisa de Souza (2020) foi elaborada no âmbito da UNEMAT, campus Cáceres, tendo como objeto de estudo, os programas de bolsas da referida instituição. Teve como objetivo geral: - compreender as contribuições das Bolsas Universitárias ofertadas na graduação da UNEMAT, campus Cáceres, para a permanência dos beneficiados na instituição. Dos sujeitos investigados foram: 117 bolsistas, divididos entre 05 modalidades de bolsas, sendo o Programa de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID (49), Programa de Residência Pedagógica (17), Programa de Formação de Células Cooperativas – FOCCO, (11), ligadas a PROEG; o Programa de Bolsa em extensão Universitária, (10) ligado a PROEC e o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (23), ligado a PRPPG. Dos resultados evidenciaram que os sujeitos atendidos pelos programas de bolsas da UNEMAT, campus Cáceres, em sua maioria, consideram que a participação nos programas contribui para a permanência na instituição. Dentre as principais contribuições identificadas, destacaram as de cunho acadêmico e pedagógico, as voltadas para a constituição da identidade profissional, as ações qualificadoras do ensino, e as contribuições econômicas.

A pesquisa de Borges (2017) abordou sobre a Política Nacional de Democratização do Acesso à Educação Superior do MEC, instituída pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), traz consigo,

mecanismos com propósito de democratizar as vagas nos cursos superiores públicos nas Instituições de Educação Superior. O autor pontuou que neste contexto em 2012 a UNEMAT aderiu ao SiSU, e passa a ter em 2013 duas principais formas de seleção (SiSU no primeiro semestre e Vestibular no segundo semestre) a cada ano. Partiu-se de uma abordagem quanti-qualitativa, com análise de documentos; e a análise do banco de dados, especificamente dos microdados do ENEM, cruzando-os com o banco de dados da instituição e os dados do vestibular. Foram analisados 1.414 questionários do ENEM no período de 2012 a 2014, e 1.445 questionários do Vestibular no período de 2013 a 2015, totalizando em 2.859 questionários dos ingressantes nos treze cursos de graduação ofertados pela UNEMAT/Cáceres. Os resultados evidenciaram que houve várias mudanças na UNEMAT após a implementação do SiSU como forma de ingresso. Assim: na estrutura da prova do vestibular, implementação de auxílios alimentação e moradia, criação de mecanismos para preenchimento de vagas ociosas, implementação de política afirmativa para estudantes oriundos de escolas públicas. Em relação ao perfil dos ingressantes apresentamos os seguintes resultados: mudança no perfil quando comparado o “número de pessoas que residem no mesmo domicílio”, os ingressantes pelo vestibular são estudantes que em sua maioria, residem com até três pessoas, já pelo SiSU, os ingressantes residem em sua maioria com números de indivíduos acima de três pessoas, isto é, pelo SiSU ingressam famílias com maior número de pessoas. A variável “exerce atividade remunerada” houve diferença no perfil. Pelo vestibular ingressaram mais estudantes que declararam que exerciam atividade remunerada, enquanto pelo SiSU ingressaram mais estudantes que na época da inscrição afirmaram que não exerciam atividade remunerada. Verificamos ainda que o SiSU possibilitou a inserção das famílias com menor poder aquisitivo. Famílias estas, com rendimentos de até dois salários mínimos. O Vestibular por sua vez, teve um aumento de percentual de ingressantes com renda familiar de três a cinco salários mínimos. O perfil mudou após adesão ao SiSU, pois encontramos mais estudantes de classe baixa inseridas nos cursos superiores ofertados no Câmpus universitário de Cáceres.

Assis (2022) teve como objetivo compreender os principais desafios enfrentados pelos estudantes do 3º ano do Ensino Médio (EM) com a implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) no ano letivo pandêmico de 2020 e quais foram as implicações para o ingresso na Educação Superior (ES) no ano civil de 2021. A autora utilizou o método estudo de caso com abordagens quantitativas e qualitativas na Unidade de e Ensino EE “Onze de Março”, no município de Cáceres-MT, que atende somente a estudantes do EM. Para dar subsídios à pesquisa foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário com 36 questões, sendo 05 (cinco) abertas e 31 (trinta e uma) fechadas que abordaram o perfil socioeconômico, modalidade de ingresso na Ensino Superior, tipo de IES, cursos,

dentre outras perspectivas, sendo aplicado a 47 (quarenta e sete) estudantes dos 52 ingressantes na ES, independentemente do tipo de IES (pública ou privada) e da modalidade presencial, semipresencial ou à distância, no ano civil de 2021. Ainda se analisou por meio das Instruções Normativas, Portarias, Decretos, assim como outras comunicações oficiais, notou-se uma morosidade por parte do Estado em promover alguma forma de assistência à comunidade escolar, o que contribuiu para que neste período pandêmico aumentasse ainda mais o abismo social entre a classe dominante (elite) e a classe dominada (trabalhadores. Além disso, foi possível também analisar o perfil socioeconômico, sendo que a maioria 70,2 % (33/47) são mulheres. A identificação étnica somadas entre pretos e pardos são 70% dos sujeitos da pesquisa, a orientação sexual hétero predomina com 63,8 % (30/47) seguida pelos bissexuais com 19,1% (9/47). Salienta-se ainda que 6,4 % (3/47) afirmaram não possuir renda, 19,1% (9/47) possuem renda familiar de até um salário-mínimo, já 36,2% a maioria estão na faixa entre 01 e 02 salários-mínimos. Ainda, a partir dos dados sobre as políticas afirmativa da forma de ingresso nas IES, é inegável perceber a importância da popular Lei de Cotas de nº 12.711/2012, para a garantia da equidade no ingresso dos estudantes. Ficou evidente a necessidade de mais investimento por parte do Estado nas políticas públicas educacionais e sociais, com a finalidade de garantir o acesso, permanência e a terminalidade por parte dos cidadãos pertencentes as classes sociais com menor renda, amenizando as desigualdades estruturais presente em nosso cotidiano.

Ribeiro (2021) teve como objeto de estudo o contexto de democratização do acesso à educação superior pós LDB 9.394/96 e as políticas educacionais em constante mudança, que têm provocado alterações na expectativa de jovens em relação a possibilidades de continuidade dos estudos. Por meio da aplicação de questionário junto aos docentes e estudantes do 3º ano do ensino médio no ano letivo de 2019 em uma escola pública no município de Cáceres/MT. A análise dos dados mostra que essas têm tido o intuito de contribuir para que os estudantes consigam ingressar na educação superior, haja vista que têm desenvolvido tanto ações coletivas quanto práticas individuais em sala de aula, trabalhando as Competências e habilidades exigidas no Exame Nacional do Ensino Médio, que se tornou ao longo dos anos, o exame de acesso das Instituições de Educação Superior, principalmente as Públicas as práticas docentes sob duas perspectivas: a de treinamento Para os exames de seleção para acesso à educação superior e a de uma visão mais ampla dos objetivos do ensino médio, com pouca discussão dos envolvidos em relação às contradições que se manifestam as políticas de democratização do acesso à educação superior têm possibilitado que as Camadas populares da sociedade, ou seja, estudantes oriundos de escolas públicas, pretos e pardos, pessoas de baixa renda, consigam ingressar nesse nível de ensino, no intuito de favorecer a aprovação dos educandos nos

exames de seleção (ENEM e/ou vestibular), as práticas docentes da última etapa da educação básica têm se pautado nas Avaliações em larga escala, uma vez que essas avaliações tem ditado o que deve ser ensinado nas escolas. Os aulões, são trabalhadas as competências e habilidades do ENEM, assim, esses aulões possibilitam estudar mais profundamente assuntos que já foram estudados em anos anteriores e inclusive voltando a abordar conteúdos da matriz curricular do 3º ano. Os professores relataram que trabalham com as competências e habilidades do ENEM. Outros descreveram trabalhar diretamente com as questões dos exames anteriores. No desenvolvimento de práticas docentes pautadas em ações que busquem desenvolver nos estudantes habilidades e capacidades para construir conhecimento, o papel do professor é o de promotor do conhecimento. Dados obtidos junto à secretaria da escola pesquisada mostram que dos 221 estudantes matriculados em 2019 no 3º ano do ensino médio, 45 conseguiram ingressar na educação Superior (20,36%). Diversas práticas que visam o acesso à educação superior são desenvolvidas na escola pesquisada, envolvendo o corpo docente e promovendo ações específicas em sala de aula, e assim, o trabalho pedagógico realizado na instituição oportuniza uma aprendizagem significativa, possibilitando aos educandos construir e produzir.

Por último, Neves (2019) em sua pesquisa analisou a permanência dos estudantes dos cursos de licenciatura do Câmpus Jane Vanini no período de 2014 a 2017, a fim de buscar compreender os fatores determinantes para a sua permanência. Traçando a trajetória acadêmica dos estudantes dos cursos de licenciatura da UNEMAT/Cáceres ingressantes em 2014/1, identificamos que 47% desistiram, 25% estão retidos e 19% concluíram o curso, sendo que destes a maioria são mulheres, auto declaradas pardas, com idade entre 21 e 30 anos, solteiras, sem filhos, trabalhadoras, oriundas predominantemente de escola pública, são filhas de mães (ensino médio completo) com maior nível de instrução que os pais (ensino fundamental completo), com renda familiar de até três Salários mínimos. Já na concepção dos estudantes concluintes, os fatores que contribuíram para sua permanência no curso foi a motivação dos professores (82%), a participação nos programas acadêmicos (67%), a identificação (64%) e a satisfação (51%) com o curso, e apontam como aspecto motivacional o conhecimento e aprendizagem (73%) e a diplomação e reconhecimento profissional (58%). Assim, a permanência necessita continuar na pauta das políticas das Instituições de Educação Superior, com atenção especial a fatores específicos que têm sido apresentados por meio de pesquisas, tal como a retenção e suas consequências para a permanência e conclusão. Concluímos que existem diferentes fatores interferentes na permanência e conclusão do curso dentro do prazo mínimo de integralização, sejas eles de Caráter pessoal, como a identificação com o curso; de caráter

socioeconômico, que veem a AE como uma solução; os de caráter de vínculo, pertencimento com a IES, que vem sendo trabalhados por meio das ações qualificadoras do ensino, pois lhes possibilitam percorrer a universidade através do ensino, pesquisa e extensão, e desenvolver o ofício de estudante.

Nesta perspectiva, os resumos analisados acima, são relevantes para nossa temática, e o com resultado final desse trabalho foi possível ampliar nossa visão do que já existe sobre o tema que estamos estudando, que são trabalhos muitos significativos, bem construído e com uma base teórica contundente. Ponderamos também, que analisamos apenas resumos, títulos e palavras-chave e agora, vale-nos ler na íntegra os trabalhos já concretizados, que futuramente poderão subsidiar um maior aprofundamento sobre o assunto. Os textos abordam a questão da democratização do acesso e da permanência na Educação Superior, especialmente em relação às classes. Despertam a reflexão sobre as desigualdades sociais e econômicas que afetam o acesso, permanência e a conclusão à educação superior. Além disso, destaca também a necessidade de políticas que considerem as particularidades dos estudantes, como o equilíbrio entre trabalho e estudo, a defasagem cultural e o apoio necessário para que permaneçam e concluam seus cursos de graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Compreender as percepções dos estudantes de classes populares dos cursos da UNEMAT sobre suas condições de acesso à Educação Superior, a reflexão que conduziu esse trabalho se o significado que tem sido atribuído ao conceito “acesso” inclui, de fato, a viabilização das condições para a permanência e qualidade do ensino (Santos, 2014). Com vista em reduzir a desigualdade social e os fatores socioeconômicos interferentes na conclusão dos cursos, a UNEMAT desenvolve o Programa de Assistência Estudantil – PAE/UNEMAT. Foi elaborado no âmbito UNEMAT, campus Cáceres, tendo como objeto de estudo, os programas de bolsas da referida instituição. Teve como objetivo geral: - compreender as contribuições das Bolsas Universitárias ofertadas na graduação da UNEMAT. Retratando nos últimos anos a democratização do acesso ao ensino superior e muito se tem discutido sobre a necessidade de políticas públicas que garantam não só o acesso, mas também a permanência dos estudantes nesse nível de ensino, pois mesmo se tornando acessível a todos que concluem o ensino médio. Ao término da pesquisa ainda, que após a implementação do SISU o ingresso continua sendo democratizado. É necessário analisar se esses ingressantes permanecem no curso, se concluem no tempo mínimo de integralização. Dessas questões devem emergir novas pesquisas em relação as políticas de permanência. Estratégias voltadas para a melhoria do suporte financeiro, suporte

acadêmico, orientação vocacional e suporte emocional são essenciais para enfrentar esses desafios e promover maior inclusão e conclusão nos cursos de ensino superior.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Diogo. Dificuldades financeiras limitam permanência de estudantes no ensino superior. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e formacao/2023/04 / 5085024-os-desafios-da-permanencia-estudantil.html. Acesso em: 30 out de 2023.

ASSIS, Aline Silva de. Desafios para a conclusão do ensino médio e ingresso na educação superior de estudantes da rede pública de Cáceres/MT em tempos de pandemia. 2022. 111 f. Dissertação - Mestrado em Educação UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT), Cáceres, 2022.

BORGES, Luiz Francisco. PERFIL DOS INGRESSANTES NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: IMPLICAÇÕES DO SISU NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO. 2017. 176 f. Dissertação - Mestrado em Educação UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT), Cáceres, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Formas de Acesso ao Ensino Superior. Disponível em: https://acessounico.mec.gov.br/formas-de-acesso. Acesso em: 30 out de 2023.

MARTOS, Nayanna Medeiros. Permanência dos estudantes no ensino superior: um estudo do curso de licenciatura em matemática da UNEMAT do campus universitário "Jane Vanini" - Cáceres. 2014/1. 33 p. f. 1 901.c.

NEVES, Suzely Paizano. PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DO PERCURSO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CÂMPUS JANE VANINI. 2019 Dissertação - Mestrado em Educação UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT), Cáceres, 2019.

RIBEIRO, Valdiceia Moreira. PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO MÉDIO FACE AOS DESAFIOS DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR. 2021. 196 f. Dissertação - Mestrado em Educação UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT), Cáceres, 2021.

SANTOS, Graciele Marques Dos. TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES DE CLASSES POPULARES EM CURSOS DE PEDAGOGIA DA UNEMAT: CONDIÇÕES DE ACESSO. 2014. 109 f. Dissertação - Mestrado em Educação UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT), Cáceres, 2014.

SILVA, P. T. DE F. E .; SAMPAIO, L. M. B.. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. Revista de Administração Pública, v. 56, n. 5, p. 603–631, set. 2022.

SOUZA, Lourdes Aparecida De. PROGRAMAS DE BOLSAS NA UNEMAT: implicações para a permanência. 2020. 307 f. Dissertação - Mestrado em Educação UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT), Cáceres, 2020.

TEODORO, Marcilene. Lei 12.711/2012: garantia do direito ao acesso e a permanência do negro no ensino superior no Brasil. 2017. 30 p. f. 1 901.c.

TORRES-PATIÑO, Isabel Cristina; ROJAS-HERNANDEZ, Cristhiam Mauricio; GARCÍA-PERDOMO, Herney Andres. Barreiras de acesso e permanência na universidade: um olhar. einstein (São Paulo), São Paulo, v. 19, eED6447, dez. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2021ED6447. Acesso: 10 out de 2023.

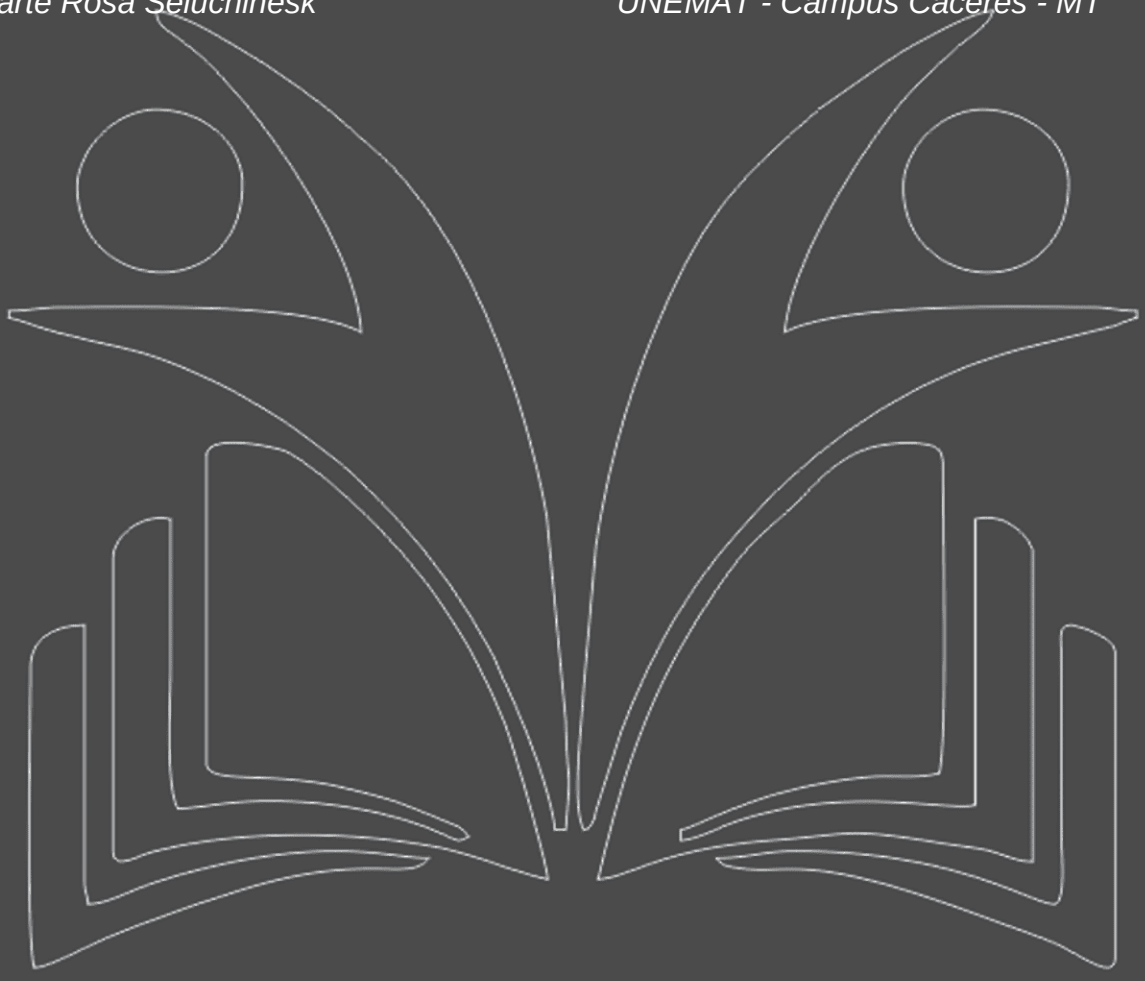
Capítulo 15

10.37423/250209721

“ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA”

Zeneide Santos Modesto — *UNEMAT - Campus Cáceres - MT*

Rosane Duarte Rosa Seluchinesk — *UNEMAT - Campus Cáceres - MT*



Resumo: Este texto abordar questões relativas aos processos de desenvolvimento da alfabetização de estudantes indígenas em uma segunda língua (L2), fora de suas Aldeias. O objetivo é compreender o processo de aquisição da escrita e da leitura em uma segunda Língua de estudantes Indígenas que migram para escolas Urbanas. A metodologia utilizada foi a bibliográfica com estudo de caso com base qualitativa e mediante observação em momentos coletivos e individuais. Os resultados, servirão de ajuda para professores que trabalham com estudantes Indígenas. A conclusão dos resultados deve proporcionar reflexões sobre a pedagogia diferenciada para atender estudantes indígenas. E também, como contribuição no planejamento de professores que tem em suas salas de aula estudantes Indígenas.

Palavras-chave: Alfabetização; Educação escolar indígena; Etnia Cinta Larga; Aprendizagem significativa.

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta relato de uma profissional que vivenciou momentos desafiadores enquanto professora em sala de aula com presença de estudantes Indígenas. É notório que nas últimas décadas, percebe-se uma crescente busca por parte de famílias Indígenas nas escolas da Zona Urbana. Isso tem levado algumas escolas a pensarem em uma educação inclusiva e que atenda a diversidades. No entanto, nem sempre é possível, pois requer preparação, conhecimento e aceitação do outro. Para os Indígenas, a Educação é fundamental para o desenvolvimento de seus Filhos. Para o Professor Evaristo Kiga, Membro do Conselho de Educação Escolar Indígena:

> A educação não é só da casa, do pai, da mãe. Educação também tem a da escola. Só que esta ensina a educação do branco, de como se desenvolver com a lei do branco, como lutar pela comunidade...não se compara a Aldeia com a cidade. Tem que ter a educação da Aldeia e a educação para a cidade...A educação é como uma árvore na natureza. Depois que ela nasce tem raiz, cresce e se abre. Assim é a educação.... Essa é a nossa lei. Ela vai aprendendo, tem o momento certo para cada coisa.... Na escola ela aprende a ler, escrever, estudar História, geografia, matemática, para poder desenvolver mais as coisas no meio dos brancos, porque os brancos estão aí mesmo. Aprender a fazer as contas dos brancos para não ser enganado...A leitura é importante pra ler os documentos.... Pode aprender muita coisa pra viver melhor. Mas aprender a vida mesmo é na comunidade. (Mato Grosso. Urucum Jenipapo e Giz, 1997, p. 11).

É pensando assim, que se pretende apresentar neste texto, aspectos sobre processos cognitivos de alfabetização (ler e escrever) na L2, de estudantes da etnia Cinta Larga, os quais vieram residir no perímetro urbano de Juína - MT. A partir das concepções do Etnoconhecimento, refletir sobre: como se estruturam o cognitivo de crianças que já possuem a primeira língua materna indígena e como integrá-las de fato, numa escolarização que assegure suas aprendizagens respeitando sua cultura e saberes? Como deveria acontecer o processo de alfabetização de estudantes indígenas que frequentam escolas públicas estaduais urbanas?

Assim, o problema principal que trataremos neste texto é: Como pensar o fazer pedagógico, com estudantes que já tem uma língua oficial (Língua Materna)? Para esses questionamentos, o texto vai trazer reflexões sobre práticas pedagógicas para aquisição da leitura e escrita na segunda Língua. (L2)

O objetivo é analisar o processo de Alfabetização com letramento de estudantes Indígenas na L2 (segunda Língua). Com isso, contribuir com professores e pesquisadores de escolas Indígenas que pretendam buscar mais conhecimentos no campo da Educação Escolar Indígena.

MÉTODO

Este texto, trata-se de um relato de experiência vivenciado em sala de aula com estudantes Indígenas da Etnia Cinta Larga. Que no ano de 2019 vieram para Juína-MT e matricularam-se na Escola Estadual: Padre Ezequiel Ramin. Como Professora regente, ao perceber as dificuldades apresentadas pelos estudantes, em compreender uma outra língua e assimilar os encaminhamentos para realização das atividades, foram feitos levantamentos de níveis de aprendizagem. Pautados nos escritos de Emília Ferreira e Ana Teberosky (1985), sobre a Psicogênese da Língua Escrita, temos:

> (...) a criança procura ativamente compreender a natureza da linguagem que se fala à sua volta, e.... tratando de compreendê-la, formula hipóteses, busca regularidades, coloca à prova suas antecipações e cria sua própria gramática. (...) ao tomar contato com os sistemas de escrita, a criança, através de processos mentais, praticamente reinventa esses sistemas, realizando um trabalho concomitante de compreensão da construção e de suas regras de produção/decodificação.

Nesta perspectiva é importante considerar que se trata de crianças que já tem uma primeira língua a quem chamam de Língua Materna. Sendo assim, é importante a observação atenta a cada expressão, cada gesto e relatos de vivências.

Para continuar, é importante dizer que se trata de um texto que utilizou da pesquisa bibliográfica e também do estudo de caso. A análise dos dados veio da base qualitativa. E para verificação dos níveis de aprendizagem, foi aplicado um ditado usando dois campos semânticos com cinco palavras e uma frase, a quatro estudantes Indígenas da mesma turma, do 2ºano do Ensino Fundamental matriculados na Escola Estadual Padre Ezequiel Ramin no Município de Juína-MT.

Isto foi conduzido através da objetividade dos resultados e, pensando na subjetividade demonstrada por cada estudante. Não somente compreender de maneira subjetiva, mas também perceber com um olhar humano e livre de qualquer forma de preconceito, estigmas ou estereótipos em relação aos saberes que são próprios de cada cultura.

Após análise inicial das avaliações diagnósticas percebeu-se a necessidade de um diálogo entre laboratório de aprendizagem e professor regente e, ainda com base nas avaliações buscou-se respaldos epistemológicos e teóricos para realização de trabalhos pedagógicos com perspectivas ontológicas dentro de um processo intercultural.

Com esses resultados, procedeu-se à apropriação das Orientações Curriculares de Mato Grosso quanto à educação escolar indígena, ao projeto político pedagógico escolar, à aplicação de técnicas e práticas metodológicas que propiciem o desenvolvimento de competências e habilidades, pautadas

na teoria da Aprendizagem Significativa, de David Ausubel e processos cognitivos de Piaget e Vygotsky; ainda citamos Metodologias Ativas de John Dewey. Buscou-se ainda, entender o que se busca na cidade com a leitura do livro: “Da Aldeia à Cidade”, de Sérgio José Both e também Águeda Aparecida da Cruz Borges com o livro: ”Da Aldeia para a Cidade: Processos de Identificação e Resistência Indígena”.

Cada momento com os estudantes, era observado atentamente cada expressão, cada gesto e, através desse olhar, perceber hipóteses que contribuem para que os estudantes se sintam à vontade para participar do momento disposto e tenham uma compreensão do seu estudo e o que se pretende buscar em sua nova experiência.

Os Agrupamentos Produtivos, com base nos constructos teóricos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, foram essenciais para organização dos procedimentos de alfabetização por níveis de aprendizagem. Vale ressaltar também a importante função do apoio e mediação da coordenação pedagógica da unidade, no subsídio de materiais e apoio pedagógico.

1. RESULTADOS E DISCUSSÕES SOBRE AS AVALIAÇÕES

Os estudantes indígenas migram para as cidades em busca de novos conhecimentos e experiências. Assim como os não indígenas que moram no campo também migram para o perímetro urbano. A luta por educação escolar, tem levado inúmeros indígenas, de diferentes etnias, a buscarem educação escolar no perímetro urbano, próximos ou não de suas aldeias.

Existem em diversas etnias o reconhecimento e valor da educação como marco diferencial para conquistas de novos espaços e a ocupação deste. Assim, a busca por qualificação tem se mostrado uma prática crescente entre os povos indígenas. Porém, isso não quer dizer que estão deixando seus saberes e suas culturas. De acordo com Both, temos a seguinte afirmação: [...] O compromisso de estudar na escola urbana e levar os conhecimentos proporcionados por esse estudo de volta para o seu grupo é de alta responsabilidade. (Both, Sérgio José; 2009, p. 111)

Ainda nessa perspectiva, Both faz um relato de um estudante Paresi que, ao sair da aldeia para a cidade disse que recebeu as seguintes ordem do seu Cacique:

> “Ora de estudar deve-se estudar e não fazer feio para o cacique como também para toda a aldeia, porque tudo reflete na aldeia. Recebem o ensino na escola da cidade e tudo que se aprende na escola deve ser ensinado na aldeia aos índios menores. ”

Não obstante os desafios e temores enfrentados pelos mesmos, determinam-se a buscarem formas de terem também o direito à educação nos perímetros urbanos. Esta tem sido a realidade de inúmeras etnias em nosso país. Um dos motivos para este deslocamento tem sido a falta de oferta de continuidade dos estudos subsequentes na própria aldeia e a busca por conhecimento que os ajude a mudar o olhar interno e externo dos Indígenas Cinta Larga que ao longo da história foram apresentados de forma estereotipada, preconceituosa e excludente.

A Nova Revista Amazônica-Volume XI-nº 01, traz a seguinte leitura:

> " [...]A alfabetização, os materiais didáticos e a organização do projeto Político Pedagógico como instrumento do trabalho docente não foram pensadas e tão pouco organizadas com a participação e interesse para responder ao propósito e especificidades dos povos indígenas. A educação imposta expõe a fragilidade em reconhecer pelo não indígena a cultura viva, as vivencias que passam por transformações sem perder a origem e as tradições. " (ARRUDA, Silbene Ferreira de; ZOIA, Alceu. Nova Revista Amazônica-Volume XI-nº 01, p. 23-32, 2023).

As questões levantadas, continuam sendo uma preocupação nas escolas das Aldeias, pois esta ocupa um espaço importante na cultura, no tempo e espaço de toda a comunidade. É nessa perspectiva que lanço uma luz sobre as escolas das Aldeias em relação ao que ensinar e como ensinar. Essa leitura me ajuda a refletir em uma escola intercultural que pauta seus planejamentos com alteridade. E para isso é importante conhecer a realidade de cada povo, cada aldeia, trazendo como pressuposto as relações com a natureza e tudo ao seu redor.

Refletindo sobre a leitura feita, é fácil perceber que essa falha nas escolas das Aldeias, abre caminho para uma busca por educação fora de suas comunidades. De acordo com Rezende (2009, p.13), muitas etnias procuram as escolas não indígenas como forma de entender a sua cultura, na tentativa de se defenderem e, com isso, obterem melhores condições de vida, talvez por reconhecer sua incapacidade de competir com uma sociedade dotada de tecnologias superiores que se instalaram no seu meio. Idem (2009, p.28). Aprender a escrita é considerado uma arte, um desenvolvimento de habilidades para poder se comunicar melhor no mundo da cultura dominante.

Não que estejam deixando sua cultura ou desvalorizando a mesma. Mas, porque querem agregar a ela novos conhecimentos, tanto epistemológicos quanto gnosiológicos e também ocupar espaços na sociedade como qualquer outra pessoa, sem serem vistos com olhares estereotipados. Nessa perspectiva, é importante fazer uma escuta da realidade de cada aldeia e com o pensamento pedagógico e epistemológico buscar desenvolver práticas metodológicas que atendam a realidade de cada Etnia.

Assim, entendendo que a busca dos indígenas pelos saberes não indígenas é para somar e não para substituir ou colocá-los como em transição. Percebe-se então, a necessidade de se pensar uma educação voltada à realidade indígena. Nesse sentido, Both fala que: "[...] A expectativa é que na escola os estudantes se preparem como mediadores entre aldeia e cidade'' (p.106).

Pontuamos também que a situação imposta pela ausência de políticas públicas que dessem conta de atender tais desafios, contribuiu para que os indígenas que queriam continuar seus estudos, migrassem para os perímetros urbanos a fim de assegurarem seus direitos aos estudos.

Os estudos sobre a migração dos povos indígenas para os perímetros urbanos, tornaram-se objetos de estudos pelas universidades nos últimos tempos:

> A discussão sobre a "urbanidade" indígena começou a parecer legítima aos olhos de antropólogos (as) ou ao menos começou a efetivamente despertar interesses de pesquisa depois do pioneiro trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira (1968) sobre os Terena, nas cidades de Campo Grande e Aquidauana, no Mato Grosso, e de quatro dissertações de mestrado do início da década de 1980 (ROMANO, 1982; LAZARIN, 1981; FÍGOLI, 1982; PENTEADO, 1980 – as três primeiras sob orientação do próprio Roberto Cardoso de Oliveira), e que permaneceram isoladas, pois é apenas nos anos 2000 que a temática volta a aparecer entre as preocupações etnográficas de alguns pesquisadores. Percebemos que, os avanços na trajetória aos direitos indígenas foram conquistados a passos lentos. E somente no final de 1960, com os rumores e conflitos de terras no país, é que foi criado órgão da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), tendo como uma de suas atribuições a demarcação de terras indígenas e sua regularização.

Com a criação da FUNAI, o governo brasileiro pretendia tratar de forma mais técnica e científica as problemáticas e questões de direitos indígenas no país. Desta forma, ao instituir a FUNAI, competiria a este órgão defender as terras demarcadas aos povos indígenas, dar prosseguimento às políticas educacionais e gerir seu patrimônio, fiscalizando e trazendo segurança aos povos indígenas em relação às ações predatórias de garimpeiros, madeireiros, posseiros, e outras ações que ameacem a vida e proteção aos povos indígenas.

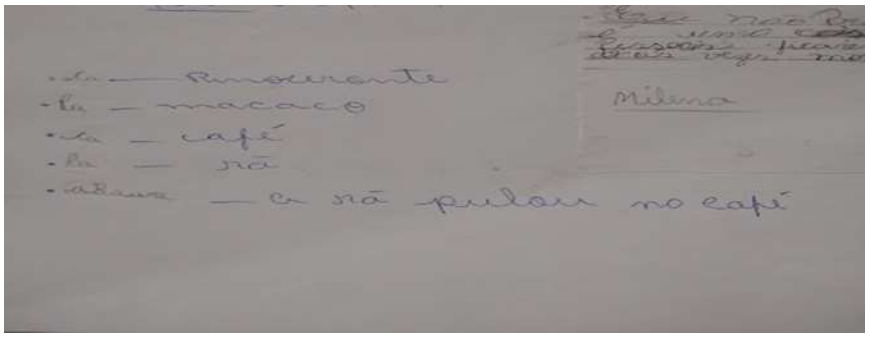
Em se tratando de políticas educacionais ainda se percebe limitações com relação à educação escolar Indígena. Com isso, famílias deixam a Aldeia e migram para as escolas urbanas. A exemplo disso, está este relato trazendo como experiência o processo de leitura e escrita de estudantes Indígenas fora de suas Aldeias. Trazendo para discussões: Como deveria acontecer o processo de alfabetização de estudantes indígenas que frequentam escolas públicas estaduais urbanas?

Os resultados obtidos através da avaliação diagnóstica que mostra os níveis de aprendizagem dos estudantes, serviram de indicativos para o planejamento. Como exemplo de avaliação inicial, e com

base nas pesquisas sobre a psicogêneses da língua escrita, realizada por Emília Ferreira e Ana Teberosky, foi possível fazer um diagnóstico do nível de aprendizagem das estudantes. E dos demais da sala de aula. Ressaltando o que a própria autora Emília Ferreiro diz:

> A aprendizagem da leitura, entendida como o questionário a respeito da natureza, função e valor desse objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola o imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los seguindo sua própria metodologia. (Emília Ferreiro, 1999, p. 27).

E assim, através deste resultado foi analisado o Nível de aprendizagem dos estudantes. Antes de seguir, separei um exemplo de avaliação de uma estudante indígena do 2º ano do ensino fundamental;



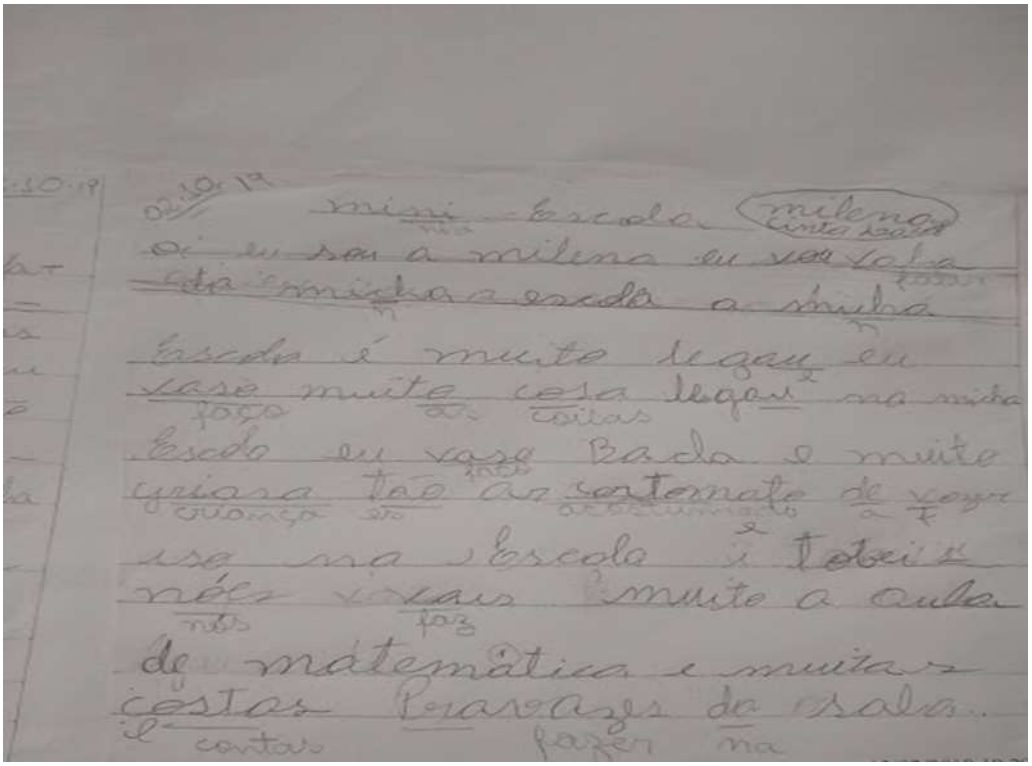
Acervo de fotos da prof. ª Zeneide Santos Modesto, Juína-MT no dia 03/04/2019.

O exemplo acima, traz uma ideia de nível Pré-Silábico, pois as características (conhecimento que já tem): Mostra que ainda não relaciona a escrita com a fala; como total de sílabas, letras ou sons silábicos, no período do processo de aprendizagem. Depois desse passo, como pensar o fazer pedagógico, com estudantes que já tem uma língua oficial (Língua Materna)?

Considerando o que já foi dito sobre a educação escolar Indígena, foram aplicadas metodologias ativas neste contexto, com agrupamentos produtivos e materiais pedagógicos diversos. No fazer pedagógico podemos citar exemplos como: discussão em roda de conversa, escutas individuais de saberes que os mais velhos (anciões) contam em casa e através destes, sãos elaboradas as estruturas de base para uma alfabetização com letramento. Usando as histórias vividas e, a partir dessas informações, melhor compreender acontecimentos inerentes ou relacionados à educação escolar indígena.

Para escrita, foi seguida uma sequência didática para cada despertar, seguindo os conhecimentos trazidos da Aldeia. As atividades eram adaptadas de forma a aproximar a escrita de sua realidade. E o mais importante, o Professor (a) sempre mediando o conhecimento, com um olhar pedagógico voltado ao respeito e alteridade.

O exemplo abaixo é da mesma estudante citada acima:



Acervo de fotos da prof. ª Zeneide Santos Modesto, Juína-MT no dia 02/10/2019. (Texto sem a correção ortográfica da professora)

Após a aplicação dos diferentes procedimentos metodológicos, constatou-se avanços significativos tanto nas aprendizagens da linguagem L2, quanto nas interações sociais e convívio com os demais estudantes (não indígenas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios enfrentados para realizar e desenvolver uma proposta pedagógica eficaz, considerando a realidade de cada estudante, foram importantes, porém, desafiadores aos docentes envolvidos no processo de alfabetização de estudantes indígenas.

Cada olhar pedagógico, com objetivos educacionais na vertente de práticas que valorizam o sujeito como único, mesmo diante de realidades diferentes. Bem como a adequação das propostas metodológicas que contribuem para o avanço pedagógico dos estudantes, na L2. Esse olhar pedagógico, tornou-se um grande desafio tanto aos estudantes quanto aos educadores envolvidos.

A percepção desse olhar deve propiciar uma educação intercultural, que permitam aos envolvidos: tanto os educadores quanto os estudantes, num processo dinâmico de trocas de experiências na

construção e aplicação de políticas educacionais producentes e ligadas a uma realidade concreta. A BNCC – Base Nacional Comum Curricular é um documento elaborado e construído nesta vertente de valorização das capacidades e habilidades dos estudantes, considerando seu contexto de realidade, com objetividade nas práticas metodológicas que tenham significância e sentido na vida de cada um.

Portanto, o objetivo proposto neste texto, ainda precisa de políticas voltadas para a Educação escolar Indígena. Com um olhar voltado a inclusão de todos. E ainda, um ensino baseado no desenvolvimento de competências e habilidades, considerando o sujeito como protagonista. O principal agente da construção de conhecimento, nos remete ao desvelamento e busca das novas competências de ensino e aprendizagem.

A formação inicial e continuada do professor torna-se elemento fundamental neste processo, considerando-se as novas legislações e a importância de se incorporar as novas tecnologias da comunicação e informação, ao processo metodológico de ensino. As mudanças no espaço físico escolar, tornando-o apropriado e motivador à pesquisa e interação com o meio físico-social, aliado às novas tecnologias da informação e comunicação, concebem um novo olhar à educação inclusiva em sua diversidade, formativa e intercultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Silbene Ferreira de; ZOIA, Alceu. Nova Revista Amazônica – Universidade Federal do Pará/Bragança; Volume XI, Nº 01, p. 23-32. Julho/2023. Disponível em: https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/nra/issue/viewIssue/734/pdf_2 Acesso em: 21/02/2025.

BORGES, Agueda Aparecida da Cruz. Da aldeia para a cidade: processos de identificação/subjetivação indígena. /Agueda Aparecida da Cruz Borges. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2018.

BOTH, Sérgio José. Da aldeia à cidade: estudantes indígenas em escolas urbanas. /Sérgio José Both – Cuiabá: EdUFMT, 2009. 154 p.: il.: 22 cm.— (Coletânea educação escolar indígena; v.9).

Crianças indígenas: ensaios antropológicos / Aracy Lopes da Silva, Angela Nunes, Ana Vera Lopes da Silva Macedo (organizadoras). – São Paulo: Global, 2002. - (Coleção antropologia e educação).

FERREIRO, Emília. Com todas as letras / Emília Ferreiro; tradução de Maria Zilda da Cunha Lopes; retradução e cotejo de textos Sandra Trabucco Valenzuela. – 14. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca da Educação – Série 8 – Atualidades em educação – v. 2)

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. A psicogênese da língua escrita. Tradução de D. M. Lichstenstein et. al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. 284p.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso. Urucum Jenipapo e Giz: A educação escolar indígena em debate. – Cuiabá: Entrelinhas, 1997. 226p. ilustr.

RESENDE, Gerson Carlos. A relação entre indígenas e não-indígenas na zona urbana: fronteira cultural. /Gerson Carlos Rezende – Cuiabá: EdUFMT, 2009. 116 p.: il.; 22 cm. – (Coletânea educação escolar indígena; v. 8).

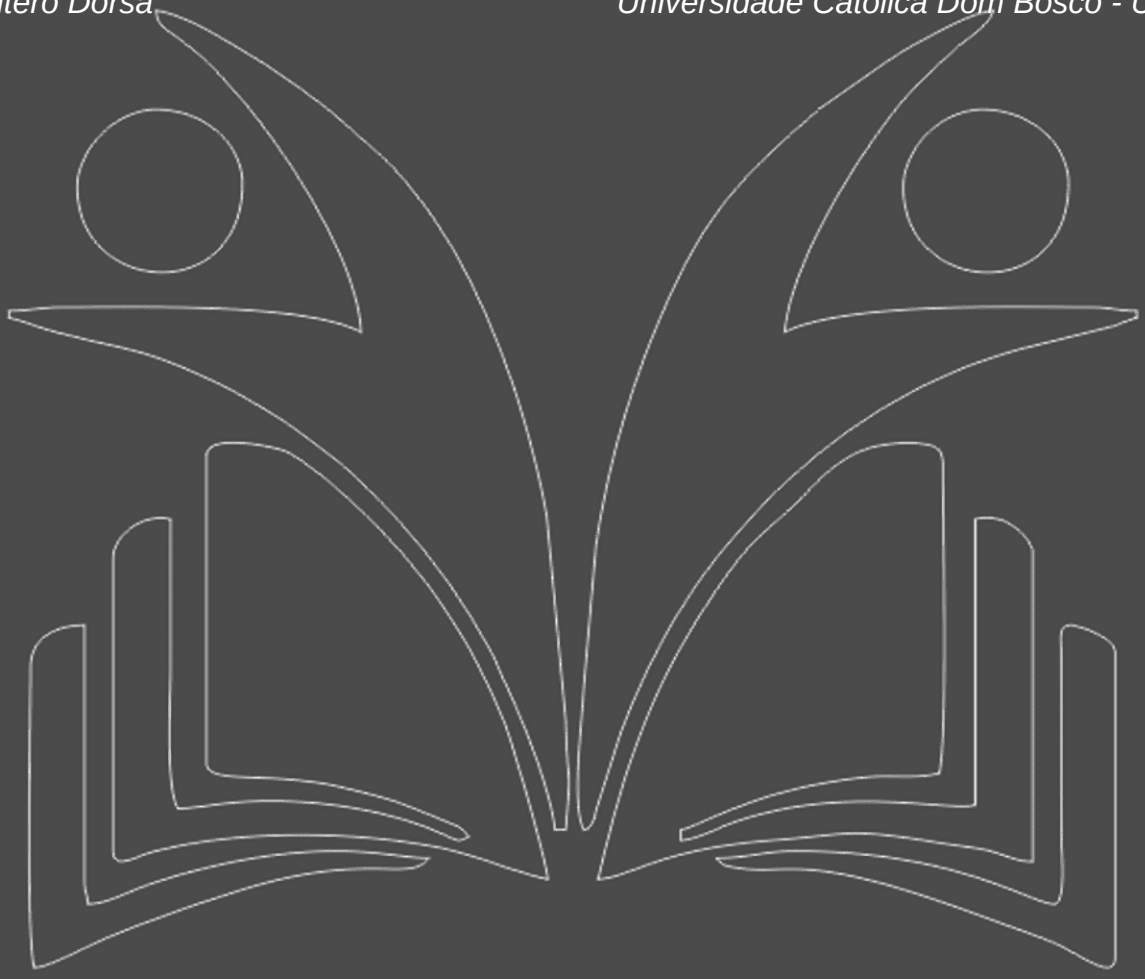
Capítulo 16

10.37423/250209726

VOLUNTARIADO TRANSFORMANDO VIDAS: AS INICIATIVAS DO LAR ESPÍRITA CARAVANA DE LUZ E A AGENDA 2030

Rosane Aparecida Barbosa Nunes — *Universidade Católica Dom Bosco - UCDB*

Arlinda Cantero Dorsa — *Universidade Católica Dom Bosco - UCDB*



INTRODUÇÃO

O voluntariado tem se mostrado um pilar fundamental na promoção dos direitos humanos, combate à pobreza, inclusão social e desenvolvimento local. A Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU) destaca a importância de esforços coletivos e sustentáveis para enfrentar os desafios globais e atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

Nesse cenário, as organizações da sociedade civil que operam em comunidades desfavorecidas podem exercer um papel relevante, não só oferecendo suporte emergencial a indivíduos em situação de vulnerabilidade, mas também impulsionando o desenvolvimento local e humano. Este trabalho vincula-se ao "Observatório interdisciplinar" associado ao Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local -UCDB-MS.

Dessa forma, o objetivo é caracterizar o Lar Espírita Caravana de Luz e o contexto socioeconômico do Loteamento Dom Antônio Barbosa, onde a entidade está localizada, bem como examinar suas atividades voluntárias de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n° 1, que visa erradicar a pobreza em todas as suas formas, e ODS n° 10, que busca reduzir as desigualdades. Em relação aos procedimentos metodológicos, adota-se uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental.

1 O VOLUNTARIADO E O ALINHAMENTO COM AS AGENDAS INTERNACIONAIS

O envolvimento voluntário é impulsionado por relações simbólicas, fundamentadas em um "sentimento de pertencimento ou na crença no poder de transformar o ambiente, sendo significativo na atuação social" (Salazar; Silva; Fantinel, 2015, p. 172). Gohn (2004, p. 24) destaca que o "voluntariado empodera comunidades vulneráveis, promovendo inclusão social e relações baseadas em solidariedade, respeito e cooperação", contribuindo para uma sociedade mais justa.

As formas e os contornos do voluntariado variam de acordo com as culturas, mas fundamentalmente, os valores que o norteiam são universais, como justiça social, solidariedade e reciprocidade. De acordo com Domeneghetti (2002), ser voluntário, doar-se a uma causa, é ter no coração o dom do amor, o dom da caridade, da solidariedade, enfim, o dom de servir. É ter consciência de estar prestando um serviço à sociedade, ao seu próximo, cumprindo o papel de cidadão consciente.

Programas como o Voluntariado das Nações Unidas (UNV) e organizações como o Lar Espírita Caravana de Luz (LECAL) mobilizam "voluntários ao redor do mundo e são vitais para a implementação de

estratégias que visam o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" (ONU, 2015, s/p). Nesse sentido, o trabalho voluntário tem uma importante contribuição para o desenvolvimento local, a promoção da inclusão social e redução das desigualdades na realidade das comunidades que são focos de suas ações.

"O voluntariado é essencial nas agendas de desenvolvimento, implementando soluções inovadoras para problemas complexos" (VNU, 2022, s/p). Ao considerar as orientações internacionais, verifica-se que as ações voluntárias, exemplificadas pelo trabalho do LECAL, respeitando a escala de sua atuação, estão compatíveis com os temas pactuados nas agendas da ONU.

2 CONHECENDO O LAR ESPÍRITA CARAVANA DE LUZ

O LECAL foi fundado oficialmente em 2008, mas suas atividades começaram em 1991, quando um grupo de voluntários começou a preparar e distribuir sopa para moradores carentes da periferia de Campo Grande. É uma entidade sem fins lucrativos, que atua em múltiplas frentes, incluindo áreas de natureza religiosa, educacional, cultural, assistencial e filantrópica (Figura 1). As ações do LECAL são fundamentadas no princípio de "igualdade e não discriminação, fornecendo suporte a todos os indivíduos, independentemente de raça, cor, nacionalidade, posição social ou religião". (Estatuto Lecal, 2008, p.126v.).

As ações da entidade incluem a distribuição de alimentos, roupas, cobertores e agasalhos, atendendo às necessidades básicas da comunidade. Além da ajuda material, a entidade atua em outras frentes, promovendo a saúde com assistência odontológica por meio de convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e suporte psicológico. A educação é fomentada através da evangelização e do apoio moral e espiritual (Figuras 2 a 5). Essas iniciativas estão em consonância com os ODS da ONU, especialmente ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), contribuindo assim para a Agenda 2030.

Figura 1: Lar Espírita Caravana de Luz



Fonte: LECAL (2023)

O LECAL tem um papel fundamental na entrega de serviços e na promoção da inclusão em comunidades carentes. No Brasil, ações voluntárias são frequentemente direcionadas para áreas onde o Estado não consegue prover serviços adequados, servindo como um importante mecanismo de apoio para as populações vulneráveis (ONU,2019). Nesse sentido, o trabalho voluntário identificado em entidades da sociedade civil organizada tem importante contributo para o desenvolvimento local, colaborando positivamente na realidade das comunidades objeto de suas ações (ONU, 2017).

Figura 2: Odontologia – LECAL



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

Figura 3: Evangelização – LECAL



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024)

Figura 4: Consultório – LECAL



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023)

Figura 5: Distribuição alimento – LECAL



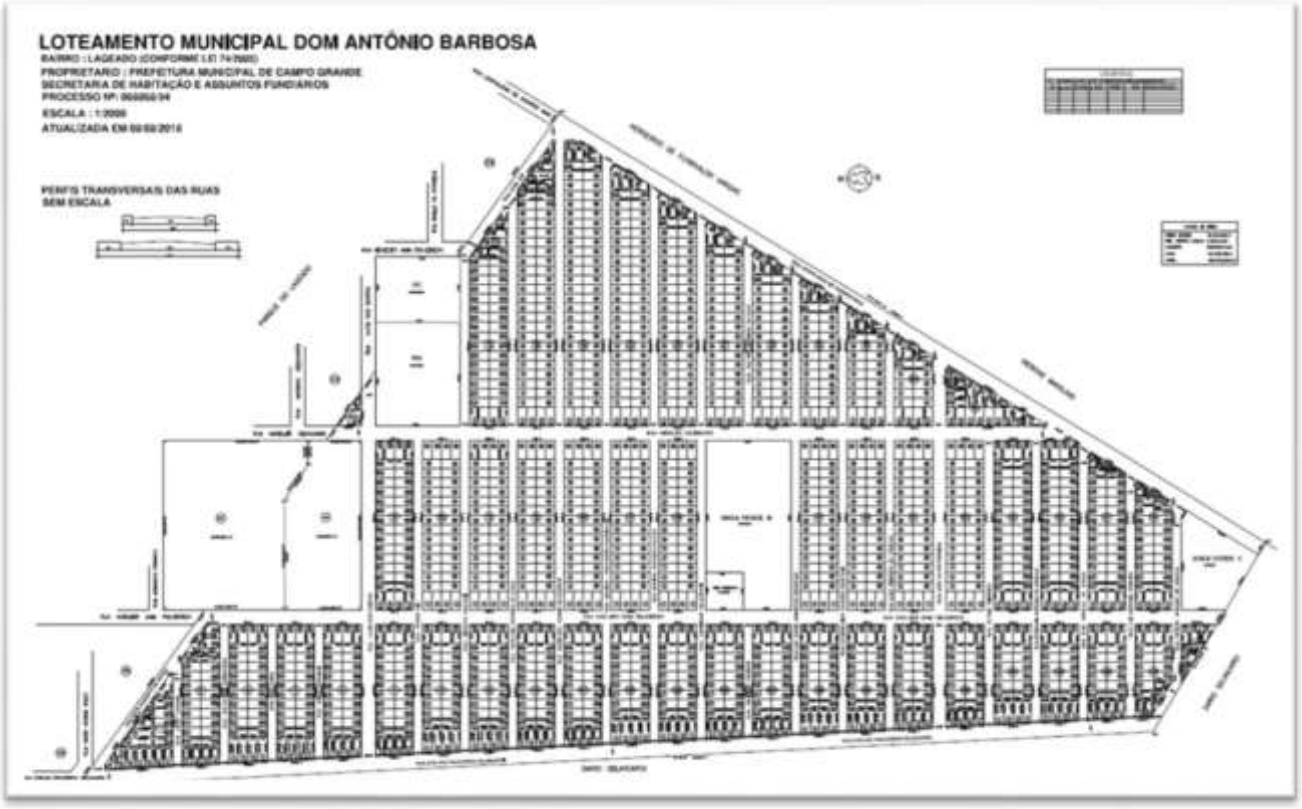
Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024)

O Lar Espírita Caravana de Luz demonstra como integrar o voluntariado, baseando-se no princípio de que a ajuda humanitária deve ser holística e abrangente para efetivamente promover o desenvolvimento local sustentável. Este envolvimento não só "alivia problemas imediatos, mas também constrói uma base para o desenvolvimento contínuo e sustentável" (ONU, 2019, s/p).

3 O LAR ESPÍRITA CARAVANA DE LUZ E O TERRITÓRIO

O Lar Espírita Caravana de Luz (LECAL) está localizado no Loteamento Dom Antônio Barbosa, na periferia de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. "Criado em 1994 para realocar moradores de favelas, o loteamento foi oficialmente aprovado em 1995 (Figura 6), situando-se na região urbana do Anhanduizinho, a cerca de 12 km do centro da cidade" (Macedo, 2022, p.44).

Figura 6: Loteamento Municipal Dom Antônio Barbosa

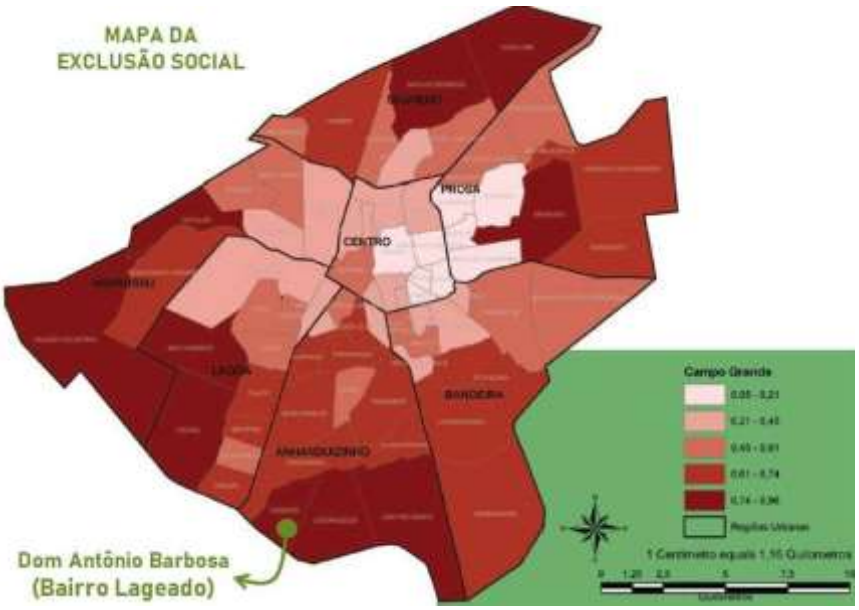


Fonte: Semadur, 2023

A comunidade surgiu da remoção de moradores de favelas pela prefeitura, visando habitação e justiça social. No entanto, “a relocação para uma área próxima ao "lixão" estigmatizou o local como pobre e excluído, acentuando a discriminação e a exclusão territorial, criando um ambiente que pode aprisionar seus habitantes” (Macedo, 2022, p. 45).

“A comunidade Dom Antônio Barbosa enfrenta grandes desafios em termos de qualidade de vida e exclusão social” (Macedo, 2022, p. 45). “Desde sua formação, abriga famílias de catadores de materiais recicláveis do antigo lixão” (Macedo, 2022, p. 58). Apesar da revitalização da área, empreendimentos com impacto ambiental significativo, como o Aterro Sanitário, a Estação de Tratamento de Esgoto e um presídio federal, continuam a contribuir para a segregação social e conflitos entre os residentes (Figura 7).

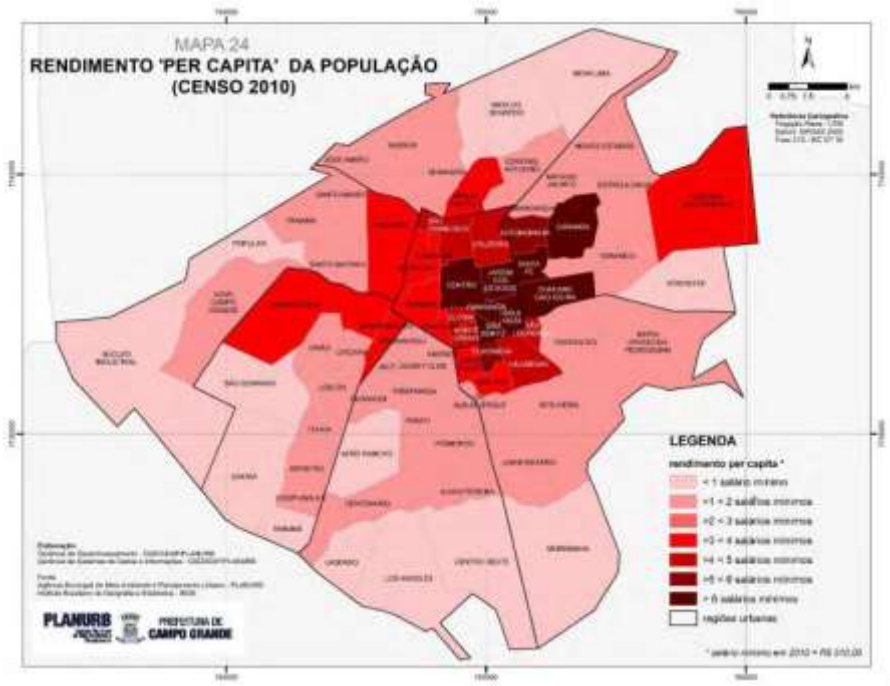
Figura 7: Dom Antônio Barbosa no contexto da exclusão social de Campo Grande-MS



Fonte: Sauer; Campelo; Capillé (2012). Adaptado pelas autoras.

Ao observar os indicadores socioeconômicos que caracterizam o local, o Bairro Lageado, o qual se insere a comunidade em estudo, em relação aos 74 bairros da capital, tem uma condição deficitária, com elevados índices de pobreza, em cujos bairros quase todos os chefes de famílias possuem "rendimentos inferiores a 2 salários mínimos" (Planurb, 2023, p. 201). Conforme figura 8.

Figura 8: Mapa rendimento "per capita" Campo Grande/MS



Fonte: PLANURB - Perfil Socioeconômico de Campo Grande, 2024

Dentro desse contexto, o voluntariado do LECAL atua como um agente de transformação, trabalhando questões como pobreza, saúde e educação que são elementos essenciais para o empoderamento da comunidade e para melhorar as condições de vida a longo prazo. Ao atender às necessidades básicas e trabalhar para elevar a qualidade de vida, o LECAL contribui para mitigar a segregação social e territorial, alinhando-se com os ODS mencionados, construindo a inclusão social e coesão dessa população marginalizada.

4 RESULTADOS

As ações do Lar Espírita Caravana de Luz têm resultados significativos no desenvolvimento local, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Destacam-se iniciativas para erradicação da pobreza (ODS 1), redução das desigualdades (ODS 10) e promoção de cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), com resultados visíveis nas intervenções da entidade.

No cenário da redução da pobreza e melhoria do bem-estar, a entidade desempenha um papel significativo ao distribuir alimentos, roupas e bens essenciais, aliviando as condições imediatas de famílias necessitadas. Destaca-se também na promoção da saúde através de parceria com a UFMS, oferecendo atendimento odontológico e orientação sobre higiene bucal, prevenindo problemas de saúde a longo prazo.

No âmbito educacional e de evangelização, o LECAL oferece formação complementar a crianças e adolescentes, focando no desenvolvimento moral, espiritual e intelectual. Esses programas complementam a educação formal, promovendo valores essenciais para o crescimento pessoal e social, que a longo prazo ajudam a formar cidadãos mais conscientes e preparados para contribuir ativamente em suas comunidades.

Ao promover igualdade e inclusão social, o apoio espiritual e emocional reforça os laços comunitários e cria uma rede de suporte para pessoas vulneráveis, especialmente em áreas como o Loteamento Dom Antônio Barbosa, onde o preconceito social dificulta o desenvolvimento.

As iniciativas da entidade contribuem na busca de cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, alinhando-se com a ODS 11. Através de ações de melhoria de qualidade de vida e redução das desigualdades, tornando a comunidade mais acolhedora. O esforço com a melhoria da infraestrutura local e oferta de serviços básicos são degraus essenciais para atingir este objetivo.

Os resultados alcançados pelo Lar Espírita Caravana de Luz destacam a relevância do papel transformador e do engajamento que uma organização alicerçada no voluntariado pode ter em uma

comunidade vulnerável. Os esforços do LECAL não apenas abordam necessidades imediatas, mas também estabelecem as bases para um desenvolvimento sustentável a longo prazo, promovendo mudanças positivas e contínuas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Lar Espírita Caravana de Luz demonstra a atuação do voluntariado como uma ferramenta poderosa na promoção dos direitos humanos, combate à pobreza e desenvolvimento urbano sustentável, com as suas iniciativas alinhadas aos objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas. A entidade destaca as necessidades e desafios da comunidade, evidenciando a importância da sociedade civil em áreas com altos índices de exclusão como um pilar essencial de agentes transformação para um futuro mais justo e sustentável.

Além do suporte material, o Lar Espírita Caravana de Luz oferece apoio espiritual, uma dimensão essencial que proporciona conforto e orientação para aqueles que enfrentam grandes desafios. A abordagem holística da organização sublinha a importância de atender às necessidades espirituais, emocionais e materiais das pessoas em situações de vulnerabilidade.

Os esforços da entidade para melhorar a qualidade de vida da comunidade não apenas enfrentam a pobreza imediata, mas também promovem uma cultura de educação e saúde preventiva, essenciais para o desenvolvimento a longo prazo e continuo.

Em um cenário mundial marcado por profundas desigualdades e exclusão social, este estudo demonstra a relevância de iniciativas inclusivas e voluntárias como estratégias para enfrentar os desafios urbanos atuais. O Lar Espírita Caravana de Luz ilustra como as ações voluntárias podem potencializar significativamente a criação de um futuro mais justo e igualitário, oferecendo perspectiva e suporte a uma comunidade vulnerável.

REFERÊNCIAS

Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, PLANURB. Perfil Socioeconômico de Campo Grande. 30. ed. rev. Campo Grande, 2023.

DOMENEGHETTI, Ana Maria. Definição, tipificação e implantação do setor de voluntários, In: PEREZ, Coltilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Orgs.). Voluntariado e a gestão das políticas sociais. São Paulo: Futura, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai./ago. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dGnqs6Q5RZbKgTNn54RRBNG/. Acesso em: 18 set. 2023.

Lar Espírita Caravana de Luz. Estatuto. Mato Grosso do Sul: Comarca de Campo Grande, 2009, Livro A, n. 167 fls. 126 a 130.

MACEDO, Roseni Aparecida Pereira de. Comunidade Dom Antônio Barbosa: potencialidades e perspectivas de desenvolvimento local. São Paulo: Ed Dialética, 2022.

ONU, Organização das Nações Unidas. Agenda 2030. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel

Acesso em: 22 jul. 2024.

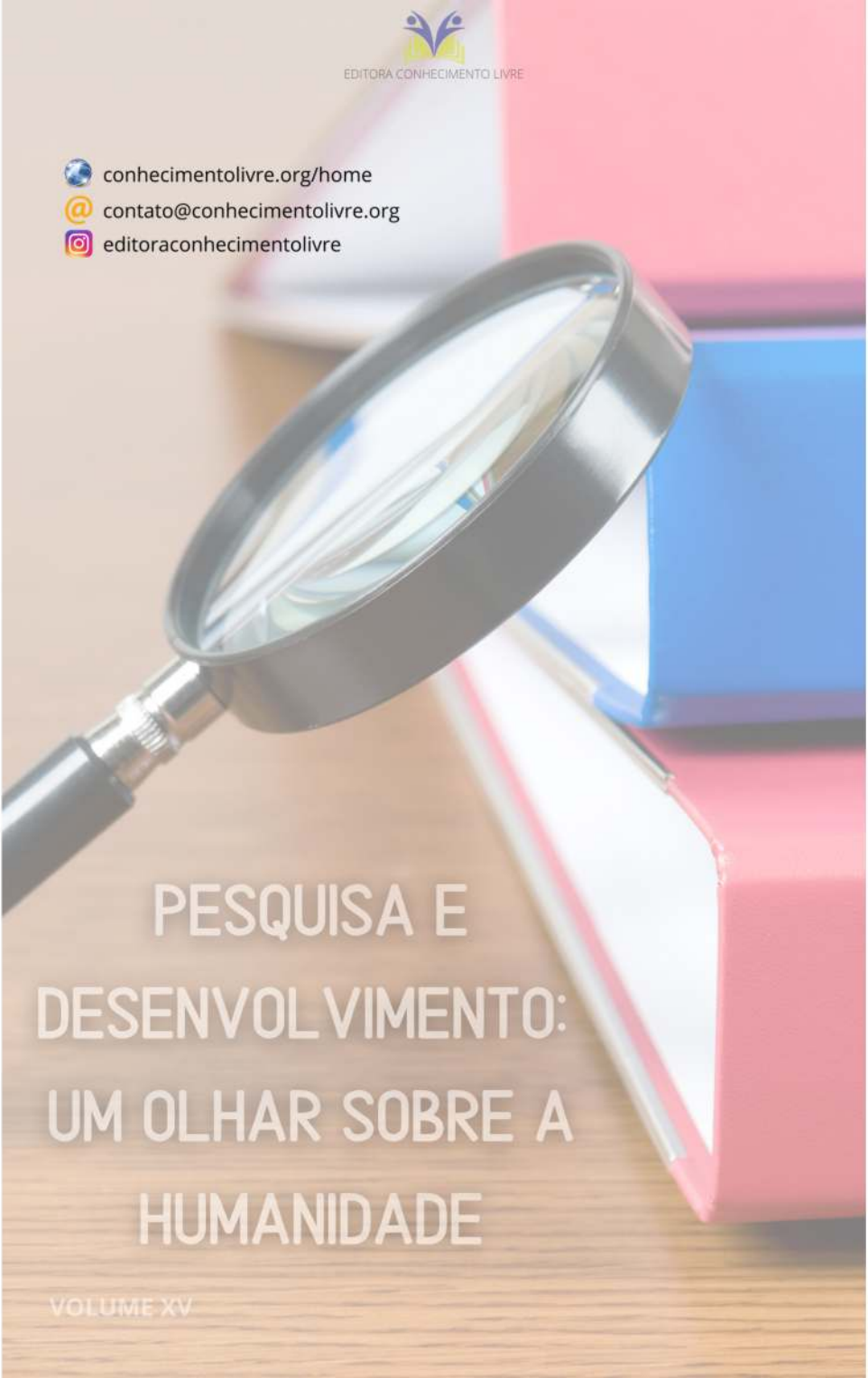
ONU, Organização das Nações Unidas. Voluntariado. 2019. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/about/about-the-un. Acesso em: 24 jul. 2024.

SALAZAR, K. A.; SILVA, A. R. L.; FANTINEL, L. D. As relações simbólicas e a motivação no trabalho voluntário. Ram. Revista de Administração Mackenzie, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 171-200, jun. 2015. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/6871. Acesso em: 18 set. 2023.

UNV- United Nations Volunteers (2022). Relatório do Estado do Voluntariado no Mundo. Disponível: https://www.undp.org/pt/brazil/news/programa-de-voluntarios-da-onu-lanca-novo-relatorio-sobre-estado-do-voluntariado-no-mundo. Acesso em: 22 jul. 2024.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

conhecimentolivre.org/home
contato@conhecimentolivre.org
editoraconhecimentolivre



PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR SOBRE A HUMANIDADE

VOLUME XV